PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

LUCIANA NEVES LOPONTE

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DO IFSP

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

SÃO PAULO
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

LUCIANA NEVES LOPONTE

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DO IFSP

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Doutor Odair Sass.

SÃO PAULO
2010

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

Dedico ao Guilherme, ao Gabriel e à Laura,
Amores da minha vida!

Ao primeiro,
Por seu companheirismo e incentivo.

Ao segundo,
Meu filho amado, meu orgulho, por sua alegria
e seu carinho que tanto me fortaleceram nessa
caminhada.

À Laura,
Minha princesa, minha filha linda, que nasceu
durante o período de doutorado e alegrou ainda
mais a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Odair Sass, pela orientação segura, dedicada e instigante, e pela enorme paciência nos ensinamento teóricos e, principalmente, estatísticos.

Ao professor Carlos Antônio Giovinazzo Júnior, pelas valiosas contribuições na Banca de Qualificação.

Ao professor Wolfgang Leo Maar, pela disponibilidade em participar da Banca de Qualificação e pelas riquíssimas contribuições.

Aos professores do PEPG: EHPS, pelo enorme aprendizado durante esses anos de formação na pesquisa (mestrado e doutorado), todo o meu reconhecimento. Em especial, à Betinha, secretária do programa, sempre tão pronta a ajudar.

Às amigas Katya, Flávia e Ellen, que tornaram esse período menos solitário, proporcionando momentos de alegria e verdadeira amizade.

À Daisi, pela amizade que sempre me trouxe um conforto, amenizando a distância familiar.

À Jacqueline, pelo incentivo dentro de uma instituição ainda nova para mim e pela leitura dos resultados obtidos com a pesquisa.

À Janete, pelo imenso apoio no processo de transferência do IFSul para o IFSP.

À minha família: meus irmãos tão amados, meu pai e minha cunhada, pelo incentivo, mesmo que à distância. E, especialmente, à minha mãe, que sempre esteve presente nos momentos em que mais precisei, e ao meu irmão Eduardo, pela leitura atenta de parte do meu texto.

Ao IFSP, pela concessão de um ano de afastamento integral, possibilitando minha dedicação exclusiva à conclusão da pesquisa.

E, por fim, ao CNPq, pela bolsa de doutorado, viabilizando financeiramente a realização desta pesquisa.

LOPONTE, Luciana Neves. *Juventude e educação profissional: um estudo com os alunos do IFSP.* Tese de Doutorado. Programa de Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

RESUMO

A pesquisa investiga a relação entre educação profissional e juventude, no âmbito da educação profissional de nível médio, tendo como referência os interesses da juventude, a respeito da sua trajetória e da expectativa que manifestam entre a escola e o futuro. O estudo tem como sujeitos de pesquisa os jovens estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), antigo CEFET-SP. Os dados foram coletados no ano de 2009, sendo utilizado um instrumento de pesquisa que inclui uma escala de atitudes, elaborado de acordo com o método de *Likert*. A amostra final que serviu de base para a análise é composta de 81 alunos, matriculados nos cursos técnicos integrado e desvinculado do ensino médio, predominantemente na faixa etária de 14 a 17 anos e do sexo masculino. O método utilizado, consta de pesquisa empírica realizada com a finalidade de analisar a opinião dos alunos a respeito: dos objetivos da educação profissional; dos motivos que os levaram a ingressar num curso técnico; das suas expectativas de futuro; do entendimento quanto ao incentivo à continuidade dos estudos e do que representa a formação técnica recebida. Para a elaboração das afirmações do instrumento de pesquisa, foi realizada um levantamento de fontes selecionadas para a pesquisa: legislação, documentos do Ministério da Educação (MEC) e do IFSP, visando verificar a correspondência entre os fins do ensino profissionalizante e as expectativas dos jovens ingressantes e concluintes de cursos técnicos. A hipótese principal é de que existem divergências entre as expectativas do jovem em relação ao seu futuro e as expectativas daquilo que estes jovens pensam que a sociedade industrial espera deles, ou seja, buscar inserir-se no mercado de trabalho, tão logo concluída a formação técnica. Os resultados apontam divergências entre os objetivos da legislação educacional e as expectativas de futuro dos jovens estudantes. Os conceitos básicos que orientam a pesquisa, elaborados pela Teoria Crítica, são: educação, emancipação, formação e adaptação (Adorno); sociedade industrial, pensamento unidimensional e racionalidade tecnológica (Marcuse); trabalho alienado e divisão social do trabalho (Marx).

Palavras-chave: juventude, formação, ensino técnico, IFSP, Teoria Crítica da Sociedade.

LOPONTE, Luciana Neves. *Youth and professional education: a study with IFSP students.* Doctorate thesis. Educational Program: History, Politics, Society. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

ABSTRACT

The research investigates the relation between professional education and youth, as part of professional education in the middle level, having as reference the interests of the youth, concerning its trajectory and the expectative they express between school and future. The study has as research participants the young students from Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), the old CEFET-SP. The data was collected in 2009, having used as the research instrument an attitude scale, which was prepared according to *Likert* method. The final sample which was used as the basis for the analysis is composed of 81 students, who were registered in technical courses integrated and without linkages with the secondary school, predominantly in an age group between 14 and 17 years old, and male ones. The used method, contains an empirical research made with the aim of analyzing the students opinions about: the professional education objectives, the reasons why they chose a technical course, their future expectations, their understanding about the stimulus to the continuity of their studies and what the technical formation received represents. In order to elaborate the research instrument affirmations, a documental research was made with selected sources: legislation, documents from Ministério da Educação (MEC) and from IFSP, trying to check the correspondence between the purposes of the professional education and the expectations of the young students and graduated from the technical courses. The mainly hypothesis is that there are divergences between the young students expectations concerning their future and the expectations that these young students think that the industrial society expect from them, in other words, getting inserted in the job market as soon as they finish their technical education. The results show divergencies between the educational legislation objectives and the future expectations of the young students. The basic concepts that guide the research, which were prepared by the Critical Theory, are: education, emancipation, formation and adaptation (Adorno), industrial society, unidimensional thought and technological racionality (Marcuse); social alienation and social division of labor (Marx).

Key words: youth, formation, technical teaching, IFSP, critical theory of society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14

Problema de pesquisa, objetivo e hipóteses..... 30

Organização da pesquisa – capítulos e anexos..... 34

CAPÍTULO 1 — A JUVENTUDE E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL 36

1.1 — A formação técnica e o mercado de trabalho..... 36

1.2 — Levantamento bibliográfico..... 43

1.3 — Pesquisas sobre a juventude no Brasil..... 47

CAPÍTULO 2 — CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA..... 64

2.1 — Método..... 64

2.1.1 — Pesquisa de Campo..... 64

2.1.2 — Apresentação do instrumento de pesquisa..... 64

2.1.3 — Seleção da amostra: local da pesquisa, população, unidade amostral, técnica de extração e tamanho da amostra 69

CAPÍTULO 3 — A OPINIÃO DOS ALUNOS DO IFSP SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE..... 75

3.1 — Apresentação e discussão dos resultados..... 75

.3.1.1 — População e amostra final..... 75

3.1.2 — Caracterização demográfica da amostra..... 78

3.1.2.1 — Caracterização dos alunos..... 79

3.2 — Atitudes e expectativas dos alunos: resultados estatísticos..... 85

3.2.1 — Escala geral..... 88

3.2.2 — Subescala I: Objetivos da educação profissional..... 91

3.2.2.1 — Fonte de informação da subescala: legislação educacional geral e específica do ensino profissional médio e documentos do IFSP..... 91

3.2.2.2 — Legislação..... 92

3.2.2.3 — Documentos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) 95

3.2.2.4 — Documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) 96

3.2.2.5 — Apresentação dos itens e dos resultados da subescala..... 99

3.2.2.6 — Posicionamento dos alunos na subescala..... 104

3.2.2.7 — Análise específica dos itens da subescala..... 108

3.2.2.8 — Síntese da subescala “Objetivos da educação profissional”..... 113

3.2.3 — Subescala II: Escolha do curso profissionalizante..... 117

3.2.3.1 — Posicionamento dos alunos na subescala..... 124

3.2.3.2 — Análise específica dos itens da subescala..... 126

3.2.3.3 — Síntese da subescala “Escolha do curso profissionalizante”..... 134

3.2.4 — Subescala III: Expectativas de futuro..... 138

3.2.4.1 — Posicionamento dos alunos na subescala..... 142

3.2.4.2 — Análise específica dos itens da subescala..... 145

3.2.4.3 — Síntese da subescala “Expectativas de futuro”..... 147

3.2.5 — Subescala IV: Incentivo à continuidade dos estudos..... 149

3.2.5.1 — Posicionamento dos alunos na subescala..... 151

3.2.5.2 — Síntese da subescala “Incentivo à continuidade dos estudos”. 154

3.2.6 — Subescala V: Formação técnica..... 156

3.2.6.1— Posicionamento dos alunos na subescala..... 158

3.2.6.2— Síntese da subescala “Formação técnica”..... 160

3.2.7 — Síntese da escala geral..... 161

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **168**

FONTES CITADAS..... **175**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS...... **176**

ANEXOS..... **180**

Anexo 1 – Instrumento de Pesquisa — questionário preliminar 180

Anexo 2 – Relatório — pesquisa preliminar 181

Anexo 3 – O que pensam os estudantes sobre a relação entre ensino profissional e juventude 194

Anexo 4 – Validação do Instrumento de Pesquisa 197

Anexo 5 – Instrumento de Pesquisa — Versão Final 222

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 — Dissertações e Teses por categorias de temas, segundo instituições-fontes..... 44

Tabela 2 — Matrículas nos cursos técnicos por semestre, segundo cursos e turnos, em 2009 – Sistema de ensino técnico..... 70

Tabela 3 — Matrículas nos cursos técnicos, por ano, segundo cursos e turmas, em 2009 — Sistema Técnico Integrado..... 71

Tabela 4 — Alunos matriculados nos cursos selecionados por sistema de ensino..... 72

Tabela 5 — Tamanho da amostra, segundo matrícula por curso..... 74

Tabela 6 — Alunos presentes e amostra final por turma, ano (1º e 2º) e semestre (4º) em 2009..... 76

Tabela 7 — Alunos por turma e faixa etária, com indicação de porcentagem..... 79

Tabela 8 — Alunos por turma e sexo, com indicação de porcentagem..... 80

Tabela 9 — Natureza administrativa da escola anterior..... 81

Tabela 10 — Alunos segundo atividades paralelas..... 83

Tabela 11 — Resultados da escala total por subescala..... 89

Tabela 12 — Resultados da subescala I: “Objetivos da Educação Profissional”. 100

Tabela 13 — Objetivos da educação profissional..... 106

Tabela 14 — Oferta de ensino técnico integrado (opinião dos alunos) 109

Tabela 15 — Oferta de ensino técnico integrado, proporção de respostas(opinião dos alunos) 109

Tabela 16 — Ênfase em prática ou em teoria (opinião dos alunos)..... 111

Tabela 17 — Ênfase em prática ou em teoria, proporção de respostas (opinião dos alunos)..... 111

Tabela 18 — Resultados da subescala II: “Escolha do curso profissionalizante” 118

Tabela 19 —Escolha do curso profissionalizante..... 124

Tabela 20 — Formação e treinamento , segundo opinião dos alunos..... 127

Tabela 21 — Ingressar no mercado de trabalho e preparo para a universidade, segundo opinião dos alunos..... 131

Tabela 22 — Resultados da subescala III: “Expectativas de futuro”..... 139

Tabela 23 — Expectativas de futuro..... 143

Tabela 24 — Ingressar no mercado de trabalho ou fazer curso superior, segundo opinião dos alunos..... 146

Tabela 25 — Resultados da subescala IV: “Incentivo a continuidade dos estudos” 149

Tabela 26 — Incentivo a continuidade dos estudos..... 152

Tabela 27 — Resultados da subescala V: “Formação técnica” 156

Tabela 28 — Formação técnica..... 158

Tabela 29 — Ordenação dos resultados – escala geral, concordância..... 161

Tabela 30 — Ordenação dos resultados – escala geral, discordância..... 166

Quadro 1 — Composição da escala geral e subescalas..... 68

Quadro 2 — Objetivos, hipóteses e itens..... 86

Quadro 3 — Associação entre a legislação e a prática pedagógica..... 91

LISTA DE SIGLAS

CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET — Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-RS — Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul
CEFET-SP — Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
CFE — Conselho Federal de Educação
CNB/CEB — Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
EJA — Educação de Jovens e Adultos
ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio
FEUSP — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
GAE — Gerência de Apoio ao Ensino
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSP — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC — Ministério da Educação
ONG — Organização Não Governamental
PCP — Planejamento e Controle da Produção
PNAD — Pesquisa nacional de Amostra de Domicílios
PUC-SP — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC — Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) foi criado a partir da estrutura existente do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP)[1], mediante a Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a finalidade de oferecer educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades e etapas de ensino, articulando assim a educação de níveis superior, básico e técnico. O IFSP é composto por 11 *campi* em funcionamento no Estado e mais quatro que iniciam suas atividades ainda em 2010, além de outros 12 *campi* em fase de implantação.[2]

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são autarquias da União pertencentes ao sistema federal de ensino superior, subordinados ao Ministério da Educação (MEC). Os Institutos Federais fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual, por sua vez, cobre todos os estados brasileiros. Segundo o MEC, em 2010, a rede federal ultrapassará as 354 unidades previstas. Os cursos oferecidos pelas instituições da rede são os seguintes: ensino médio, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, cursos de engenharias, licenciatura, especialização, além de mestrado e doutorado. Quanto ao atendimento, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pretende, ainda no ano de 2010, oferecer ensino a 500 mil alunos no país.[3]

Como professora do ensino médio profissional, acompanhei algumas mudanças dos currículos de cursos técnicos em virtude das alterações oficiais ocorridas neste nível de ensino. No tocante à implementação das reformas educacionais, pude constatar que, entre os sujeitos envolvidos nesse processo, os menos ouvidos eram os jovens alunos — que são exatamente o público-alvo do ensino profissionalizante.

---

[1] O nome da instituição sofreu alteração durante a realização desta pesquisa. Por esse motivo, os anexos referentes ao questionário piloto (anexo 3) e ao processo de validação do instrumento (anexo 4), referem-se ao "CEFET-SP", enquanto o restante da pesquisa acompanha a mudança de nome da instituição. Cabe destacar que a aplicação do instrumento final foi realizada no ano de 2009, quando a instituição já denominava-se "IFSP".
[2] Dados atualizados pela Diretoria de Graduação do IFSP em 16 de junho de 2010.
[3] Dados disponíveis na Internet: http://redefederal.mec.gov.br/, em setembro de 2010.

As alterações das políticas educacionais voltadas ao ensino profissionalizante de nível médio às quais me refiro são as vinculações e desvinculações do ensino técnico com o ensino médio ocorridas após a LDB nº 9.394 de 1996 — e sempre por meio de decretos-lei. Essas mudanças políticas dirigidas ao ensino profissionalizante referem-se ao debate sobre a relação entre educação e trabalho, em que se questiona, entre outros pontos, a conformação do sistema de ensino sob a égide do princípio educativo do trabalho[4]. Tais vinculações e desvinculações legais do ensino técnico com o ensino médio permitem indagar se o jovem realmente teria, a partir da educação profissional, os fundamentos técnicos e práticos utilizados em determinados processos de produção ou se receberia apenas um treinamento para o uso das técnicas produtivas. Isso leva a pensar que essas modificações relativas ao ensino profissionalizante parecem estar associadas à economia política adotada pelos governos.

Da minha experiência na rede federal, surgiram as seguintes indagações: qual é, de fato, o sentido das reformas no ensino profissional: acompanhar as mudanças junto ao seu público ou visar à conformação e ao controle da juventude? Quais as expectativas desses jovens em relação ao futuro? O conflito gerado por essas questões levou-me a outras perguntas, tais como: os interesses dos jovens estão vinculados à tecnologia? Se sim, de que modo se vinculam? E, por fim, os jovens se adaptam às expectativas que a sociedade, a escola e a família depositam neles?

Ao problema de pesquisa apontado, soma-se a preocupação com as mudanças constantes da educação brasileira, especificamente aquelas relativas à educação profissional de nível técnico — ora associada à formação geral, ora dissociada dela.

---

[4] Utiliza-se aqui o termo conformação para fazer referência ao fato de que, sob a sociedade capitalista, o trabalho continua a ser, de acordo com a constatação de Marx, trabalho alienado (Marx, 1985). Por isso, é indispensável a cautela quando defende-se o trabalho como princípio educativo à medida que ele não só dispõe à formação mas também a semiformação. Nesse sentido Adorno questiona “a formação a partir de uma forma social assumida pelo trabalho, [...] caracterizada pela conversão progressiva de ciência e tecnologia em forças produtivas”, segundo Leo Maar (1995), que afirma: “a dissolução da formação como experiência formativa redunda no império do que se encontra formado, na dominação do existente” (Leo Maar, 1995, p. 19).

Para estudar esse período de transformações ocorridas no ensino profissional brasileiro, vale lembrar os apontamentos de Marx e Engels de que “a história da humanidade tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca” (Marx; Engels, 1984, p. 33). Assim, admite-se que as mudanças decorrentes das políticas educacionais voltadas ao ensino profissional não podem ser diferentes, tendo em vista que, no período estudado, os cursos técnicos passaram por reformulações, visando a uma maior aproximação com o mercado de trabalho e, portanto, com a indústria - visto que a principal área de formação atendida pelos cursos da rede federal e, portanto também pelo IFSP é a indústria. Os principais agentes dessas alterações foram os criadores (ou, nesse caso, os reformuladores) das leis que orientam tal ensino, depreendendo daí que o fator motivador dessas mudanças parece ter sido político.

As relações entre as modalidades do ensino técnico giram em torno de um modelo de educação profissional — seja integrada à formação geral, seja separada dela — sempre próximo da lógica da indústria e dos processos produtivos, uma vez que a produção é o que continua a determinar a divisão social do trabalho. A grande indústria separa a esfera da ciência da esfera do trabalho, considerando aquela como potência autônoma de produção (força produtiva) e esta (força de trabalho), por sua vez, como componente variável do capital. Tal consideração sugere o trabalhador, técnico formado em um modelo de ensino específico, como indivíduo parcial e cada vez mais especializado. De acordo com as palavras de Marx, “o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial” (Marx, 1985, p. 283).

Tomando como base as mudanças ocorridas desde a promulgação da LDB no Brasil em 1996, por intermédio de decretos-lei — e que, aliás, pude acompanhar como professora da rede federal —, vieram em geral acompanhadas de um debate sobre aquilo que se imaginava ser o esperado pelo mercado de trabalho no que se refere à formação técnica de nível médio.

Os Institutos Federais são instituições escolares que supostamente possibilitam ao jovem uma inserção no *mundo do trabalho*,[5] promovendo, para atingir essa finalidade, uma adaptação do jovem ao mercado de trabalho, na forma de treinamento proposto por um dos decretos-lei que rege um dos modelos de ensino técnico ofertados, por meio da organização curricular do ensino técnico dessas instituições.

Os cursos técnicos desvinculados do ensino médio — modelo de ensino formalizado pelo Decreto nº 2.208 de 1997, ministrados atualmente nas instituições de ensino profissional em um curto espaço de tempo (dois anos ou quatro semestres) — formam o aluno para desempenhar uma atividade específica no mercado de trabalho; em termos educacionais: forma para uma habilidade. Nesse modelo, ao que parece, o jovem está sendo adaptado para o mercado e a escola profissionalizante passa a ser uma esfera de adaptação, de treinamento para a ocupação técnica. A esse propósito, é de se pensar no destaque proposto por Leo Maar (1995) no que se refere ao pensamento de Adorno sobre um alerta aos educadores:

> em relação ao deslumbramento geral, e em particular o relativo à educação, que ameaça o conteúdo ético do processo formativo em função de sua determinação social. Isto é, adverte contra os efeitos negativos de um processo social pautado meramente numa estratégia de "esclarecimento" da consciência, sem levar na devida conta a forma social em que a educação se concretiza como a apropriação de conhecimentos técnicos (Leo Maar, 1995, p. 11).

O modelo de ensino anteriormente referido – desvinculado do médio – principalmente na forma como foi proposto, não favorecia a apropriação de conhecimentos técnicos, por parte do aluno, em virtude do pouco tempo para o desenvolvimento das atividades devido a terminalidade, conclusão de formação direcionado ao mercado de trabalho, proposta para cada módulo. A esse

[5] A expressão *mundo do trabalho* é utilizada diversas vezes neste texto. Porém, cabe dizer que se trata de um termo ambíguo, pois pode induzir que tal mundo está apartado da sociedade e de suas instâncias de produção. É aqui mantido pelo seu uso generalizado na área das ciências sociais. Feita essa ressalva, o termo não mais será grafado em itálico neste texto, passando, portanto, a ser grafado normalmente em redondo.

respeito vale destacar novamente Leo Maar (1995), ao observar, do pensamento de Adorno, que:

> o conteúdo da experiência formativa não se esgota da relação formal do conhecimento – das ciências naturais, por exemplo – mas implica uma transformação do sujeito no curso do seu contato transformador com o objeto na realidade. Para isso se exige tempo de mediação e continuidade, em oposição ao imediatismo e fragmentação da racionalidade formal coisificada (Leo Maar, 1995, p. 25).

Quanto ao ensino técnico, vinculado ao ensino médio, com duração de quatro anos, — por isso, com mais tempo para a mediação e continuidade, em oposição ao imediatismo — é um modelo voltado para a formação geral do aluno e, portanto, para um entendimento sobre a sua área de formação técnica. Esse modelo de ensino integrado, novamente permitido pelo Decreto nº 5.154 de 2004, proporciona ao estudante — pelo que pude constatar como professora de duas instituições da rede federal de educação profissional — uma formação abrangente e, por isso, mais consistente, uma vez que o aluno frequenta o ensino médio e o ensino técnico conjuntamente — e, ainda, ao longo de um maior período, tanto em relação à duração total do curso quanto em relação ao tempo dedicado às disciplinas técnicas, tendo assim a possibilidade de uma maior participação nas atividades promovidas pela escola e pelo curso que frequenta.

A formação geral a que me refiro ocorre devido ao fato de que os alunos passam a cursar os ensinos médio e técnico concomitantemente, permitindo ao estudante uma melhor reflexão quanto a esta ou àquela esfera de formação. O tempo maior de que o professor dispõe para desenvolver os conteúdos programáticos do curso é também um outro aspecto que precisa ser levado em consideração. Na medida em que os professores têm uma maior carga horária para o desenvolvimento de uma atividade e mais disciplinas para trabalhar os conteúdos e os exercícios práticos — fato que se verifica no curso integrado se comparado ao curso técnico desvinculado do médio — haverá, por parte desses professores, a possibilidade de que a realização do trabalho docente seja desempenhada com maior “qualidade”. O resultado desse trabalho é

refletido na formação do aluno, que passa a ter um melhor entendimento a partir daquilo que foi desenvolvido na prática.

De uma perspectiva teórica, esse pode ser um modo particular de contribuir para a formação crítica do jovem aluno de um curso técnico. Num diálogo com Adorno, Becker dá um exemplo de comportamento autônomo que pode ser aqui comparado à formação técnica à qual nos referimos:

> Quando alguém que trabalhou como contador e se tornou supérfluo pela introdução das máquinas correspondentes, devendo passar por uma preparação educacional como programador, é necessário que não aprenda apenas o que deverá fazer, mas receba também uma outra perspectiva de orientação, uma outra dimensão de pensamento. Para isto seria necessário, por exemplo, aprender possivelmente uma outra língua, mesmo sem necessitá-la, pois deste modo desenvolve-se um outro plano de experiência. Esta combinação entre preparação imediata e horizonte de orientação é algo que na prática ainda falta a toda a nossa formação profissional e que eu considero tão importante porque, num mundo como o nosso, o apelo à emancipação pode ser uma espécie de disfarce da manutenção geral de um estado de menoridade, e porque é muito importante traduzir a possibilidade de emancipação em situações formativas concretas (Becker in Adorno, 1995, p. 180).

Esse exemplo pode ser comparado a uma das atividades desenvolvidas por um técnico mecânico: a operação de máquinas com controle numérico computadorizado, para a usinagem de peças. Não basta orientar o aluno para a programação do equipamento, é necessário o ensinamento das técnicas de produção, o conhecimento das propriedades do material, das ferramentas de usinagem, da orientação do desenho mecânico da peça, entre outros aspectos, para que o técnico não passe a desempenhar um papel de operador e sim de alguém que pensa o processo de fabricação de um produto e pode melhorá-lo, alterá-lo e não somente executá-lo.

Durante a formação técnica, de acordo com o modelo integrado, o aluno tem a oportunidade de identificar a existência de diversas possibilidades de trabalho que o curso técnico lhe possibilita, tendo assim uma maior compreensão sobre sua área de atuação e não somente sobre uma atividade específica. Inserido no mercado de trabalho, na medida em que está

desempenhando uma atividade profissional, o estudante pode, a partir dessa formação técnica geral, atuar em outras funções, buscando inclusive outros postos de trabalho e outras funções dentro de seu campo de aprendizado. Já a formação específica promovida pelo ensino técnico desvinculado do ensino médio — por exigência do Decreto nº 2.208 de 1997 (técnico desvinculado) — torna-se um conhecimento acumulado cujo detalhamento determina a perda da perspectiva da totalidade do curso.

Cabe aqui elucidar melhor, antes de avançar, o que representa cada um dos sistemas de ensino até então citados:

a) Sistema de Ensino Técnico — desvinculado do ensino médio: promulgado pelo Decreto nº 2.208 de 1997, é um curso técnico de nível médio em que são oferecidas somente as disciplinas referentes ao ensino técnico, ou seja, sua grade curricular é composta pelas disciplinas técnicas. Pode ser frequentado por alunos que já possuem ensino médio ou que estão em sua fase de conclusão, na mesma ou em outra instituição. Inicialmente, o curso técnico desse sistema de ensino foi proposto por módulos, ou seja, ele seria dividido em pequenos cursos com terminalidade ao final de cada etapa (normalmente com duração de um semestre). Ao final de cada um desses módulos, o estudante pode requerer o certificado equivalente àquela etapa do curso e, concluídas todas as etapas (mínimo de quatro semestres), o aluno tem direito ao diploma de técnico.

b) Sistema de Ensino Técnico Integrado: amparado pelo Decreto nº 5.154 de 2004, é um curso técnico de nível médio em que as duas bases do conhecimento são ofertadas concomitantemente, isto é, o ensino médio regular e o ensino técnico fazem parte da mesma grade curricular. O curso técnico integrado, nas instituições que compõem a rede federal, possui o regime anual de estudos, com a duração de quatro anos.

Os debates oriundos das reformas vividas pelas instituições que compõem a rede federal, em virtude dos dois decretos-lei já citados, tratam de diversas questões, entre elas: as reformas provenientes das mudanças de governo federal; o financiamento recebido pela alteração do modelo de ensino ofertado (quando da promulgação do Decreto nº 2.208 de 1997); a entrada do jovem no mercado de trabalho; a possibilidade de ingresso de trabalhadores no

ensino técnico; o tempo de duração dos cursos; a “qualidade” do ensino oferecido mediante a troca de sistema; a formação e o treinamento do jovem, entre outras. Essas questões que permearam as mudanças ocorridas nas instituições quanto à oferta de ensino técnico levaram à discussão de que tipo de formação e treinamento pretendia-se ao futuro técnico.

É nesse sentido que o tema é investigado em consonância com o ponto de vista defendido por Adorno sobre a questão da educação para a emancipação, quando o pensador de Frankfurt aponta precisamente que: “O que é peculiar no problema da emancipação, na medida em que esteja centrado no complexo pedagógico, é que mesmo na literatura pedagógica não se encontre essa tomada de posição decisiva pela educação para a emancipação, como seria de se pressupor” (Adorno, 1995, p. 172).

Os dois momentos de mudanças no sistema de ensino profissional mediante as reformas ocorridas em 1997 e em 2004, o problema não foi observado no sentido de promover a emancipação do jovem, ou, em outras palavras, o debate foi sempre orientado e direcionado com a finalidade de preparar o aluno para o trabalho.

Torna-se necessário comentar que não é somente o ensino profissionalizante que assume o caráter de preparatório para o mercado de trabalho (embora muitos jovens o utilizem como modo de se preparar para o vestibular) — ainda que ele também se diferencie, do ensino médio pela “terminalidade”, ou seja, após concluí-lo o jovem estaria pronto e formado. Ora, o ensino médio convencional também acaba por adquirir esse caráter, tendo em vista que, para determinadas parcelas da população, ele é encarado como um período de preparação para o vestibular e, consequentemente, para o ensino superior. Com isso, o ensino médio regular passa a ser vivido pelos jovens não como um processo formativo, mas como uma etapa preparatória. Para esses jovens é no ensino superior — aí sim — que acontece a formação. Nesse caso, porém, é preciso destacar que os cursos de graduação, com algumas exceções, são voltados para especializar os indivíduos. Dessa maneira, o potencial de formação da educação escolar poderia ficar perdido, uma vez que a perspectiva que o ensino médio (seja o profissionalizante, seja

o integrado, seja o regular) impõe aos alunos é a de uma preparação instrumentalizada em função de objetivos futuros.

Pensar em uma educação para a formação do jovem, portanto, parece ser utópico, sobretudo no ensino profissionalizante. Como diz Adorno (1995, p. 64), formação cultural é justamente aquilo para o qual "não existem à disposição hábitos adequados: ela só pode ser adquirida mediante esforço espontâneo e interesse; não pode ser garantida simplesmente por meio de frequência de cursos".

Pelo que se disse acima, a formação apontada como geral também poderia ser questionada, pois é determinada por uma forma social assumida pelo trabalho e esses modelos previamente definidos para os jovens, não lhes permite normalmente a reflexão sobre o processo de ensino pelo qual estão passando.

Sobre esse problema da formação, faz-se necessária uma crítica permanente, tal como sugere Leo Maar: "A educação não é necessariamente um fator de emancipação. Numa época em que educação, ciência e tecnologia se apresentam — agora "globalmente", conforme a moda em voga — como passaporte para um mundo "moderno" [...]"(Leo Maar, 1995, p. 11)

A esse propósito, diz ainda o autor: "É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado (Leo Maar, 1995, p. 27).

Essas considerações permitem ponderar que as escolas profissionalizantes divulgam uma promessa de inserção no mercado de trabalho mediante a conclusão dos cursos que oferecem, mas, a realidade com a qual os jovens se deparam depois de formados pode ser bem diferente.

O jovem estudante é motivado a cursar o ensino técnico por razões que podem se modificar ao longo do curso, desde sua entrada até seu término. Mesmo que o aluno tenha começado o ensino técnico com pretensão de ingressar no mercado de trabalho, é necessário considerar o prestígio que a formação universitária possui entre os jovens e a sociedade. Atualmente, nas próprias instituições de ensino técnico, por exemplo, o jovem se depara com a

oferta de cursos como os das engenharias, das licenciaturas e do ensino tecnológico de nível superior, ou seja, a própria escola contribui para que as expectativas em relação à formação se ampliem. Essa possibilidade de ampliação da formação é um fator positivo, embora contrarie o objetivo dos cursos técnicos de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, as pressões externas sofridas por esses jovens podem também determinar essas mudanças quanto à sua pretensão para o futuro, na medida em que constatam que o mercado de trabalho exige cada vez mais certificados e diplomas — além da sua formação de técnico.

Os jovens até podem almejar por uma formação, mas ao mesmo tempo percebem que ela pouco influenciará sua vida futura, pois o que importa é a adaptação às necessidades sociais estabelecidas e que estão ligadas à manutenção do sistema econômico. Esta é, portanto, uma das contradições presentes na educação escolar e que parece ser ainda mais visível no ensino médio: de um lado, o investimento que cada indivíduo deve fazer em direção à sua formação e ao fortalecimento de sua autonomia, e, de outro lado, a sua adequação aos padrões vigentes na sociedade. Em outras palavras: ou o jovem faz um curso voltado para o mercado de trabalho ou faz um curso que lhe dê formação e autonomia para a vida, sem uma preocupação imediata com um emprego.

Ao que parece, os jovens de hoje vivem esse dilema de modo mais dramático do que qualquer outro grupo etário. Essa contradição se faz presente tanto em escolas com alunos que têm uma expectativa de cursar o ensino superior quanto em escolas em que os alunos têm uma perspectiva mais imediatista, isto é, quando estão interessados primeiramente com a entrada no mercado de trabalho. Mesmo com a expectativa do ensino superior, muitos jovens que cursam o ensino médio já têm que passar pelo dilema de definir a escolha de um curso em virtude da maior ou menor facilidade de ingresso no mercado de trabalho. De qualquer maneira, fatores internos e externos à escola concorrem para a mudança de perspectiva, a qual, por sua vez, não significa necessariamente que alternativas que apontem para a formação estão sendo criadas para os estudantes. O que parece claro é que a contradição se apresenta desde cedo para os jovens, e eles, por sua vez, precisam lidar com

ela, fazendo opções e pagando um preço por suas escolhas — seja seu enquadramento no mercado de trabalho, a fim de ter aí uma chance de sucesso, seja sua resistência, visando à emancipação e correndo o risco de não obter esse sucesso. Estes são aspectos debatidos com base nos resultados coletados da pesquisa realizada com alunos do ensino técnico sobre o que pretendem com a conclusão do curso.

A conclusão do curso e a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho exigem do jovem uma mudança da condição de estudante para a condição de trabalhador. Esta, em decorrência, exige do indivíduo o ajuste ao processo produtivo e a busca de eficiência para o desempenho de serviços a ele atribuídos em prol da racionalidade estabelecida pela técnica. Com esse propósito, a formação técnica específica é pensada com o objetivo de atender as demandas de mercado, a exemplo do modelo promulgado pelo Decreto nº 2.208 de 1997, conforme mencionado anteriormente.

Esse modelo de ensino técnico pretende que o jovem apreenda nos Institutos Federais as técnicas necessárias ao aprendizado de uma formação específica. O conceito de técnica é aqui entendido como um conjunto de instrumentos que pode servir tanto para o controle quanto para a libertação do homem, e a tecnologia, por sua vez, é compreendida como um modo de produção que se utiliza da técnica como ferramenta de controle social sobre o indivíduo (Marcuse, 1999).

Num texto até hoje atual, Horkheimer e Adorno (1985) fazem uma crítica à racionalização da sociedade e à instrumentalização cada vez maior da técnica como um meio de dominação ao mesmo tempo econômica, política, ideológica e cultural. Em *Dialética do esclarecimento*, os pensadores de Frankfurt elaboram um diagnóstico da sociedade capitalista contemporânea — uma sociedade eminentemente de massa e de mercado afirmando o seguinte:

> O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 114).

Com o mesmo sentido, Marcuse considera o uso da tecnologia na sociedade industrial como o principal aparelho de controle e dominação do homem, afirmando que “as relações entre os homens estão cada vez mais mediadas pelo processo da máquina” (Marcuse, 1999, p. 81). Para ele, a tecnologia é um processo social em que os grupos direcionam sua aplicação e sua utilização para a reprodução da ordem social. Como modo de produção, a tecnologia é “uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais”, mas no capitalismo ela se configura como “um instrumento de controle e dominação” (Marcuse, 1999, p. 73).

A tecnologia na sociedade industrial continua a ser utilizada principalmente no sentido da dominação dos homens sobre os homens e dos homens sobre a natureza, guiada pela racionalidade da dominação tecnológica segundo a qual o universo dos fatos dados passa a ser aceito como o único possível. Dessa forma, a sociedade contemporânea impõe a todos a adoção da tecnologia não só como um meio, mas como um fim em si mesmo. Na concepção de Marcuse (1999), a racionalidade técnica constitui uma ideologia; a ideologia da racionalidade tecnológica à medida que é a expressão de relações objetivas de uma sociedade tecnicamente administrada, isto é, uma sociedade unidimensional.

Sobre a tecnologia na sociedade industrial e seus efeitos sociais e políticos, o autor afirma que, na sociedade industrial desenvolvida,

> o aparato técnico de produção e distribuição (com um crescente setor de automatização) não funciona como a soma total de meros instrumentos que possam ser isolados de seus efeitos sociais e políticos, mas, antes, como um sistema que determina, *a priori*, tanto o produto do aparato como as operações de sua manutenção e ampliação. Nessa sociedade o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidade e aspirações individuais. Oblitera, assim, a oposição entre existência privada e pública, entre necessidades individuais e sociais. A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social (Marcuse, 1967, p. 18).

O autor afirma também que a tecnologia não é neutra e independente como tradicionalmente se imagina (ou melhor, como normalmente é imposto, de modo inequívoco e avassalador, por um discurso que opera em toda a sociedade), já que,

> em face das particularidades totalitárias dessa sociedade, a noção tradicional de neutralidade da tecnologia não mais pode ser sustentada. A tecnologia não pode, como tal, ser isolada do uso que lhe é dado; a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas (Marcuse, 1967, p. 19).

Assim, a racionalidade tecnológica torna-se racionalidade política quando,

> no ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política (Marcuse, 1967, p. 19).

A administração técnica das esferas de produção, distribuição e consumo das mercadorias caracteriza o capitalismo monopolista e não há lugar para os indivíduos — e tampouco para a expressão do pensamento e para o desenvolvimento de outras formas de manifestação que não seja aquela da razão instrumental.

Pode-se pensar que as políticas educacionais para o ensino correspondem a um instrumento legal dos governos na conformação de leis que regem o sistema da sociedade industrial. E não aceitando os objetivos postos por essa legislação como sendo os mesmos objetivos dos jovens que buscam a formação técnica, a presente pesquisa pretende verificar como a juventude estabelece suas relações com a escola, com a família e com a sociedade, considerando que estas três esferas da vida influenciam

preponderantemente a tomada de decisão do jovem, incluindo aí os caminhos que ele deverá tomar após o término do curso profissionalizante.

Orientando-se mais uma vez por Marcuse (1967), considera-se que:

> a teoria crítica deve abstrair-se da organização e utilização práticas dos recursos da sociedade, bem como dos resultados dessa organização e utilização. Tal abstração que se nega a aceitar o universo de fatos dados como o contexto final de validação, tal análise "transcendente" aos fatos à luz de suas possibilidades, captadas e negadas, pertencentes à própria estrutura da teoria social (Marcuse, 1967, p. 15).

Dessa forma, examinar as expectativas dos jovens estudantes do IFSP diante do futuro — enquanto estão na etapa de formação de um curso técnico — permitirá aferir se o ingresso no mercado de trabalho é o principal objetivo deles.

Nessa fase em que o jovem está se projetando para um "mundo adulto", a definição por uma profissão é algo bastante conflitante. Conforme Erikson, essa escolha "assume um significado que excede a questão da remuneração e do *status*". É por essa razão que, segundo o autor, "alguns adolescentes preferem não trabalhar, por algum tempo, em vez de serem forçados a ingressar numa carreira que, sendo promissora, ofereceria perspectivas de êxito, mas sem a satisfação de funcionar com excelência ímpar" (Erikson, 1976, p. 130).

Sobre a noção de que a juventude vive uma "moratória social", concedida pelos adultos, o autor afirma que

> à medida que os progressos tecnológicos ampliam cada vez mais o intervalo de tempo entre o começo da vida escolar e o acesso final do jovem ao trabalho especializado, a fase de adolescência torna-se um período ainda mais acentuado e consciente; e, como sempre aconteceu em algumas culturas, em certos períodos, passou a ser quase um modo de vida entre a infância e a fase adulta (Erikson, 1976, p. 128).

Tomando essas considerações como referência, o que se pretende aqui é investigar as relações entre educação profissional e juventude no âmbito das reformas do ensino técnico profissional, tendo como referência os interesses desses jovens a respeito de suas trajetórias pessoais e das expectativas que manifestam entre a escola e o futuro. Para tanto, os principais conceitos que orientam esta pesquisa são: formação, educação, ensino, instrução, tecnologia e juventude.

Alguns autores já se preocuparam em fazer a distinção entre os conceitos de formação, educação e instrução. Entre eles está o russo Anatóli Lunatcharski,[6] que lançou as "bases do novo sistema de instrução [e elaborou] as principais teses teóricas e práticas da edificação da escola socialista". Segundo Mikhail Prokofiev[7], Lunatcharski "levou à prática os princípios da escola politécnica unificada do trabalho, criou uma ampla rede de educação pré-escolar, de instrução profissional secundária e de ensino superior, de estabelecimentos de ensino e de cultura" (Lunatcharski, 1988, p. 3).

Na relação que se estabelece entre os conceitos de instrução, ensino, educação e formação, Lunatcharski diz que "a instrução engloba o ensino e a educação" e que ambos estão estreitamente imbricados. No ensino mantém-se "a velha cultura, isto é, o que até agora foi criado pela civilização", enquanto que a educação "tem por tarefa formar o caráter" do indivíduo (Lunatcharski, 1988, pp. 234-235). O autor diz ainda que surgiu a tendência para uma interpretação mais ampla do termo instrução, "modernizada pelo novo termo de formação 'permanente' ou 'contínua'" (Lunatcharski, 1988, pp. 257-258). Na época da Revolução Russa, o autor estabeleceu que a instrução engloba a educação, procurando assim distinguir a instrução (isto é, o ensino, a transmissão e a apropriação do que a civilização já produziu) da formação do caráter (que é incumbência da educação).

De um ângulo distinto daquele da teoria crítica, observa-se na concepção de Lunatcharski a impossibilidade de o ensino técnico promover a formação do aluno para a autonomia, muito embora o autor deposite no

---

[6] Anatóli Lunatcharski foi nomeado por V. I. Lênin, Comissário do Povo para a Instrução Pública.

[7] Mikhail Prokofiev foi membro ativo da Academia das Ciências Pedagógicas da URSS e assina a nota ao leitor no livro de Lunatcharki.

trabalho um papel formador — ainda que não seja a formação imediata para o mercado de trabalho. Por essa via, o ensino técnico pode, em virtude de sua organização, promover somente a transmissão da “velha cultura”, ou seja, um repasse ao aluno daquilo que até então foi criado pela civilização — um ensino considerado necessário para o conhecimento da técnica, direcionado ao mercado de trabalho e desacompanhado da educação, conforme Lunatcharski (1988).

O modelo de ensino técnico proposto pelo Decreto nº 2.208 de 1997 foi inicialmente apresentado e discutido nesse sentido. O objetivo do modelo era que cada módulo do curso formasse o aluno dentro de uma especialidade para atender a uma determinada ocupação no mercado. Tendo cursado todos os módulos, o aluno teria o curso técnico concluído. Em tal modalidade de ensino — cuja característica era a de uma formação rápida e, por isso, com pouco tempo disponível para a formação —, o professor estaria atuando como um instrutor, treinando o aluno para uma determinada atividade, transmitindo a “velha cultura”, repassando o que até então foi criado e ensinando a operar máquinas e a desenvolver atividades pontuais dentro de um curso. O modelo de ensino foi duramente criticado por muitos professores da rede federal e não foi concebido conforme a proposta inicial. Comprovou-se que os alunos não buscavam aquela formação técnico (técnico desvinculado do médio) e sim o curso técnico completo. Vale mencionar também que havia divergências educacionais e políticas que emperravam o processo.

Comparado ao modelo de ensino técnico integrado que estava em vigor antes do ensino técnico desvinculado — que voltou no ano de 2004, com o Decreto nº 5.154 e com a mudança de governo —, afirma-se aqui que o técnico desvinculado é mais específico e mais direcionado para o mercado, enquanto que o integrado é mais amplo, com maior tempo de formação e vinculado ao ensino médio, embora também tenha como objetivo a educação para o trabalho.

Porém, cabe salientar que essas mudanças na legislação — ora separando, ora integrando os ensinos técnico e médio — são meras formalidades, pois não resolvem o problema do ponto de vista da formação do aluno. A emancipação, por intermédio da educação, não é possível na

sociedade capitalista, tal como se depreende da própria legislação educacional, que tem se mostrado invariavelmente vinculada ao trabalho alienado e comprometida com o sistema econômico vigente.

Por outro lado à concepção da teoria crítica da sociedade, a propósito da formação, diz que esta é apropriação da cultura pelo lado do sujeito, do que decorre considerar que, se a instrução pode ser entendida como um momento fundamental, contudo, ela não esgota a educação e a formação. A formação é apropriação da cultura pelo sujeito e a instrução pode ser incluída como elemento da adaptação. Desse modo a instrução é condição da educação e da formação sem que estas estejam reduzidas àquela (Adorno, 1995).

Problema de pesquisa

Ao longo da introdução desta pesquisa foram formuladas as seguintes perguntas: as mudanças vividas pela juventude — público-alvo das reformas do ensino profissional de nível médio — são acompanhadas pelas modificações do ensino técnico? O ensino profissionalizante é projetado no sentido de modelar esse público-alvo e exercer o controle social sobre o futuro dessa juventude? Qual é a visão que os alunos do ensino técnico de um instituto federal de educação profissional têm sobre o seu futuro? E, ainda, sobre os interesses desses estudantes, questiona-se: eles estão relacionados à racionalidade tecnológica vigente no mundo capitalista? As esperanças e os objetivos desses jovens são os mesmos que a família e a escola têm em relação a eles? Finalmente, suas expectativas são as mesmas que as da sociedade e dos governos (que, por meio da legislação, organizam o ensino profissional)?

As indagações apresentadas durante esta introdução são importantes para fundamentar a discussão que se estabelece com a teoria e com alguns estudos brasileiros que se relacionam com o tema desta pesquisa. Questões diretamente vinculadas aos objetivos desta pesquisa podem ser assim formuladas:

1. Qual é a caracterização dos alunos dos cursos técnicos do IFSP?

É importante caracterizar os alunos para analisar os resultados encontrados pela pesquisa empírica. Ou seja, saber quem são esses jovens quanto à idade e ao sexo; saber se eles trabalham ou se fazem outro curso paralelamente ao curso técnico; e saber também se são oriundos de escola pública ou de escola privada. Essas questões que traçam o perfil do jovem estudante têm a finalidade de discutir, por exemplo, a proporção entre os sexos em determinados cursos e as condições sociais e econômicas desses alunos — nesse caso, especialmente nas questões que se referem à faixa etária e ao fato de fazerem outro curso em paralelo e de terem um trabalho, pois a partir daí já é possível identificar aqueles que vivem com os pais e aqueles que moram sozinhos e têm que se sustentar por conta própria.

2. O que diz o estudante do IFSP sobre a sua trajetória entre a escola e o futuro e quais os motivos que o estimulam a optar por um curso técnico?

Conhecer as razões que levaram o jovem a ingressar no curso técnico é fundamental para esta pesquisa. Dessa forma, é possível analisar o que pensa o estudante em relação à sua trajetória entre a escola e o futuro e verificar, por meio das respostas ao instrumento de pesquisa, o que levou este jovem a buscar o curso técnico. As respostas possíveis a essa pergunta são as seguintes: para obter uma formação profissional; para obter um treinamento para o mercado de trabalho, pois, o curso dá possibilidade de emprego e salário; para ingressar no mercado de trabalho e ter uma profissão, já que o curso é valorizado e a escola é reconhecida; para se preparar para a universidade — nesse caso, ou porque o curso é fácil, ou porque foi o único a que teve acesso, ou porque o ensino é gratuito; ou, finalmente, o jovem buscou o curso técnico por recomendação da família ou de um amigo.

3. Qual a correspondência existente entre as expectativas dos jovens que estão em fase de conclusão de um curso técnico e os objetivos curriculares desse nível de ensino profissionalizante?

Essa questão é extremamente relevante na pesquisa, pois o que se pretende é verificar a relação entre a juventude e a educação profissional. Das respostas dos alunos às questões que se referem à legislação para tal nível de

ensino, será possível analisar e discutir essa correspondência, ou seja, se os alunos identificam no ensino técnico os objetivos da legislação.

4. Quais as expectativas dos jovens estudantes dos cursos técnicos do IFSP em relação a seu futuro?

A questão é: o que pretendem os jovens que estão prestes a concluir o curso técnico: ingressar no mercado de trabalho na área em que estão se formando; mudar de área para atuar no mercado; fazer cursos profissionalizantes; ou, finalmente, continuar estudando e fazer curso superior? Das respostas aqui obtidas, será possível examinar quais são as expectativas de futuro desses jovens diante da formação técnica.

Objetivos

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação existente entre a educação profissional e a juventude no âmbito da educação profissional de nível médio do IFSP[8]. Desse objetivo geral decorrem os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar o que responde o jovem a respeito de sua trajetória entre a escola e o futuro
2. Analisar se existem diferenças no posicionamento dos alunos dos cursos integrados para os alunos dos cursos técnicos.
3. Averiguar quais os motivos que o estimulam a optar por um curso técnico.
4. Verificar os fins do ensino profissionalizante de nível médio e a correspondência existente entre eles e as expectativas dos jovens que estão se formando num curso técnico.

[8] Partindo do interesse em pesquisar a juventude da rede federal de educação profissional e considerando o local de realização desses estudos, optei pelo IF de São Paulo para o desenvolvimento desta pesquisa. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é uma autarquia federal pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculado à SETEC do Ministério da Educação. A unidade-sede do IFSP localiza-se na capital do Estado e surgiu no ano de 1910, como Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. A instituição passou por diversas denominações quando, em 1999, a então Escola Técnica Federal de São Paulo passou a ser chamada CEFET-SP e em 2009, passou a denominar-se IFSP.

5. Investigar as expectativas atuais do jovem em relação ao seu futuro.
6. Questionar se os alunos recebem incentivo a continuidade dos estudos, após a conclusão do curso técnico.
7. Verificar como os jovens entendem a formação que recebem.

Hipóteses

Partindo da premissa de que a especialização técnica produz indivíduos cada vez mais parciais, fragmentados e — por que não? — dependentes do trabalho, a hipótese desta pesquisa pode ser assim formulada: a formação técnica é um processo de formação voltada para a adaptação, o que reduz a possibilidade do florescimento da individualidade e da própria formação que aponte para a apropriação da cultura, para a autonomia e autoconsciência. A hipótese geral é a de que existem divergências entre as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro e as expectativas daquilo que estes jovens pensam que a sociedade industrial espera deles, ou seja, buscar inserir-se no mercado de trabalho, tão logo concluída a sua formação técnica. Dessa hipótese geral decorrem as seguintes hipóteses específicas, que por sua vez desdobram-se em hipóteses derivadas, a serem verificadas estatisticamente, por intermédio dos resultados obtidos da aplicação do instrumento de pesquisa:

1. Os alunos dos cursos técnicos do IFSP são predominantemente oriundos de escolas particulares e na faixa etária de 14 – 18 anos
2. A trajetória do jovem estudante do ensino técnico do IFSP não é uma relação direta entre a escolha pelo curso e a busca pela profissão na área de formação.

   1.1 – O aluno procura o curso técnico porque pretende ingressar no mercado de trabalho e preparar-se para a universidade.
3. As atitudes dos alunos dos cursos integrados e dos cursos técnicos não estão associadas.

4. O aluno opta pelo curso e pela escola tendo em vista uma formação técnica gratuita e também um bom preparo para a universidade.

   3.1 – O jovem busca no IFSP formação técnica ou treinamento para o mercado de trabalho.

5. É fraca a correspondência entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos.
6. As expectativas de futuro dos jovens que cursam o ensino técnico são mais voltadas para a continuidade dos estudos do que para ingressar imediatamente no mercado de trabalho.
7. Os pais, os professores e a instituição incentivam a continuidade dos estudos após a conclusão do curso técnico.
8. O entendimento dos jovens quanto à formação técnica recebida é de que essa interfere no seu futuro, que atende as suas expectativas de formação e de que o curso precisa estar em constante atualização.

Organização da pesquisa — capítulos e anexos

A estrutura do presente trabalho procura delinear, na sua introdução, a motivação pelo tema da pesquisa, situando a instituição pesquisada e a minha experiência como professora do ensino técnico, onde vivenciei duas reformas curriculares implementadas em virtude das mudanças de governo. As reflexões a respeito da relação entre educação profissional e juventude e também sobre os conflitos gerados pelas modificações ocorridas no ensino técnico são debatidas à luz do referencial teórico adotado.

No primeiro capítulo faz-se um breve histórico do ensino profissionalizante no Brasil, debatendo sua relação com o desenvolvimento econômico e social do país, apontando as alterações que ocorreram na legislação, analisando os vínculos da educação com o trabalho e, ainda, justificando a necessidade da discussão sob o ponto de vista dos jovens estudantes. Apresenta-se também um levantamento bibliográfico realizado acerca do tema em questão, além de pesquisas selecionadas sobre a

juventude brasileira, procurando assim estabelecer um diálogo com este estudo.

No segundo capítulo apresentam-se as primeiras etapas do trabalho de campo realizado — a descrição da instituição em que foi realizado, a definição da população e os critérios de seleção da amostra da pesquisa.

O terceiro capítulo traz a pesquisa de campo realizada no IFSP. Primeiramente aparecem a população e a amostra final do levantamento e, na sequência, os resultados estatísticos da escala geral, das subescalas e de cada item que compõe o instrumento de pesquisa. Os resultados das respostas dos alunos ao questionário refletem a opinião dos alunos do IFSP sobre a relação entre educação profissional e juventude e são examinados com o intuito de atingir os objetivos desta pesquisa.

Logo após as considerações finais, são apresentados os anexos da pesquisa. Esses anexos são parte integrante deste trabalho à medida que representam as etapas realizadas para a elaboração da tese. O anexo 1, denominado questionário preliminar, foi testado com uma amostra de jovens pertencentes a cursos de iniciação profissional do programa Escola de Fábrica. Os resultados da aplicação deste instrumento inicial de pesquisa aparecem no anexo 2 e foram apresentados por ocasião do projeto de pesquisa entregue à comissão de bolsas do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação, História, Política, Sociedade. O anexo 3, denominado questionário-escala, refere-se ao instrumento-piloto aplicado com uma amostra de jovens de um curso técnico já do IFSP. Os resultados da aplicação deste questionário aparecem no anexo 4 e serviram para a realização do processo de validação do instrumento de pesquisa, cujos resultados foram apresentados por ocasião do exame de qualificação desta tese. O anexo 5, denominado questionário final, foi o instrumento de pesquisa desenvolvido e aperfeiçoado a partir dos questionários anteriores e utilizado para a coleta dos dados desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

A JUVENTUDE E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Neste capítulo discute-se as alterações ocorridas na legislação educacional de nível médio, com base em um breve histórico sobre as mudanças no ensino profissionalizante brasileiro, culminando com as últimas reformas do ensino técnico. Apresenta-se também a revisão de literatura, acerca do tema em questão e pesquisas selecionadas sobre a juventude brasileira relacionadas ao trabalho.

1.1 — A formação técnica e o mercado de trabalho

O ensino profissional no Brasil passou por uma série de alterações, desde a sua criação até os dias atuais. Essas modificações ocorreram em virtude das diversas e significativas transformações (políticas, econômicas, sociais, culturais e, consequentemente, educacionais) pelas quais o país passou especialmente a partir de meados do século XX e se deram também pelo entendimento que o governo de cada época tinha em relação ao momento em que vigeram e de acordo com o que se vislumbrava para o futuro do país — e, no caso, sobre o papel do ensino profissional.

A educação no Brasil esteve invariavelmente associada ao trabalho e ao desenvolvimento econômico e social do país, principalmente no que se refere ao ensino profissionalizante. Os períodos de industrialização e de urbanização crescentes tiveram uma relação direta com a criação desse nível de ensino na educação do país.

Para melhor entender e situar o caminho que o Brasil percorreu em relação ao ensino profissional — e tomando aqui como ponto de partida a industrialização dos anos 1940 e 1950 em diante[9] —, torna-se necessário

[9] O ensino profissional no Brasil tem uma história anterior que pode ser acompanhada, por exemplo, pela leitura dos três volumes de Luiz Antônio Cunha, sobre a história do ensino profissionalizante no país. São elas: Luiz Antônio Cunha. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ª edição. São Paulo/Brasília, Editora da UNESP/FLACSO, 2005a. Luiz Antônio Cunha. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ª edição. São Paulo/Brasília, Editora da UNESP/FLACSO, 2005b. Luiz Antônio Cunha. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2ª edição. São Paulo/Brasília, Editora da UNESP/FLACSO, 2005c. O autor aborda o tema situando o leitor

destacar as mudanças ocorridas no país e que influenciaram a educação profissional brasileira após a sua criação.

Segundo Luiz Antônio Cunha (2005b), nas décadas de 1940 e 1950 o parque industrial se diversificou e a substituição de importações indicou um caminho para o desenvolvimento do país. As multinacionais começaram a se instalar no Brasil, ao mesmo tempo em que a urbanização e o crescimento da classe média provocaram a expansão dos setores de comércio e serviços. No decênio de 1940, as políticas educacionais sofreram mudanças e estabeleceu-se a Lei Orgânica para cada ramo da educação, inclusive para o ensino industrial e comercial.

Nesse período foi criado o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), mais precisamente no ano de 1942. O Senai seria uma instituição pública, pois foi criado por um decreto-lei, numa imposição do Estado, instituindo uma "contribuição compulsória para financiar a formação profissional de operários para a indústria" (Cunha, 2005b, p. 46). No que se refere a ambigüidade — da sua dimensão pública ou privada do Senai — o autor destaca o papel do Estado como "protagonista do desenvolvimento econômico, empenhado na industrialização, [sendo] capaz de perceber a necessidade do capital na formação da força de trabalho necessária a sua reprodução ampliada, antes mesmo dos próprios capitalistas" (Cunha, 2005b, p. 46).

De acordo com Cunha (2005b), "em 1944 foi elaborado o primeiro plano de construção de escolas próprias de aprendizagem do Senai, em todos o país, prevendo 59 estabelecimentos". O processo de distribuição das escolas, quanto à localização, "mostra uma distribuição distinta das escolas de aprendizes artífices criadas pelo presidente Nilo Peçanha, base da rede federal de escolas industriais e técnicas [hoje institutos federais, na sua grande maioria], estas contemporâneas ao Senai". As escolas da rede federal foram instaladas, uma em cada estado, conforme decreto presidencial. No caso do Senai, "o Departamento Nacional levou em conta a distribuição da força de trabalho, [visto que] o poder de dimensionar e localizar a rede escolar estava

---

quanto às transformações ocorridas no ensino profissional, desde a época da colônia até a virada do século XX para o XXI

com a ‘classe empresarial’ e não com a ‘classe política’”, diferentemente da distribuição das escolas de aprendizes artífices (Cunha, 2005b, pp. 60-61).

Nos anos 1950 e 1960 as atividades do Senai eram de curta duração, “com apenas algumas dezenas de horas, denominadas treinamento”. Dos anos 1970 em diante, por razões “mais ligadas à política educacional do que ao setor produtivo, foram criados no Senai os cursos técnicos de nível médio, voltados para certas especialidades”. Num importante destaque o autor aponta: “Ao contrário das escolas técnicas federais, cujos cursos são mais generalistas, a maioria dos cursos técnicos oferecidos pelo Senai são mais especializados” (Cunha, 2005b, p. 63).

Cabe ainda destacar a respeito do Senai, a metodologia do ensino utilizada, que caracterizava a divisão técnica do trabalho associada diretamente ao processo de aprendizagem: as séries metódicas. Tal modelo, de acordo com Cunha (2005b), “permitiam (aliás, exigiam) a delimitação de um ofício (ou parte dele) a ser ensinado, mas de forma que ele fosse entendido como um conjunto de operações que poderiam ser aprendidas separadamente”. O Senai improvisou instrutores, padronizou métodos de ensino e nesse sentido, no que diz respeito às séries metódicas, “a padronização da nomenclatura, da definição das operações componentes de cada ofício e das sequencias do seu ensino representavam uma vitória dos setores que defendiam a centralização pedagógica como contraponto da descentralização política da instituição” (Cunha, 2005b, pp. 66-67).

Nos anos 1960 e 1970, as reformas universitárias e do ensino básico marcaram um período chamado de racionalização e, no ensino profissional, essa tendência levou à adequação dos centros de educação técnica às exigências do sistema produtivo, industrial e agrícola. Ainda nas décadas de 1960 e 1970, a educação buscou responder às exigências do mercado de trabalho e foi promulgada a Lei nº 5.692 de 1971, que incluiu entre os objetivos dos ensinos de 1º e 2º graus “a qualificação para o trabalho”.

Já em 1982, uma mudança na legislação deu fim à proposta de profissionalização compulsória, que foi a principal articulação entre trabalho e educação que o Brasil já conheceu. O termo *qualificação* para o trabalho foi substituído por *preparação* para o trabalho, no objetivo geral do ensino de 1º e

2º graus, conforme o parecer do CFE (Conselho federal de Educação). Segundo Cunha (2005b), “a preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, seria obrigatória nos ensinos de 1º e 2º graus, e deveria constar nos planos curriculares de cada estabelecimento escolar”. Ao contrário da Lei nº 5.692 de 1971, que “tornava universal e compulsória a habilitação profissional no 2º grau, o dispositivo modificado dizia: *A preparação para o trabalho no ensino de 2º grau poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino*. Dessa forma, a obrigatoriedade da preparação para o trabalho dada pela Lei nº 5.692 de 1971 foi retirada pela Lei nº 7.044 de 1982, provocando assim um esvaziamento no ensino profissionalizante do país, segundo o autor. Sobre a mesma lei, destaca ainda:

> a Lei nº 7.044 de 1982 - não descartou os pareceres elaborados pelo CFE com base na Lei nº 5.692/71, que ficaram valendo integralmente. Numa surpreendente manobra político-pedagógica, o que se fez foi acrescentar a possibilidade desejada pelas instituições provadas, que atendiam aos setores da mais alta renda das camadas médias, aos administradores que constatavam, a cada dia a impossibilidade de implantar os ditames da lei anterior” (Cunha, 2005b, p. 206).

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), contendo um capítulo (o capítulo 3) que trata somente da educação profissional. Posteriormente, dois decretos foram promulgados a partir da LDB, determinando dois caminhos diferentes para a educação profissional de nível técnico no país. Esses decretos serão analisados no decorrer do texto, pois fazem parte do período histórico que está sendo aqui analisado e também porque exercem influências no ensino profissional ofertado atualmente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O desemprego tem sido a marca social da economia globalizada. Enquanto grande parte das pessoas perde seus empregos, valoriza-se a mão de obra de uma minoria qualificada. As ocupações e as atividades vêm se alterando e se modificando em virtude da tecnologia. Por muito tempo acreditou-se que qualificação técnica e intelectual resultaria em aumento da produtividade e em benefícios econômicos para os trabalhadores. Dessa

forma, a ação educacional foi voltada ao atendimento do mercado de trabalho e, sobretudo no ensino profissional, esta questão se fez presente, conforme já relatado na introdução deste texto. As mudanças ocorridas no mercado de trabalho e as exigências do processo produtivo orientaram as reformas no sistema educacional brasileiro, que se voltou para a formação da força de trabalho, principalmente no período de industrialização do país.

Porém, cabe insistir aqui que, pela perspectiva teórica adotada, esse processo de industrialização — que culminou nas diversas reorganizações da formação por meio da educação no ensino técnico profissional — tem que ser discutido. Visto que, à luz da teoria crítica da sociedade, industrialização significa o predomínio da racionalidade técnica cuja finalidade é tão somente a reprodução do próprio sistema de produção, mediante a submissão dos indivíduos, poder-se-ia dizer então que tal racionalidade se dá pelo trabalho e, consequentemente, pela educação orientada pelo trabalho, fazendo com que a educação cumpra, portanto, uma função ideológica.

A função ideológica atribuída aqui à educação pautada pelo trabalho, refere-se à crítica da afirmação de que “o trabalho forma”, proferida por Hegel “que interpreta retrospectivamente a educação na sociedade já feita”. Diferentemente, Marx pensa a educação “na práxis ainda inconclusa do presente. A realidade efetiva da história é uma “formação pelo trabalho”: eis a revolução copernicana de Marx” (Leo Maar, 1995, p.17). O caráter formativo do trabalho é questionado, por Marx, a partir de uma determinada forma social assumida pelo trabalho; a forma social capitalista. Embora o trabalho fosse considerado formador, na sua concepção, “o que se observa era a universalização da forma social do trabalho alienado, deformador” (Leo Maar 1995, p.17).

Embora a ideologia assuma outro caráter no capitalismo tardio, ela continua apresentando e expressando as contradições sociais. Se, por um lado, no discurso e nas ações políticas a educação está diretamente vinculada ao trabalho, na prática, por outro lado, a apropriação que os indivíduos fazem da escola e do ensino profissionalizante aponta para outras perspectivas, para outras possibilidades e expectativas. A contradição não pode ser entendida como produtora de consciência sobre elas, mas como uma necessidade quase

instintiva dos indivíduos buscarem alternativas para as suas vidas diante de situações que se apresentam como inevitáveis e até inexoráveis.

No que se refere ao emprego, em determinados períodos foi possível constatar, dentro dos até então Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a estreita relação entre a formação recebida e o mercado de trabalho, de acordo com relatos de professores dessas instituições — e que, no caso, foram analisados em ocasião da minha dissertação de mestrado (Loponte, 2006). Atualmente, porém, diante das mudanças ocorridas no cenário nacional, uma melhor formação não garante mais uma renda maior, e, ainda, formação profissional não é mais garantia de emprego.

Nas constantes reformas realizadas no ensino profissional no país, durante a última década, ainda foi possível acompanhar modelos que se baseavam em "receitas" de uma formação imposta para atender a setores específicos do mercado de trabalho, em uma verdadeira tentativa de continuação do adestramento da mão de obra.

Hoje em dia, aliás, ainda é possível constatar ações políticas que vinculam o acesso à educação à possibilidade de emprego e renda. Nas justificativas dadas para as alterações sofridas pelo ensino técnico no Brasil — ou seja, do modelo anteriormente citado para o modelo atual —, também aparece no discurso do ministro da Educação a promessa de emprego aliada à formação técnica. O ministro disse que, no ano de 2006, somente 10% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam na universidade e que, "por esse motivo, integramos os ensinos técnico e médio, quando revogamos em 2005 o decreto que dissociava as duas modalidades", a fim de garantir a formação para o jovem ter acesso ao mercado de trabalho. O ministro justificou que, diante da taxa média de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos ser de 17% (quase o dobro da taxa de desemprego nacional, que é de 9%), o objetivo do atual governo é ampliar a participação do ensino tecnológico do país.[10]

Pesquisa realizada pelo Datafolha em 2008 (com 120 perguntas feitas a 1.541 entrevistados em 168 cidades do país) mostrou que 34% dos jovens

---

[10] Declaração do ministro da Educação Fernando Haddad. Fonte: *Ensino técnico permite reduzir desemprego de jovens*. Portal do Ministério da educação, 23 de outubro de 2006. Disponível na internet em http://portal.mec.gov.br/setec/, em 10 de novembro de 2006.

entre 16 e 17 anos têm como aspiração formar-se em uma profissão, enquanto que o maior desejo para aqueles que têm entre 22 e 25 anos é a realização profissional, com 17%. A matéria chama a atenção para o baixo índice de importância dado aos requisitos “formar-se numa profissão” e “realizar-se profissionalmente”. A resposta ao desânimo pode ser encontrada na alta taxa de desemprego que atualmente abarca quase metade dos jovens entre 16 e 25 anos[11] — fato este, aliás, que vem ao encontro do que pretende analisar esta pesquisa, isto é, verificar as expectativas dos jovens diante da formação técnica e perante as oportunidades reais de trabalho.

O que se discutiu até aqui é suficiente para sustentar que a educação profissional de nível médio é uma condição importante para o desenvolvimento do futuro dos jovens e de suas expectativas. Do ponto de vista dos jovens, a sociedade atual difunde que o ensino profissionalizante é uma mediação que lhes proporciona a qualificação profissional, sendo esta, portanto, uma condição necessária tanto para sua inserção no mercado de trabalho quanto para a sua vida adulta. Mesmo que admitida como necessária, a educação profissional não é suficiente; e, sendo necessária, ela implica dois sérios problemas. O primeiro problema é que a educação profissional torna-se mais uma expressão da ideologia da racionalidade tecnológica, pois existe aí uma promessa de que, se o jovem quiser ser bem-sucedido na vida, ele deve se formar no ensino profissional de nível médio para ter seu primeiro emprego e, com isso, um futuro imediato de inserção no mundo do trabalho e no mundo adulto. Nessa medida, a educação profissional repõe esse discurso e essa ideia como sendo uma condição necessária. Porém, isso não é suficiente, e o que se vê é que ela se apresenta como uma ideologia. O segundo problema da educação profissional é que ela não cumpre o que promete. Profissionalizar-se e dispor-se ao mercado de trabalho é contraditório também em outro aspecto, pois muitos desses jovens não fazem o curso técnico com o objetivo de ingressar imediatamente no mercado de trabalho. Nesse caso, a expectativa deles é outra, ou seja, é fazer o curso técnico para se qualificar e, assim, entrar em outro lugar: a universidade.

---

[11] Fonte: *Leituras de um retrato da realidade.* Disponível na internet em http://br.noticias.yahoo.com/s/080805/31, em 5 de agosto de 2008.

1.2 — Levantamento bibliográfico

Com base em um levantamento bibliográfico realizado, foi possível constatar a existência de pesquisas que relacionam as expectativas dos jovens com o ensino aplicado nas instituições de educação profissional. Entretanto, uma parte desses estudos tem por premissa a ideia de que o futuro desses jovens já está direcionado para o mercado de trabalho, o que já introduz o juízo de que eles não teriam outras expectativas em relação ao seu futuro.

Para este levantamento bibliográfico foram consultados os seguintes bancos de teses: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Os descritores utilizados para a seleção dos trabalhos foram os seguintes: educação e trabalho, juventude e adolescente, ensino profissional e educação profissional, CEFET e CEFET-SP.[12] A busca das pesquisas se deu no período compreendido entre 1996 e 2004. Para a seleção, foram estabelecidos como critérios aqueles trabalhos que continham mais de um dos descritores redigidos isoladamente. Como outro critério de seleção, adotou-se a leitura do resumo de cada um dos trabalhos.

O conteúdo de cada resumo e o título dos trabalhos foram as formas utilizadas para classificá-los e dividi-los em categorias. Dos bancos de pesquisas da PUC-SP, FEUSP e UNICAMP só estão indicados, neste projeto, os trabalhos cujos registros não se encontravam no banco de teses da CAPES.

---

[12] Os procedimentos utilizados para a coleta de dados no banco de dados da CAPES foram os seguintes: cada um dos descritores foi digitado separadamente no campo “assunto”; no nível de pesquisa optou-se por “mestrado” e “doutorado”; e na base para a pesquisa foi selecionado separadamente o período de 1996 a 2004. Na biblioteca digital da PUC-SP, na palavra ou expressão foi digitado cada um dos descritores separadamente; no campo para busca optou-se por “título”; no filtro do banco de dados optou-se por “dissertação” ou “tese”; e no intervalo de ano definiu-se o período de 1996 a 2004. Na biblioteca digital da Faculdade de Educação da USP, na seleção do campo optou-se por “título”; na base optou-se por “teses da USP”; e no campo “busca” foram digitados separadamente cada um dos descritores. Na biblioteca digital da UNICAMP, na opção “procurar por” foram digitados, separadamente, cada um dos descritores, procedendo à busca a partir dos títulos encontrados na área de educação.

Os resultados obtidos, de acordo com os bancos de teses consultados, foram os seguintes:

1. Da CAPES foram selecionadas 19 dissertações e teses, agregadas nas seguintes categorias: a) políticas educacionais; b) processo de transformação das escolas técnicas em CEFET; c) cursos profissionalizantes (estudo de caso); d) educação profissional e movimentos sociais; e) educação para o trabalho na perspectiva do jovem; f) educação do capital.

2. Da PUC-SP foram extraídos quatro trabalhos, agrupados nas seguintes categorias: a) políticas educacionais; b) cursos profissionalizantes; c) centros de educação profissional.

3. Da FEUSP foram selecionados dez trabalhos. Os trabalhos foram agregados nas seguintes categorias: a) políticas educacionais; b) trabalho na visão de jovens operários; c) cursos profissionalizantes.

4. Da UNICAMP foram extraídos nove trabalhos que não são indicados no banco de teses da CAPES. Os trabalhos foram agrupados nas seguintes categorias: a) políticas educacionais; b) cursos profissionalizantes; c) educação e movimentos sociais; d) educação para o trabalho na perspectiva do jovem.

Os resultados do levantamento bibliográfico realizado estão dispostos na tabela 1.

Tabela 1 — Dissertações e Teses por categorias de temas, segundo instituições-fontes*

Temas	Instituições				
	OUTRAS INSTITUIÇÕES	PUC-SP	FEUSP	UNICAMP	TOTAL
Políticas educacionais	12	3	5	5	25
Cursos profissionalizantes	2	1	4	1	8
Movimentos sociais	1	--	--	1	2
Educação no sistema capitalista	2	--	--	--	2
O jovem e o trabalho	2	--	1	2	5
TOTAL	19	4	10	9	**42**

* **Nota**: Pesquisas defendidas no período de 1996 a 2004. Levantamento concluído em 20 de julho de 2007.
O traço (--) indica valor nulo.

Os valores contidos na tabela 1 referem-se a quantidade de trabalhos, por tema, encontrados em cada uma das instituições pesquisadas. Na primeira

linha relacionam-se as pesquisas referentes ao tema “políticas educacionais” que totalizam: 25 estudos, sendo estes obtidos da soma de 12 pesquisas de outras instituições, 3 da PUC-SP, 5 da FEUSP e 5 UNICAMP. A segunda linha refere-se às pesquisas sobre “cursos profissionalizante” que totalizam 8 trabalhos, sendo estes obtidos da soma de 2 pesquisas de outras instituições, 1 da PUC-SP, 4 da FEUSP e 1 da UNICAMP. A terceira linha apresenta as pesquisas sobre o tema “movimentos sociais” que totalizam 2 trabalhos, sendo estes obtidos da soma de 1 trabalho de outras instituições e 1 da UNICAMP. Na quarta linha relaciona-se os trabalhos referentes ao tema “educação no sistema capitalista” que totalizam 2 trabalhos, sendo estes localizados em outras instituições. Finalmente sobre o tema “o jovem e o trabalho” localizou-se 5 pesquisas, sendo obtidas da soma de 2 pesquisas de outras instituições, 1 da FEUSP e 2 da UNICAMP.

Conforme anteriormente explicado, as pesquisas relacionadas do banco de teses da PUC-SP, FEUSP, UNICAMP não foram localizadas no banco de dissertações e teses da CAPES, referido na tabela como outras instituições.

Em resumo, dos dados quantitativos apresentados, a PUC é a que menos produziu sobre o assunto, enquanto a USP e a UNICAMP produziram, cada uma, mais do que o dobro e finalmente outras instituições produziram praticamente cinco vezes mais do que a PUC.

Os temas pesquisados foram os seguintes:

1) Pesquisas que tratam de aspectos relacionados à implementação de políticas educacionais voltadas ao ensino profissionalizante no país.

2) Pesquisas que apresentam estudos sobre cursos profissionalizantes.

3) Pesquisas que incidem sobre a educação profissional relacionada a movimentos sociais.

4) Pesquisas que debatem a educação no sistema capitalista.

5) Pesquisas que trazem a visão do jovem sobre o trabalho, a partir da formação educacional.

Como foi dito anteriormente, esses estudos tendem a relacionar as perspectivas dos jovens estudantes dos cursos profissionalizantes diretamente ao trabalho, como se o trabalho fosse o fim último e único das expectativas desses jovens.

Em pesquisa realizada a respeito do funcionamento de um CEFET (Loponte, 2006), foi possível obter um dado importante sobre a juventude e a relação sobre a sua formação e o acesso ao trabalho. Na pesquisa documental desenvolvida junto à instituição e na pesquisa de campo feita com professores do CEFET-RS, foi possível detectar que parte dos alunos procurava o ensino técnico não porque estivesse interessada no aprendizado de uma profissão, mas para ingressar posteriormente na universidade. A escola formava técnicos que, ao término do curso e após receberem a titulação técnica, iam buscar o ensino acadêmico ao invés de entrar no mercado de trabalho (Loponte, 2006).

Cabe destacar que a pesquisa realizada contou com levantamento documental e pesquisa de campo com professores da instituição, onde, em ambas as etapas, foram obtidas as opiniões da direção do CEFET-RS, do Ministério da Educação e dos professores de tal instituição, por intermédio de documentação pesquisada e de questionário respondido. Nesse sentido, a afirmação de que os alunos estariam mais interessados em ingressar numa universidade do que entrar no mercado de trabalho foi feita por alguns professores e é também o que apontam alguns documentos da instituição, além da fala do então ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Ao término do curso técnico, as expectativas da juventude parecem não estar tão diretamente vinculadas ao mercado de trabalho, ao contrário do que aparentemente gostariam os legisladores que criam as leis voltadas para a educação profissional. Em contrapartida, as respostas para entender como se processa a entrada da juventude no mercado de trabalho estão contidas na experiência escolar, familiar e cotidiana desses jovens, somadas à dependência do processo de expansão educacional. Além disso, no que se refere à relação do jovem com o trabalho, é necessário trazer ao debate também a questão da formação, do trabalho, do desemprego e, ainda, das condições da juventude no âmbito do capitalismo nos dias atuais.

Esta pesquisa, portanto, procura saber dos próprios alunos de uma instituição da rede federal — nesse caso, o IFSP — quais são as suas expectativas de futuro diante da formação técnica, diferentemente da pesquisa concluída em 2006.

1.3 — Pesquisas sobre a juventude no Brasil

A fim de estabelecer um diálogo com a pesquisa que aqui se apresenta, foram selecionados alguns autores brasileiros cujos trabalhos têm como objeto de estudo a juventude no Brasil. Dentro dessas pesquisas, seus autores sistematizam e discutem diversos dados sobre a juventude no país, bem como a relação entre os jovens, a escola e o mundo produtivo — especificamente Foracchi (1965), Gouveia e Havighurst (1969), Pereira (1969), Zibas (2001), Cunha (2002), Giovinazzo Jr. (2003), Spósito (2005), Loponte (2006), Pochmann (2004 e 2007), Meneses (2007) e Batista (2008).

De início, é importante destacar a questão da juventude com relação ao tempo histórico, pois o termo *juventude* é antes de tudo um constructo social e, por isso, a sua posição diante da cultura é alterada. Cabe destacar que os trabalhos mencionados foram realizados em tempos diferentes e, dessa forma, as relações estabelecidas por esses estudos entre a juventude e sua entrada no mundo adulto através da escola têm suas diferenciações.

Houve um tempo no Brasil em que a escola — principalmente a de ensino profissional — garantia a entrada do jovem no mercado de trabalho, e isso de acordo com os depoimentos de professores do CEFET-RS que registrei em pesquisa já citada acima (Loponte, 2006). Em tal pesquisa, os professores mencionaram, por exemplo, o caso de turmas inteiras de determinados cursos técnicos que foram contratadas por empresas do Estado do Rio Grande do Sul na década de 1970. A instituição possui registro de acompanhamento de ingresso no mercado de trabalho de seus ex-alunos. Esses documentos fizeram parte da pesquisa realizada e da dissertação de mestrado defendida no ano de 2006. Hoje, porém, conforme apontam as pesquisas contemporâneas de Spósito (2005) e Pochmann (2007), a escola já não é mais garantia de emprego.

Nessa relação que se estabelece entre o jovem e o trabalho destaca-se o estudo de Foracchi (1965), que diz respeito ao acesso dos jovens secundaristas à universidade brasileira nos anos 1960. A faixa etária que a autora investigou e o período de vida em que os jovens se encontravam são os mesmos do público-alvo desta pesquisa, ou seja, alunos em fase de dirigir-se para a universidade e/ou para o mercado de trabalho.

O objeto de estudo da pesquisa foi a constituição do jovem como categoria social. Foracchi tratou do tema sob a ótica da sociologia da juventude na escola. Em suas conclusões, a autora apontou que, num primeiro momento, esse processo efetua-se por intermédio da família e, num segundo momento, por meio do trabalho. Essa diversificação do modo de vinculação do jovem ao sistema lhe possibilita uma reelaboração de suas alternativas de emancipação. Segundo Foracchi, era nesse percurso que o jovem trilhava da família até o mercado de trabalho que se encontravam as escolhas que ele tomava para o seu acesso ao mundo adulto.

A principal contribuição do estudo de Foracchi para a pesquisa que aqui se apresenta são as considerações sobre os aspectos que configuram a relação do jovem com o trabalho. De acordo com a autora, para melhor entender o caminho trilhado pela juventude até sua inserção no mercado de trabalho, deve-se levar em conta a existência de relações interpessoais, vínculos de responsabilidade e preocupação em corresponder às expectativas da família — itens, portanto, que orientam o jovem no sentido de dependência ou de emancipação do mundo produtivo (Foracchi, 1965).

Já Gouveia e Havighurst (1969) apontaram para um outro aspecto importante com relação ao tema do trânsito que o jovem faz da escola para o trabalho: trata-se da oferta e da procura de pessoal com formação de nível médio — e por isso o estudo desses autores está diretamente relacionado com a esta pesquisa. No entanto, deve-se levar em consideração que tal estudo tratou de um período em que a busca por mão de obra especializada era uma das principais preocupações do Estado (militar e ditatorial), que estava a serviço da indústria e da burguesia e que apregoava o desenvolvimento do país a qualquer preço. Portanto, podemos considerar que os autores já iniciam o estudo apontando para o fato de que havia uma relação direta entre a juventude e as possibilidades de acesso ao trabalho.

A questão da oferta e da procura de pessoal com formação de nível médio pelo mercado de trabalho é um elemento importante a ser destacado. Segundo os autores, seria “interessante verificar o que acontecerá ao ‘estudante que trabalha’ quando, em decorrência da expansão do sistema educacional e a consequente redução do déficit de pessoal com educação de

nível médio, a sua função econômica diminuir" (Gouveia , Havighurst, 1969, p. 199).

Na medida em que se pretende analisar a relação entre a educação profissional e a juventude brasileira no âmbito do ensino de nível médio, será aqui considerada a ampliação do sistema educacional no país, tendo como comparação o momento atual e os períodos anteriores no Brasil, como aquele constatado por Gouveia e Havighurst, nos anos de 1960. A oferta e a procura de pessoal de nível médio pelo mercado têm se alterado diante da expansão da oferta de ensino no país, tendo em vista que, devido ao crescimento populacional, há atualmente mais jovens com formação buscando sua inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a oferta de emprego tem diminuído devido à tecnologia, que reduz cada vez mais os postos de trabalho nas grandes indústrias.

Pochmann (2007) também discute questões relativas à expectativa da juventude brasileira diante do trabalho, comparando os percentuais dos jovens que estão na escola com as taxas referentes aos jovens que já se encontram no mercado de trabalho. Dos dados apresentados pelo autor, destacam-se os percentuais dos jovens na faixa etária dos estudantes de cursos técnicos, Esses dados ajudam a estabelecer vínculos entre os resultados da pesquisa realizada pelo autor e os alunos do IFSP, pois são jovens na mesma faixa etária.

As conclusões do autor são as de que existe uma perda de otimismo do jovem brasileiro em relação às suas expectativas de sucesso quanto ao ingresso no mercado de trabalho, tornando-se assim necessárias "a reformulação de políticas públicas" e "a ampliação do tempo do não-trabalho, associado ao processo educacional, bem como uma melhor preparação para o ingresso em condições adequadas no mercado" (Pochmann, 2007, p. 114). A explicação do autor para essa perda de otimismo se dá por duas razões: em primeiro lugar, pela própria "estrutura social do país — fundada em enorme desigualdade econômica e marcada pelos altos níveis de pobreza, analfabetismo e violência"; e, em segundo lugar, há o "desemprego que fragiliza a percepção da juventude de que por meio do trabalho possa superar as dificuldades que encontra" (Pochmann, 2007, p. 10).

A respeito das transformações ocorridas no modo de produção capitalista, Pochmann (2004) aponta ainda que há “inadequações no formato da transição do atual sistema educacional para o cada vez mais complexo mundo do trabalho” (Pochmann, 2004, p. 224). Nesse sentido, o autor insere na discussão aquilo que ele denomina de “transição da sociedade industrial para a chamada sociedade do conhecimento”, ocorrida devido às transformações no modo de produção capitalista desde o final do século passado (Pochmann, 2004, p. 224). O autor vê como necessária a postergação da entrada dos jovens no mercado de trabalho, oferecendo a eles maiores possibilidades de formação, principalmente para os de baixa renda.

No entanto, levando em consideração a posição do autor, há de se fazer algumas ressalvas a respeito de alguns pontos de vista por ele sugeridos, como, por exemplo: a sua ideia para que exista “uma sincronia direta entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho”; a sua proposta em relação aos períodos que ele caracteriza como espaço de tempo denominado de “vida útil das pessoas”; e, ainda, a sua defesa para a criação de políticas públicas que de certa forma poderiam vir a ocupar o espaço da escola, além de outros. Em decorrência dessas considerações, o autor sugere que a educação proposta para o mercado de trabalho seja repensada, e que “a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho é coetânea para os desafios da sociedade do conhecimento” (Pochmann, 2004, p. 224).

Nessa linha de busca por resultados, a defesa de “uma sincronia direta entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho” (lembrando, como se disse antes, que continua a ser trabalho alienado) acaba determinando à escola média um objetivo final que caracteriza ainda mais a vinculação da educação com o trabalho. Quanto à proposta de adoção de políticas públicas para manter os jovens na escola, o autor citado sugere a abertura de uma possibilidade de transferir o papel de formação da escola para organizações não governamentais. Ora, sabe-se que cada vez mais essas organizações não governamentais estão se inserindo nas escolas — a exemplo da relação pesquisada por Ferreira (2007), entre uma escola técnica do Estado de São Paulo e uma ONG, no que se refere ao encaminhamento de alunos do ensino médio para estagiar no mercado de trabalho. Por fim, quando é mencionada a

ideia de um tempo denominado como “vida útil das pessoas”, parece que está se querendo dizer que o tempo de vida do indivíduo não ocupado com a formação e o trabalho não é útil. A expressão utilizada por Pochmann (2004) reafirma aquilo que nos impõe e nos determina o sistema econômico: viver para o trabalho. O trabalho é o que rege a vida das pessoas nessa sociedade e, portanto, segundo esse autor, tudo o que está fora desse âmbito não é útil. Torna-se necessário ainda destacar que se trata de uma perspectiva econômica, voltada para o mercado.

As alternâncias da legislação podem ser levadas a cabo apenas no sentido de ampliar o tempo de permanência dos jovens na escola. Além disso, os índices de trabalho e de emprego — além do fator de empregabilidade (ou não) da juventude — parecem ser temas importantes para outras determinações e outros interesses que estão longe de ser o objetivo da própria juventude circunscrita na lei.

Essa corrida atrás de alternativas para os problemas sociais brasileiros — especificamente o debate sobre a empregabilidade do jovem — requer um contraponto que tentamos aqui estabelece com base nos escritos de Marcuse sobre aquilo que ele define como pensamento unidimensional, ou seja, um pensamento que é

> promovido pelos elaboradores da política e seus provisionadores de informação em massa. O universo da palavra, destes e daqueles, é povoado de hipóteses autoavaliadoras que, incessante e monoliticamente repetidas, se tornam definições ou prescrições hipnóticas (Marcuse, 1967, p. 34).

É nesse sentido que se apresenta aqui o exemplo das reformas do ensino profissional no Brasil. Por aqui, entra governo e sai governo, os legisladores (ou, no caso, os elaboradores de políticas), providos de modelos de outros países, de imposições de instituições financeiras ou, ainda, de estudos estatísticos realizados com grandes massas, promovem alterações na legislação voltada ao ensino profissionalizante. Nenhuma das mudanças na legislação tem resolvido o problema da formação e tampouco o problema da empregabilidade do jovem — que é realmente o que perseguem os gestores

dos governos. A formação fica comprometida na medida em que está sempre vinculada ao trabalho e a questão da empregabilidade, por sua vez, não pode ser resolvida diante da tecnologia e diante do sistema econômico que rege essa sociedade.

Voltando à proposta apresentada por Pochmann (2004) como alternativa à sociedade do conhecimento (e como um objetivo que se pretende atingir), vale lembrar (e mais uma vez como contraponto) os escritos de Marcuse sobre a filosofia unidimensional. O autor constata que

> o positivismo encontra na sociedade o meio para a realização (e validação) de seus conceitos — harmonia entre teoria e prática, verdade e fatos — desde que a realidade em questão seja cientificamente compreendida e transformada, desde que a sociedade se torne industrial e tecnológica. O pensamento filosófico se transforma em pensamento afirmativo; a crítica filosófica critica dentro da estrutura social e estigmatiza noções não-positivas como mera especulação, sonhos ou fantasias (Marcuse, 1967, p. 165).

Os objetivos propostos e as soluções apontadas aos problemas da sincronia entre o sistema de ensino e o trabalho (Pochmann, 2004) parecem justamente uma tentativa de transformar a situação tão complexa dos jovens em uma equação, em que os resultados indicados possam validar toda a teoria empreendida nessa busca de alternativas às questões levantadas. Em outros termos, o autor pretende converter a negação da juventude ao pensamento afirmativo de que a sociedade do conhecimento é a alternativa para os jovens.

Sobre o mundo do trabalho — termo ambíguo, como se disse ao início, porém recorrente e perseguido pelas políticas educacionais —, cabe mencionar Marcuse ao afirmar que: “O mundo do trabalho se torna a base *potencial* de uma nova liberdade para o homem no quanto seja concebido como uma máquina e, por conseguinte, mecanizado” (Marcuse, 1967, p. 25).

E é para esse mundo do trabalho que estamos direcionando os jovens na escola, uma vez que a legislação educacional deixa claro como objetivo da lei que “a educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia” (LDB nº 9.394 de 1996).

Outra pesquisa aqui destacada é a de Spósito (2005), que problematiza certas afirmações recorrentes sobre os jovens e suas relações com as instituições socializadoras tradicionais, como a família e, especialmente, a escola. Em seus estudos, a autora estabelece um recorte analítico em torno dos jovens que vivem de "modo integral suas experiências, não só no universo escolar, mas na cultura, no lazer, no mundo do trabalho, na família e nas formas que selecionam para seu aparecimento na vida pública" (Spósito, 2005, p. 89). Ela aponta a escola como "caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens, que culminam com sua inserção no mundo do trabalho". Além disso, destaca as transformações ocorridas nos últimos 30 anos que atingiram principalmente a esfera do trabalho e o trabalho assalariado, diversificando e tornando mais complexos os caminhos para a entrada na vida adulta. Dessa forma, a autora conclui que "a escolaridade já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho" (Spósito, 2005, p. 90).

Ao indicar a escola como um centro importante para a constituição da juventude e como uma ampliação de suas experiências até a vida adulta, Spósito contribui para reafirmar aquilo que esta pesquisa se propõe a fazer, ou seja, analisar as expectativas de jovens estudantes diante do futuro, visto que a escola hoje já não se afirma como um grande elemento definidor do futuro profissional. Cabe reforçar que a perspectiva da autora é de cunho sociológico.

O trabalho de Spósito apresenta dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e do estudo do "Perfil da Juventude Brasileira" (2003), de iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania. Com base nesses dados a autora discute a questão da expansão recente das oportunidades escolares em um quadro de crise social (ou os nexos permanentes entre a escola e o mundo do trabalho) e também algumas imagens da educação e da instituição escolar (Spósito, 2005). Com base nesses dados, é discutida em termos gerais a relação entre a escola e o sistema produtivo. Entretanto, para os objetivos desta pesquisa, há de se considerar que existem diferenças entre pensar a escola de um modo geral e pensar especificamente a escola de ensino profissional. Dessa forma, o debate

sobre as relações entre a escola e o trabalho e o debate sobre as imagens dos jovens quanto à educação e à instituição escolar são aspectos contemplados nesta pesquisa.

Em conclusão, tanto Pochmann (2004) quanto Spósito (2005) apontam para uma complexidade cada vez maior daquilo que denominam de “transição do atual sistema educacional para o mundo do trabalho” (Pochmann) — devido ao modo de produção capitalista — ou de “caminhos para a entrada no mundo adulto” (Spósito) — devido às transformações ocorridas nos últimos 30 anos. Por isso, há que se perguntar: mas, afinal, o que é complexo? A tendência da indústria é de substituir o trabalhador pela tecnologia, tal como Marx mostrou no século XIX. Portanto, como pode ser complexo esse processo se a máquina é que faz o trabalho anteriormente realizado pelo homem (e, com isso, há cada vez menos postos de trabalho)? Além disso, se há uma evidente redução da absorção da mão de obra, por que o trabalho deve ser um dos itens mais importantes dentro das complexidades apontadas pelos autores no processo de entrada da juventude na vida adulta?

Sobre as expectativas de ingresso no mercado de trabalho por parte das famílias e dos alunos, Pereira (1969) já apontava, a partir dos estudos realizados à época, que os motivos que conduziam os jovens aos estudos referiam-se à busca pela conquista de melhor posição na estrutura ocupacional, sendo esta a tônica das preocupações dominantes entre o grupo pesquisado. A busca por trabalho refletia-se nos objetivos dos alunos pela procura ao ginásio (naquela época, grau de ensino equivalente ao ensino médio atual); a busca por emprego explicava-se pelas condições desfavoráveis dos alunos pesquisados, e por isso estavam atrás de um trabalho remunerado. O autor chama a atenção quanto à “preocupação quase exagerada pelo trabalho [... que pode...] levar à falsa conclusão de que no desejo de mobilidade ascensional do aluno [...] haja sempre um fundo utilitarista e profissional” (Pereira, 1969, p. 108). Essa questão de fundo utilitarista e profissional não é a única resposta encontrada na pesquisa, pois quando se discute as expectativas dessa população perante a educação sistemática “é fácil perceber que a obtenção do emprego faz parte de um complexo de

exigências bastante coerentes e todas elas ligadas ao desejo de integração e a um estilo de vida tido como superior" (Pereira, 1969, p. 108).

Os alunos pesquisados mostraram ainda uma insatisfação em relação às suas condições de trabalho e expressaram a necessidade de alcançar novas posições na estrutura ocupacional, substituindo trabalhos manuais por não manuais. Segundo Pereira, a escola tem responsabilidade pelo condicionamento dessas atitudes valorativas perante as profissões. Talvez seu papel consista em "dar contornos, em definir melhor, em ampliar certas aspirações que o aluno já traz consigo como resultado de expectativas e exigências que se elaboram no próprio grupo familiar" (Pereira, 1969, p. 109). O autor menciona ainda a falsa ideia de ascensão social proporcionada pela escola, chamando a atenção para o fato de que grande parte do prestígio de determinadas profissões esteja a elas ligada não apenas por causa do grau universitário daqueles que as detêm, mas também por causa do poder econômico que proporcionou ao possuidor do diploma frequentar escolas superiores (Pereira, 1969, p. 113).

Destaca-se aqui três aspectos apontados por Pereira. Um deles diz respeito às expectativas e às exigências elaboradas pela família quanto ao futuro dos jovens; o outro refere-se ao poder econômico da família, que interfere no futuro profissional dos jovens; e, por fim, a falsa ideia de ascensão social proporcionada pela escola.

A família tem um papel importante na escolha da trajetória escolar do jovem, principalmente no caso de se optar por um curso profissionalizante — seja com a finalidade de obter um trabalho num futuro próximo, seja utilizando-se desse tipo de formação para ingressar na universidade. Admite-se que tanto as exigências e as expectativas elaboradas pela família quanto sua condição socioeconômica sejam fatores determinantes e definidores da trajetória seguida pelo jovem na escola. Esses são aspectos comprovados e debatidos na pesquisa realizada com jovens do IFSP, apresentada aqui no próximo capítulo. Finalmente, a questão da falsa ideia de ascensão social e a preocupação quase exagerada pelo trabalho, que acabam revelando esse fundo utilitarista da escola — identificado assim no estudo de Pereira (1969) em escola de ensino regular —, têm estreita relação com esta pesquisa. Esses aspectos são

ainda mais marcantes atualmente nas escolas de educação profissional, pois mesmo que muitos alunos ingressem no ensino técnico sem uma pretensão imediata de trabalho, faz diferença na trajetória desses jovens o fato de terem passado por uma escola profissionalizante. Quanto à preocupação quase exagerada pelo trabalho, afirma-se aqui que este é, de fato, o objetivo de uma escola de ensino profissional como a que pesquisamos, isto é, receber jovens que querem uma formação para o trabalho. A visão utilitarista que Pereira critica em sua pesquisa é precisamente o que as escolas de educação profissional de hoje em dia se propõem a ser: um trampolim para o mercado de trabalho. Porém, a presente pesquisa questiona se é realmente isto o que querem os jovens que atualmente procuram o ensino técnico e quais são suas expectativas de futuro.

Na pesquisa de campo realizada com alunos do IFSP, essas questões apontadas por Pereira também estão entre os motivos de escolha do curso técnico — como, por exemplo, a identificação da condição socioeconômica da família do aluno, a posição da família na opção pelo curso técnico e o papel da escola. Os resultados são apresentados no próximo capítulo.

No debate acerca da relação entre trabalho e educação, Cunha (2002) considera que tal articulação tem sido tratada de maneira “demasiadamente limitada e [de forma] economicista”, uma vez que o trabalho não é o fator “determinante necessário” da educação (Cunha, 2002, p. 10). De acordo com o autor, deve ser levado em consideração que há uma “lógica interna” nos sistemas educacionais e que essa lógica não é percebida apenas por conta das mudanças ocorridas no campo da produção. Ele aponta ainda para a “existência de medições sociais entre trabalho e educação, independente de determinações técnicas e econômicas” (Cunha, 2002, p.11), e que as ideias sobre o trabalho exercem força sobre os processos de educação profissional. Nesse caso, “a tomada de decisões políticas em matéria de educação profissional, tanto pelo Estado como pela sociedade civil, ocorre devido às ideias sobre as mudanças do trabalho” (Cunha, 2002, p. 11).

Nessa linha de raciocínio, entende-se que, mesmo em se tratando de instituições de educação profissional, os institutos federais não deveriam se orientar para uma formação exclusivamente técnica a fim de atender somente

ao mercado de trabalho, assim como este não deveria ser o único objetivo da educação profissional. Trata-se, portanto, de uma formação humana, e esta deve ir além da formação para o trabalho. Formar somente com a finalidade de atender ao mercado de trabalho é dar à escola um papel utilitarista, numa sociedade em que o trabalho está a serviço do capital e o trabalhador nada mais é do que uma mercadoria mais ou menos refinada de acordo com a formação que possui.

Nesse sentido, destaca-se aqui a interpretação de Marcuse sobre os *Manuscritos* de Marx, quando ele constata que:

> Na sociedade capitalista, o trabalho não só produz mercadorias (isto é, bens materiais capazes de serem fornecidos ao mercado), mas produz também "a si mesmo e aos trabalhadores enquanto uma mercadoria", tornando-se assim o trabalhador "uma mercadoria tanto mais refinada quanto mais mercadorias produza" (Marcuse, 1968, p. 113).

Assim, a formação técnica pode também ser comparada à produção de mercadorias, na medida em que esse tipo de ensino se prestar simplesmente a preparar para o trabalho. No período que antecedeu a publicação do Decreto nº 2.208 de 1997, o ensino técnico integrado da rede federal sempre teve a pretensão de ser algo além da formação técnica especializada oferecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Uma das grandes preocupações dos professores à época da reforma de 1997 era a de que as instituições da rede passassem a ofertar aquele ensino extremamente direcionado ao mercado que o SENAI já fazia. O retorno do ensino integrado com o Decreto nº 5.154 de 2004 foi um resgate àquela antiga proposta de uma formação mais ampla. Porém, como já foi dito, de nada adianta separar e/ou integrar o ensino médio do ensino técnico se a educação ainda estiver direcionada para o trabalho.

Desse pensamento, Marx e Engels já apontavam para a adequação do sistema escolar às exigências do capitalismo. Em um escrito sobre a divisão do trabalho e o desenvolvimento da máquina, os pensadores mencionam as

determinações de qualificação necessárias para a consolidação e o auge do sistema escolar institucionalizado:

> Se é certo que, com o desenvolvimento do maquinismo, a ciência e a técnica se incorporam à máquina, é certo também que o desenvolvimento desta introduz uma série de exigências de qualificação da força de trabalho que traz consigo a consolidação e o auge do sistema escolar institucionalizado (Marx; Engels, 2004, p. 11).

Ao criticar a instituição escolar, os alemães propõem mudanças a partir da superação do capitalismo e do ensino e da educação da classe operária. Reivindicações como "ensino gratuito e obrigatório [...], delimitação do trabalho das crianças, adolescentes e mulheres [...] e um novo tipo de ensino, unindo o ensino manual ao intelectual" já apareciam em seus escritos. (Marx; Engels, 2004, p. 13).

Para os autores do *Manifesto comunista*, o sistema de ensino no sistema capitalista é entendido como "uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos ao sistema — única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim aproveitá-la" (Marx; Engels, 2004, p. 15).

E ainda de acordo com eles:

> a relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino não é uma mera proximidade, nem tampouco uma simples consequência; é uma articulação profunda que explica com toda clareza os processos educativos e manifesta os pontos em que é necessário pressionar para conseguir sua transformação, conseguindo não só a emancipação social, mas também, e de forma muito especial, a emancipação humana (Marx; Engels, 2004, p. 16).

Voltando às pesquisas brasileiras selecionadas para estabelecer um diálogo com esta tese, destaca-se a realizada por Giovinazzo Jr. (2003), que faz duas considerações importantes sobre a juventude que se lança no mercado de trabalho a partir da formação escolar, a saber: "a experiência

escolar parece *orientar*, ainda que não definitivamente, uma parte considerável da vida de quem passa pela escola e os significados que cada indivíduo confere a essa experiência, não só vivida nela, mas fora dela também (Giovinazzo Jr., 2003, p. 52).

A análise do autor a respeito da experiência escolar aqui destacada suscita uma reflexão, a respeito das possibilidades de mudanças no rumo da vida dos jovens que passam pela escola, nesse debate com ênfase à escola profissionalizante. Pensado na interferência que a educação profissional pode ter na vida do jovem que faz um curso técnico, o instrumento de pesquisa apresenta uma afirmação, visando o debate, a partir das respostas dadas pelos alunos, sobre como a escola pode determinar, alterar ou interferir no futuro do desse jovem.

> Apesar de toda a evolução da pesquisa em educação, ainda são poucos os que consideram a necessidade de ouvir aqueles que são os receptores da educação escolar básica – crianças, adolescentes e jovens – para, a partir daí, esboçar propostas que vão ao encontro daquilo que se considera os interesses dos alunos. (Giovinazzo Jr., 2003, p. 43).

Nesse estudo, o autor identifica o fracasso da escola como instituição encarregada de promover a formação das novas gerações, mostrando que os estabelecimentos de ensino não conseguiram realizar aquilo para o qual foram organizados, ou seja, para a formação integral dos indivíduos das novas gerações, entendendo a escola como uma instituição constituída para permitir o controle social das massas urbanas, quando diz que: “a educação [é vista] (como técnica de controle social) e a escola (como instituição destinada a este fim)” (Giovinazzo Jr., 2003, pp. 45-46).

Além de um tratamento crítico em relação ao tema, o trabalho de Giovinazzo Jr. inclui também as necessidades, as aspirações e as expectativas dos alunos, tendo como base as pressões que esses jovens sofrem para assumir responsabilidades em relação a seu futuro. Para tanto, ele recorre aos termos de adolescente e jovem[13] e define-os de forma diferenciada. Assim, para o autor o termo jovem designa: “a condição do indivíduo de pertencer às

[13] Os termos adolescente e jovem abordados pelo autor fundamentam-se em Erikson (1987).

novas gerações e de estar vivendo um processo de educação e socialização que visa a sua inclusão na vida adulta, processo este vivido na escola, na família e no âmbito de outras instituições" (Giovinazzo Jr., 2003, p. 14).

E quanto ao termo adolescente, "refere-se à fase de desenvolvimento pela qual passam os indivíduos das novas gerações que é caracterizada, principalmente pela tentativa de afirmação de uma identidade em contraposição tanto à infância quanto à maturidade" (Giovinazzo Jr., 2003, p. 14).

Ouvir o que os próprios alunos do IFSP dizem sobre sua formação, os vínculos que estabelecem com a legislação vigente e suas expectativas em relação ao futuro é o que pretende esta pesquisa. As alterações das políticas educacionais para o ensino profissional ocorridas na última década, pautadas pelo debate entre uma formação técnica integrada ao ensino médio ou dissociada dele (e, especificamente, direcionada ao mercado de trabalho), vieram acompanhadas de afirmações em relação à pretensão dos jovens estudantes feitas a partir de dados estatísticos de governos.

Sob a ótica da juventude trabalhadora de camadas populares, Meneses (2007) busca em sua tese a apreensão de valores na relação entre formação e trabalho, tendo como objetivo verificar as possíveis formas de expressão de autonomia desses jovens — ou, ainda, o quanto estes jovens estão (ou não) adaptados às normas estabelecidas pela sociedade.

Na associação que se estabelece entre formação e trabalho, Meneses fala da lógica utilitária que tem prevalecido na sociedade atual no que diz respeito às questões pertinentes ao mundo do trabalho, discorrendo também sobre os interesses balizados por agentes reguladores do poder público, como as "configurações ocupacionais, as novas práticas de emprego, as diferentes formas de organização das relações industriais e os novos padrões de produção" (Meneses, 2007, p. 27).

Tendo como referência a teoria crítica da sociedade, a autora denuncia que a "formação do indivíduo tem sido direcionada para atender ao competitivo mercado de trabalho", afirmando ainda que "os monopólios acadêmicos atêm-se, preferencialmente, às necessidades funcionais, ao interesse do mercado e

tratam com desdém, o que significa à constituição do trabalhador, um sujeito que pensa, sente, tem desejos, sonhos" (Meneses, 2007, p. 27). Para ela, o trabalho fica caracterizado como "algo que deve exigir esforço, sacrifício. Por conseguinte, o que precisa ser feito não carece de sentido para quem o faz, mas deve ter sentido — valor de mercado — para quem administra esse fazer" (Meneses, 2007, p. 28). Mais uma vez de acordo com a autora,

> não é possível pensar em formação para ao trabalho sem compreender como se constitui o trabalhador assalariado, pois a história aponta que os trabalhadores são direcionados, "formados" para não perceberem as contradições de suas vidas, das exigências descarregadas em suas relações de trabalho, e são até mesmo impedidos de adquirirem a "consciência infeliz" de sua condição de explorados (Meneses, 2007, p. 38).

Outra pesquisa recente que também trata do tema da juventude na contemporaneidade é a de Batista (2008). O objetivo de sua tese foi verificar se existiam diferenças entre a formação dos jovens de um grande centro urbano e a formação dos jovens de uma cidade de pequeno porte, a fim de identificar aí as possibilidades de integração ou de resistência dos alunos de cada localidade.

Tendo como objeto de estudo os jovens de faixa etária entre 15 e 18 anos e adotando como referência os autores da teoria crítica, a autora traz contribuições que se relacionam com o tema aqui pesquisado. Além do tratamento dos dados da pesquisa realizada, a importância desse trabalho se dá também pela análise crítica que foi feita sobre a relação do indivíduo (nesse caso, os jovens) com a sociedade. Batista afirma que a sociedade "tenta limitar o potencial crítico da juventude, incutindo-lhe modos de ser, de pensar e de se expressar, conduzindo-a a formas de participação social padronizadas, calculadas e definidas ideologicamente" (Batista, 2008, p. 1).

Partindo da leitura da teoria crítica, a autora afirma que "o indivíduo é tomado como categoria histórica, condicionada às forças sociais e produtivas que, dialeticamente, possibilitam a sua emancipação ao mesmo tempo que

geram e reproduzem continuadamente os mecanismos sociais de regressão de suas consciências" (Batista, 2008, p. 5).

Esses aspectos já foram aqui destacados quando se questionou, por exemplo, se as reformas ocorridas no ensino profissional tinham como premissa a intenção de acompanhar as mudanças no seu público-alvo ou se visavam à conformação e ao controle sobre a juventude — e, ainda, quais são as reais expectativas desses jovens diante do futuro.

Da literatura que trata do tema das reformas aqui realizadas nos ensinos técnico e médio, ressalta-se o trabalho de Zibas (2001) que, além de pesquisar a questão no Brasil, investigou também as mudanças ocorridas nesse nível de ensino em países como o Chile e a Espanha, verificando a partir daí as influências que essas reformas exerceram sobre o Brasil.

Nesse estudo a autora refez um histórico sobre a equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos no Brasil. Em seu artigo *Reforma do Ensino Médio: Lições que vêm da Espanha?* Zibas (2001) afirma que não é privilégio do Brasil a adoção de medidas que "visem dar uma identidade estrutural única a um nível de ensino, que abriga destinos sociais diversos". A autora aponta que as reformas de vários sistemas europeus nas décadas de 1980 e 1990 tiveram o objetivo de lidar com esse problema (Zibas, 2001, p. 92).

Esse é um debate necessário para o conjunto da tese, tendo em vista a estreita relação que ele estabelece com o objetivo principal desta pesquisa, que é o de fazer uma análise da relação entre educação profissional e juventude, mediada o tempo todo por ações políticas educacionais que interferem nos objetivos propostos para a educação profissional no Brasil. Essas tentativas de dar uma identidade estrutural única a um nível de ensino são extremamente complexas — seja no ensino médio, seja no ensino técnico.

Ao considerar a juventude como um elemento a ser capacitado para a vida produtiva, os legisladores do ensino profissional, a princípio, não estão atentos para uma série de nuances que dizem respeito à juventude e ao seu encaminhamento para o mercado de trabalho.

Então fica aberta a possibilidade de investigar as esperanças e as perspectivas mais abrangentes dos jovens que, mesmo cursando o ensino

profissionalizante, podem não ter o interesse imediato pelo mercado de trabalho e, mais ainda, podem não ter sequer a pretensão de trabalhar na área ou no ramo em que estão se formando. Assim, é interesse desta pesquisa investigar as expectativas desses jovens mediante as possibilidades que o ensino profissionalizante lhes confere.[14]

[14] A pesquisa se insere no projeto denominado Psicologia e Estrutura do Ensino Secundário Brasileiro, que se ocupa, entre outros assuntos, com "as percepções do jovem estudante sobre escola, trabalho, lazer, sociedade" (Sass, 2007, p. 4). No debate sobre as relações entre o jovem e a escola, no que se refere ao trabalho, estão presentes associações entre o desenvolvimento econômico e a educação, "na formação de mão de obra jovem e qualificada, disputas entre a formação geral, formação específica e formação profissional" (Sass, 2007, p. 4).

CAPÍTULO 2
CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se as primeiras etapas do trabalho de campo realizado — a descrição da instituição em que foi realizado, a definição da população e os critérios de seleção da amostra da pesquisa.

2.1 — Método

O método utilizado na organização e estruturação da pesquisa, apresentado neste capítulo, consta da definição da amostra de alunos do IFSP.

2.1.1 — Pesquisa de campo

Para discutir a relação entre os objetivos do ensino profissionalizante, os motivos que levaram os jovens a optar pelo ensino técnico e suas expectativas no que se refere ao futuro e ao trabalho, foi elaborado um questionário-escala, que será apresentado a seguir, contendo afirmações que visam identificar a opinião dos jovens estudantes do IFSP.

2.1.2 — Apresentação do instrumento de pesquisa

Seguindo as sugestões de Anastasi (1967), cabe aqui elucidar que, a bem da clareza, o instrumento é sistematizado e visa obter:

a) as características dos estudantes do IFSP, segundo idade, sexo e condição socieconômica;

b) suas principais expectativas diante da educação que recebem, bem como do futuro, da sociedade, de si mesmos, da profissão e do trabalho;

c) suas relações pessoais com a família, com os professores e com os colegas;

d) suas relações com a instituição em que estudam, pertencente ao ensino público federal.

Optou-se aqui pela forma de um questionário-escala (Anexo 5) elaborado a partir dos resultados obtidos de um questionário preliminar (Anexo 1) aplicado aos estudantes do Programa Escola de Fábrica em 2006, e que serviu de base para a elaboração do questionário utilizado para a validação do instrumento (Anexo 3), que originou o questionário aplicado à amostra final da pesquisa.

A versão final aplicada aos estudantes do IFSP é constituída de título, cabeçalho, instruções para o preenchimento, exemplo de uma questão respondida e de 32 questões divididas em cinco blocos de afirmações que contemplam assuntos relacionados aos objetivos há pouco especificados e ao cotidiano dos jovens.

Elaborado de acordo com a escala de Likert,[15] os itens do questionário variam entre dois extremos: de favorável a desfavorável, variando de um ponto a cinco ou sete pontos. Para esta pesquisa optou-se por utilizar quatro pontos. Esta variabilidade de quatro pontos foi considerada como sendo suficiente para identificar as tendências das respostas dos alunos à escala. Para cada item da escala foram associados escores de 1 a 4 pontos, sendo eles os seguintes: concordo totalmente (1 ponto), concordo parcialmente (2 pontos), discordo parcialmente (3 pontos) e discordo totalmente (4 pontos). A resposta do aluno a cada item consiste na escolha de um destes escores. A soma dos pontos obtidos em cada subescala e, consequentemente, na escala total, permite obter a tendência discordante, concordante ou neutra de cada aluno que respondeu ao instrumento.

Cabe destacar que, depois de aplicado e validado por meio das técnicas estatísticas, o questionário foi repassado a um crivo crítico e, assim, resultou em algumas alterações, tais como: a inclusão de opção de resposta sobre o turno em que o aluno frequenta o curso; opção para o aluno responder se faz outro curso paralelo ao curso técnico e, ainda, a inclusão da afirmação “você acredita que:” antes do primeiro item da escala a ser respondida. As inclusões inseridas no instrumento resultaram das seguintes observações: 1) a importância que tem o turno em que o aluno estuda, diante do universo da

[15] Para a elaboração da escala foram elucidativos os estudos de Giovinazzo Jr. (2003) e de Meneses (2007).

pesquisa; 2) o fato de o aluno fazer outro curso paralelo ao curso técnico também é fator que precisa ser analisado e debatido; 3) a inclusão da afirmação “você acredita que:” deveu-se ao fato de que alguns alunos tiveram dúvida ao responder o primeiro item da escala, quando questionaram se o que deveriam responder era: “se eles acreditavam que a afirmação estava correta ou se a afirmação deveria estar correta”.

O questionário-escala foi previamente testado e seus resultados foram tabulados. O instrumento de pesquisa foi aperfeiçoado e também testado com uma amostra de pré-teste do público-alvo da pesquisa, o que serviu de fonte para que o questionário fosse validado. A etapa apresentada neste momento refere-se aos resultados da aplicação do instrumento na amostra final de alunos do IFSP, conforme definido no método de pesquisa apresentado e detalhado pelo plano de amostragem (unidade amostral e técnica de extração) a seguir. Quanto aos dados da amostra final de validação, os resultados encontram-se no anexo 4.

Após o exame de qualificação, alguns termos utilizados em determinadas questões foram revistos e/ou reforçados. Sobre alguns itens da pesquisa, decorreu o seguinte: um acabou sendo eliminado; um outro foi desdobrado; e um terceiro item foi repetido com a finalidade de verificar a atenção dos alunos quanto ao preenchimento do instrumento. Foram também inseridas duas novas subescalas. O instrumento validado contendo 23 questões passou a conter 32 questões (anexo 5).

O questionário escala é composto por um cabeçalho para identificação dos sujeitos da pesquisa e por 32 itens divididos em cinco subescalas, conforme se segue:

a) Subescala **Objetivos da educação profissional**: a subescala possui cinco itens enumerados de 1 a 5 e tem por finalidade verificar se os alunos identificam os objetivos da legislação pertinente a tal nível de ensino presentes no ensino técnico que recebem.

b) Subescala **Escolha do curso profissionalizante**: a subescala possui 12 questões que têm por finalidade identificar os principais motivos que levaram os alunos a buscar e frequentar o curso técnico.

c) Subescala **Expectativas de futuro**: a subescala possui oito questões que têm por finalidade aferir quais as pretensões dos jovens depois de concluída a formação técnica.

d) Subescala **Incentivo à continuidade dos estudos**: a subescala possui três itens que têm por finalidade identificar, na opinião dos estudantes, qual o grau de incentivo que exercem os pais, os professores e a própria instituição no que se refere ao incentivo à continuidade dos estudos, mesmo diante da formação técnica concluída.

e) Subescala **Formação técnica**: a subescala possui quatro itens que têm por finalidade verificar o grau que os alunos atribuem às afirmações relativas à formação técnica (seja na interferência desta na sua vida futura, seja na forma como ela se apresenta).

A seguir, apresenta-se um quadro da escala geral, que contém sistematicamente as subescalas com seus itens correspondentes (quadro 1). O quadro foi elaborado com a finalidade de apresentar o assunto tratado em cada questão do instrumento de pesquisa. Os itens foram agrupados por subescala e de acordo com o tema tratado nas questões. O número de itens por subescala varia de acordo com cada tema.

Quadro 1 — Composição da escala geral e das subescalas

Subescalas	Itens
Caracterização	Idade, sexo, nome do curso, se faz outro curso paralelo, se trabalha, se é oriundo de escola pública ou de escola privada, se é estudante diurno ou noturno.
Objetivos da educação profissional	Item 1 - Integração com o mundo do trabalho, com a ciência e a tecnologia. Item 2 - Acesso e permanência dos jovens na escola. Item 3 - Desenvolvimento integral e formação ética. Item 4 - Ensino técnico integrado ao ensino médio. Item 5 - Ênfase maior em conhecimentos práticos do que teóricos.
Escolha do curso profissionalizante	Item 6 - Busca por formação. Item 7 - Busca por treinamento para o mercado. Item 8 - Possibilidade de bom emprego e salário. Item 9 - Ingresso imediato no trabalho. Item 10 - Curso mais valorizado e de maior prestígio. Item 11 - Escola reconhecida. Item 12 - Bom preparo para a universidade. Item 13 - Curso fácil. Item 14 - Ensino gratuito. Item 15 - Único curso a que teve acesso. Item 16 - Recomendação da família. Item 17 - Parente ou amigo fez o curso.
Expectativas de futuro	Item 18 - Ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso. Item 19 - Ingressar no mercado de trabalho em área diferente do curso. Item 20 - Fazer outros cursos profissionalizantes para me especializar na mesma área do curso. Item 21 - Fazer outros cursos profissionalizantes para ter conhecimento em outras áreas. Item 22 - Fazer outros cursos profissionalizantes para não parar de estudar. Item 23 - Fazer outros cursos profissionalizantes por serem mais rápidos e mais baratos do que a universidade. Item 24 - Continuar estudando e fazer curso superior. Item 25 - Ingressar no mercado de trabalho, na mesma área do meu curso técnico.
Incentivo à continuidade dos estudos	Item 26 - Incentivo dos pais à continuidade dos estudos após o curso técnico. Item 27 - Incentivo dos professores. Item 28 - Incentivo do IFSP.
Formação técnica	Item 29 - A formação técnica é cada vez mais imprescindível. Item 30 - A formação técnica irá interferir na minha vida. Item 31 - A formação técnica tende a se manter nos próximos dez anos. Item 32 - O curso atende às expectativas de formação.

2.1.3 — Seleção da amostra

Em seguida são apresentados o local da pesquisa, a população de alunos matriculados nos cursos técnicos da instituição, a unidade amostral escolhida, a técnica de extração e a amostra final de alunos da pesquisa.

Local da pesquisa

Considerando que a educação pública profissional de nível médio no país tem sido predominantemente feita pelos Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no *campus* São Paulo, localizado na capital deste Estado.

O IFSP oferta cursos nos níveis de ensino superior e médio e ainda cursos de pós-graduação em nível de especialização. Entre os cursos superiores estão os cursos de engenharia, os cursos de tecnologia e as licenciaturas. Entre os cursos de nível médio estão os cursos técnicos integrados, cujas turmas iniciaram-se no ano de 2008, devido ao Decreto nº 5.154 de 2004, entrando assim em processo de extinção a maioria dos cursos na modalidade de técnico concomitante ou subsequente ao médio. Como tal decreto deixa em aberto a possibilidade de a instituição continuar ofertando cursos técnicos desvinculados do ensino médio, algumas áreas do IFSP optaram por continuar nessa modalidade. Porém, com o retorno dos cursos integrados, a unidade de São Paulo deixa de oferecer somente o ensino médio. Outra oferta de ensino da instituição é a Educação para Jovens e Adultos (EJA), na modalidade de ensino médio e ensino técnico integrados.[16]

População

A população é constituída pelo total de alunos matriculados nos cursos técnicos do IFSP em 2009 — composto, portanto, por 902 alunos matriculados.[17]

---

[16] Na internet, em http://www.cefetsp.br/cursos/, em 07 de abril de 2008.
[17] Conforme relatório fornecido à pesquisadora pela GAE (Gerência de Apoio ao Ensino) do IFSP, em 12 de novembro de 2009.

As matrículas estão distribuídas por cursos, módulos e anos, conforme as tabelas 2 e 3 a seguir.

De acordo com a discussão anterior, vale relembrar que os cursos técnicos podem ser concomitantes ou subsequentes ao ensino médio regular ou, ainda, podem ser cursos técnicos integrados ao ensino médio propedêutico regular.

A tabela 2 abaixo apresenta o número de alunos matriculados nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e as matrículas estão dispostas segundo o curso e o semestre. O total de alunos matriculados no segundo semestre de 2009 nos cursos técnicos desvinculados do IFSP foi de 483 alunos.

Tabela 2 — Matrículas nos cursos técnicos por semestre, segundo cursos e turnos, em 2009 — Sistema de Ensino Técnico

Cursos e Turnos	**Turmas**				TOTAL
	1º	**2º**	**3º**	**4º**	por curso
Eletrotécnica (noturno)	40	35	21	05	101
Telecomunicações (noturno)	50	39	18	15	122
PCP* (matutino)	--	--	--	21	21
CCP** (vespertino)	--	--	--	18	18
CCG*** (noturno)	--	--	--	33	33
Edificações (vespertino)	42	31	20	--	93
Edificações (noturno)	43	27	25	--	95
TOTAL por módulo	175	132	84	92	483

Fonte: GAE (Gerência de Apoio ao Ensino) do IFSP, em 12 de novembro de 2009.
* PCP — Planejamento e Controle da Produção da área de Mecânica.
**Construção Civil — habilitação: Planejamento e Projeto.
***Construção Civil — habilitação: Gerenciamento de Execução de Obras.
Nota: o traço (--) indica valor nulo.

Como se pode observar na tabela 2, os cursos de Planejamento e Controle da Produção da área de Mecânica e os dois cursos de Construção Civil — sendo que um deles é com habilitação em Planejamento e Projeto e o

outro com habilitação em Gerenciamento de Execução de Obras — encontram-se em extinção nesse modelo de ensino na instituição, conforme pode ser inferido dos valores nulos (--) atribuídos aos três primeiros anos desses cursos. Isso significa que a maioria das áreas de formação optou por voltar a oferecer ensino técnico integrado ao ensino médio, com exceção da área de Construção Civil que, mesmo extinguindo os cursos acima citados, criou um novo curso denominado de Edificações, como se pode verificar nas duas últimas linhas da tabela 2. Já os cursos de Eletrotécnica e Telecomunicações continuam a ofertar o modelo de ensino técnico desvinculado do médio. As razões pelas quais tais cursos optaram por seguir ou alterar o modelo de ensino oferecido são objeto de outra discussão que se faz necessária em outra pesquisa.

Em relação aos cursos técnicos integrados ao ensino médio regular, a tabela 3 abaixo apresenta o número de alunos matriculados nos cursos técnicos integrados do IFSP, no *campus* São Paulo, cuja soma totaliza 419 alunos. Cabe lembrar que tal modelo de ensino voltou a ser permitido a partir da publicação do Decreto nº 5.154 de 2004. A instituição começou a ofertar tais cursos no ano de 2008, conforme os dados apresentados a seguir. Nesta tabela, as matrículas por curso são apresentadas anualmente.

Tabela 3 — Matrículas nos cursos técnicos, por ano, segundo cursos e turmas, em 2009 — Sistema Técnico Integrado

Cursos e Turnos	**Turmas por ano** 1º	2º	3º	4º	TOTAL por curso
Mecânica (matutino)	47	40	--	--	87
Mecânica (vespertino)	48	30	--	--	78
Eletrônica (matutino)	44	38	--	--	82
Informática (vespertino)	46	39	--	--	85
Eletrotécnica (vespertino)	52	35	--	--	87
TOTAL por ano	237	182	--	--	419

Fonte: GAE (Gerência de Apoio ao Ensino) do IFSP, em 12 de novembro de 2009.
Nota: o traço (--) indica valor nulo.

Como se pode observar na tabela 3, os cursos de Mecânica, Eletrônica, Informática e Eletrotécnica encontram-se em implantação na instituição. Isso significa que o IFSP optou por extinguir os cursos técnicos destas áreas e implantar os cursos no sistema integrado — de acordo com o que possibilita o Decreto nº 5.154 de 2004. Evidentemente, as razões para tal decisão estão sujeitas à discussão.

Unidade amostral

Para a presente pesquisa foram escolhidos quatro cursos técnicos existentes no *campus* São Paulo do IFSP, definidos assim com a intenção de abranger cada área de conhecimento (entre aquelas que constam do catálogo nacional dos cursos técnicos) dos cursos ofertados na instituição, sendo estas áreas a da Construção Civil, a da Indústria, a da Informática e a das Telecomunicações. Entre os quatro cursos escolhidos, dois deles são do sistema de ensino técnico integrado (o de Mecânica e o de Informática) e dois são do sistema de ensino técnico desvinculado do ensino médio (o de Edificações e o de Telecomunicações), conforme indica a tabela 4 a seguir. Cabe também destacar que os dois cursos técnicos integrados são do período diurno, enquanto que os dois cursos técnicos são do período noturno.

Tabela 4 — Alunos matriculados nos cursos selecionados por sistema de ensino

Sistema de Ensino	Cursos e Períodos	**Turmas por ano ou módulo** 1º	2º	3º	4º	TOTAL
Integrado	Mecânica (vespertino)	48	30	--	--	78
	Informática (vespertino)	46	39	--	--	85
Técnico	Telecomunicações (noturno)	50	39	18	15	122
	Edificações (noturno)	40	35	21	05	101
	TOTAL	184	143	39	20	386

Fonte: GAE (Gerência de Apoio ao Ensino) do IFSP, em 12 de novembro de 2009.
Nota: o traço (--) indica valor nulo.

Conforme a tabela 4, os cursos técnicos de Mecânica e Informática não possuem matrículas nos 3º e 4º anos, pois são turmas do sistema integrado, implantados após o Decreto nº 5.154 de 2004. Por essa razão as primeiras turmas desse sistema de ensino concluirão o curso no ano de 2011.

O total de alunos matriculados

Técnica de extração da amostra

Visando atender aos objetivos desta pesquisa, entende-se como necessário que a amostra final de alunos seja composta por alunos ingressantes no curso e também por alunos em fase final, ou seja, que estejam se formando no curso. Desta forma, tendo em vista a necessidade de abranger os dois modelos de ensino atualmente existentes na instituição e as quatro áreas definidas para a pesquisa e, ainda, considerando que o ensino integrado só é ofertado em período diurno em tal instituição, a amostra final está assim constituída:

- uma turma de alunos do primeiro ano do curso integrado de Mecânica;
- uma turma do segundo ano do curso integrado de Mecânica;
- uma turma do curso integrado de Informática;
- uma turma de alunos formandos do curso técnico de Telecomunicações e
- uma turma de alunos formandos do curso técnico de Eletrotécnica.

Tamanho da amostra

Considerando o quadro de alunos matriculados nos cursos técnicos da instituição, bem como a definição da unidade amostral e a técnica de extração a partir da população, o tamanho da amostra é composto pelo número de alunos matriculados em cada turma por curso selecionado no segundo semestre de 2009, de acordo com a tabela 5 a seguir:

Tabela 5 — Tamanho da amostra, segundo matrícula por curso

Sistema de Ensino	Cursos e Períodos	Turmas por ano ou módulo			TOTAL
		1º ano	2º ano	4º módulo	Por curso
Integrado	Mecânica (vespertino)	48	30	--	78
	Informática (vespertino)	46	--	--	46
Técnico	Telecomunicações (noturno)	--	--	15	15
	Eletrotécnica (noturno)	--	--	5	5
	TOTAL	94	30	20	144

Nota: o traço (--) indica valor nulo.

A tabela 5 apresenta o número de alunos matriculados nos cursos e turmas selecionadas para a pesquisa. Pode-se observar que as turmas dos cursos integrados são mais numerosas que as dos cursos técnicos desvinculados. Isso ocorre, pois ambos os cursos disponibilizam 40 novas vagas por turma. Destaca-se que nos primeiros anos do ensino integrado aparecem mais de 40 alunos matriculados por turma, isso ocorreu em virtude dos alunos que foram reprovados e ficaram retidos no primeiro ano, acrescidos das 40 vagas disponíveis a novos alunos. Como a repetência e evasão é fator considerado na instituição, definiu-se por turmas mais numerosas no primeiro ano, bem como no primeiro semestre do curso técnico desvinculado. Os índices de repetência e evasão ficam evidentes, ao se observar o número de alunos matriculados no 4º módulo dos cursos técnicos, tais turmas também iniciaram o curso com 40 alunos matriculados.

A tabela apresenta somente as turmas dos cursos selecionados para a pesquisa, ou seja, o número de matrículas nas turmas de 1º ano dos cursos integrados de Mecânica e Informática e 2º ano de Mecânica e as matrículas dos formandos dos cursos técnicos de Telecomunicações e Eletrotécnica.

Os números resultantes do tamanho da amostra foram extraídos, portanto do número de matrículas do ano de 2009 e totalizaram finalmente 144 alunos.

CAPÍTULO 3

A OPINIÃO DOS ALUNOS DO IFSP SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

Neste capítulo apresenta-se a pesquisa de campo realizada no IFSP. Primeiramente, a caracterização da amostra de alunos e posteriormente, os resultados estatísticos da escala geral, das subescalas e de cada item que compõe o instrumento de pesquisa, acompanhados de análise a respeito dos temas tratados.

3.1 — Apresentação e discussão dos resultados

A seguir apresenta-se a população e a amostra final da pesquisa, com sua caracterização quanto ao perfil dos alunos no que se refere à faixa etária, ao sexo, à escolaridade anterior e às atividades realizadas paralelamente ao curso — ou seja, se esses alunos têm um trabalho e/ou se frequentam um outro curso além do IFSP.

3.1.1 — População e amostra final

Na tabela 6 abaixo consta a amostra de alunos que estava presente no dia da aplicação do instrumento e que respondeu ao questionário (coluna à esquerda). Note-se que a amostra foi reduzida em relação àquela inicialmente prevista, devido a ausência de alunos e aos questionários que foram excluídos por falta de atenção dos alunos que responderam, de modo diferente, às duas questões repetidas no instrumento. Portanto, a amostra final de alunos da pesquisa (coluna à direita) resultou daqueles que responderam corretamente ao instrumento e que estavam presentes no dia da aplicação.

Cabe destacar que as três primeiras turmas que constam da tabela apresentada a seguir referem-se à quantidade de alunos dos cursos anuais do sistema integrado de ensino técnico e médio de 1º e 2º anos. As duas últimas turmas, por sua vez, referem-se à quantidade de alunos cursando o último

semestre (4º módulo) de um dos cursos técnicos desvinculados do ensino médio.

Tabela 6 — Alunos presentes e amostra final por turma, ano (1º e 2º) e módulo (4º) em 2009

CURSOS	Turmas por ano e módulo			TOTAL	Turmas por ano e módulo			TOTAL
	1° ano	2° ano	4° mód.		1° ano	2° ano	4° mód.	
Mecânica	44	--	--	44	30	--	--	30
Informática	35	--	--	35	23	--	--	23
Mecânica	--	27	--	27	--	17	--	17
Telecomuni-cações	--	--	13	13	--	--	9	9
Eletrotécnica	--	--	5	5	--	--	2	2
TOTAL	79	27	18	124	53	17	11	81

Nota: o traço (--) indica valor nulo.

Vale reiterar que, nos cursos escolhidos para esta pesquisa, havia 144 alunos matriculados nas turmas selecionadas, dos quais 124 estavam presentes em sala de aula no dia da aplicação do questionário, conforme tabela 6. Do total de questionários respondidos, 43 deles foram excluídos por terem sido respondidos sem atenção (conforme pergunta-teste), resultando, portanto, na amostra final de 81 alunos.

Do total de alunos presentes na aplicação do instrumento de pesquisa, perdeu-se, portanto, 35% da amostra de alunos (43 de 124 alunos). É difícil explicar a falta de atenção dos alunos para com a leitura, o entendimento das questões e para com seu preenchimento. A explicação sobre o instrumento de pesquisa, bem como a importância do levantamento de dados, foi destacado na ocasião da entrega do questionário para preenchimento. Talvez, para os alunos, tenha sido algo incomum, uma novidade, ou quem sabe, alguns não tiveram disposição para fazê-lo com atenção. Por outro lado, muitos alunos, ao

entregar o formulário respondido, comentaram que havia uma questão repetida, o que confirma a atenção durante as respostas.

A seguir apresenta-se a caracterização da amostra referente à população pesquisada.

Turma do curso de Mecânica (turma 1): na turma de 1º ano estavam presentes no dia da aplicação do instrumento de pesquisa 44 alunos. Desse total de alunos, 14 responderam diferentemente às questões 20 e 26 do questionário, o que ficou caracterizado como falta de atenção à pesquisa. Nesse caso, a amostra final dessa turma ficou com 30 alunos.

Turma do curso de Programação de Sistemas da área de Informática (turma 2): na turma de 1º ano estavam presentes no dia da aplicação do instrumento de pesquisa 35 alunos. Dos alunos presentes e que responderam ao instrumento de pesquisa foram eliminados 12 questionários, o que resultou a amostra final de 23 alunos.

Turma do curso de Mecânica (turma 3): na turma de 2º ano, 22 alunos estavam presentes no dia da aplicação do instrumento de pesquisa. Desse total foram excluídos cinco questionários respondidos, o que resultou a amostra final de 17 alunos.

Turma do curso de Telecomunicações (turma 4): na turma de 4º módulo estavam presentes no dia da aplicação do instrumento de pesquisa 13 alunos. Desse total, quatro questionários foram excluídos, resultando assim em 9 questionários como amostra final.

Turma do curso de Eletrotécnica (turma 5): na turma de 4º módulo estavam presentes cinco alunos no dia da aplicação do instrumento de pesquisa. Desse número, foram excluídos três questionários, ficando esta amostra final com apenas dois alunos.

Cabe destacar que 4 cursos participam da pesquisa, conforme anunciado no capítulo 2, porém são 5 turmas, ou seja, de um mesmo curso, 2 turmas participam da amostra, sendo 1 turma de primeiro ano do curso e outra turma de segundo ano.

3.1.2 — Caracterização demográfica da amostra

A amostra de alunos é a seguir tipificada segundo características demográficas (idade e sexo), trajetória escolar (tipo de escola em que estudou, curso que frequentou) e atividades que realiza além de estudar (se trabalha ou não trabalha). A elaboração do cabeçalho do instrumento de pesquisa foi realizada visando caracterizar demográfica e socialmente o alunado dos cursos técnicos da instituição.

O universo de alunos pesquisados no IFSP apresenta características distintas em todos os quesitos do questionário. Na amostra da pesquisa realizada temos, por exemplo, alunos entre 14 e 36 anos, oriundos tanto de escola pública quanto de escola particular, que fazem ou não fazem outro curso paralelo (seja em outra instituição, seja no próprio instituto), sendo que alguns também já trabalham na área do curso ou em outra área. Porém, esse universo fica melhor caracterizado quando se analisa separadamente o modelo de ensino (ou seja, se o curso é integrado ao ensino médio ou desvinculado dele) e quando se compara as características dos alunos dos cursos diurnos com as características dos alunos dos cursos noturnos. O único aspecto que realmente se sobressai e determina a caracterização da instituição como um todo é em relação ao sexo, tendo em vista que o universo de estudantes é formado majoritariamente por alunos do sexo masculino (seja em cursos técnicos integrados, seja em cursos técnicos desvinculados), a julgar pela amostra desta pesquisa: numa amostra de 124 alunos, 109 são homens — ou seja, 88%.

Esclareça-se que os dados demográficos apresentados a seguir referem-se aos 124 alunos que responderam ao questionário. Optou-se por incluir na caracterização da amostra, os 43 alunos que responderam de forma diferente a questão de controle de atenção, pois considerou-se que para efeito de traçar o perfil dos alunos da instituição seria importante e que não haveria uma interferência dessa opção, na análise dos resultados às questões do instrumento de pesquisa

Diante dos motivos arrolados, apresenta-se a seguir as características dos alunos por curso.

3.1.2.1 — Caracterização dos alunos

Quanto à faixa etária: a tabela 7 a seguir, apresenta a faixa etária dos alunos das turmas pesquisadas.

Tabela 7 — Alunos por turma e faixa etária, com indicação de porcentagem

Faixas etárias	Turmas					Total
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	
14 a 17	44	35	23	3	--	105 (84,7)**
18 a 20	--	--	4	5	3	12 (9,7)
21 a 30	--	--	--	4	--	4 (3,2)
Mais de 30 anos	--	--	--	1	2	3 (2,4)
Total	44	35	27	13	5	124 (100,0)

Nota: o traço (--) indica valor nulo.
** indica porcentagem

Pela tabela 7, pode-se observar que a maioria dos alunos (105 de 124, ou 84,7%) possui menos de 18 anos, seguindo de 12 alunos, ou 9,7% com menos de 20 anos. Portanto, 117 alunos ou 94,4% são menores de 20 anos, o que equivale a dizer que se trata de um perfil bastante jovem de alunos. Essa é a característica principalmente do aluno do ensino integrado diurno (turmas 1, 2 e 3), que ingressa no curso com 14 ou 15 anos e o conclui normalmente quatro anos depois.

Os alunos do ensino técnico noturno — desvinculado do ensino médio (turmas 4 e 5) — são alunos que apresentam uma variação maior de faixa etária. Dos 18 alunos que compõe essas duas turmas, a maioria (11 alunos) possui menos de 20 anos, assim como as turmas do integrado, porém a turma tem ainda quatro alunos na faixa etária de 20 a 30 anos e três alunos na faixa etária acima de 30 anos.

Quanto ao sexo: a tabela a seguir apresenta a distribuição de alunos por turma e sexo.

Tabela 8 — Alunos por turma e sexo, com indicação de porcentagem

Sexo	Turmas					Total
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	
Feminino	4	7	2	1	1	15 (12,1)*
Masculino	40	28	25	12	4	109 (87,9)
Total	44	35	27	13	5	124 (100,0)

Nota: * indica porcentagem

No que se refere ao sexo dos alunos, a maioria é do sexo masculino (109 de 124), ou 87,9%, consequentemente apenas 12,1% É de mulheres. Como se disse anteriormente, possuir mais alunos do sexo masculino do que do sexo feminino é realmente um aspecto muito marcante da instituição, conforme tabela 8.

Quanto à escolaridade anterior: esse aspecto da caracterização do aluno dos cursos técnicos do IFSP foi obtido mediante a informação sobre a natureza administrativa (pública ou privada) da escola que frequentou antes de ingressar no curso profissionalizante da rede federal. A tabela 9 a seguir dispõe os resultados obtidos:

Tabela 9 — Natureza administrativa da escola anterior

TURMAS	Natureza administrativa da escola anterior			TOTAL
	Pública	Particular	Ambas	
1	9 (7,3)*	34 (27,4)	1 (0,8)	44 (35,5)
2	10 (8,1)	25 (20,2)	--	35 (28,3)
3	8 (6,5)	19 (15,3)	--	27 (21,8)
4	10 (8,1)	1 (0,8)	2 (1,6)	13 (10,5)
5	3 (2,4)	2 (1,6)	--	5 (4,0)
Total	40 (32,4)	81 (65,3)	3	124 (100,0)

Nota: o traço (--) indica valor nulo.
* indica porcentagem

Para identificar a escolaridade anterior dos alunos do IFSP foi incluído, no cabeçalho do instrumento de pesquisa, a pergunta: se o aluno fez o ensino fundamental em escola pública ou particular. Aos alunos que estudaram parte em instituição cuja à natureza administrativa era pública e parte em particular, foi informado de que estes poderiam marcar as duas opções de resposta no questionário. Por essa razão, para efeito de apresentação dos resultados, foi incluída a categoria: “ambas”. As respostas ajudam a identificar o perfil socioeconômico da família do aluno do instituto, visto que aqueles que estudaram anteriormente em escola particular, provêm geralmente de família de classe média.

De acordo com a tabela 9, a maioria (81 de 124) dos alunos dos cursos técnicos do IFSP, registrados nesta amostra de pesquisa é oriunda de escolas particulares — equivalendo, portanto, a 65,3 % dos alunos pesquisados. Cabe também destacar que as maiores proporções de alunos provenientes de escola particular encontram-se no ensino integrado (turmas 1, 2 e 3). Conforme a tabela, é possível verificar que o porcentual de alunos originários de escola particular, nos cursos integrados, é de 73,5% (78 de 106).

Já no ensino técnico — ou seja, de período noturno e desvinculado do ensino médio (turmas 4 e 5) — essa relação se inverte, já que a minoria dos

alunos (3 de 18) provém de escola particular, o que representa um percentual de 16,7%.

Torna-se importante destacar que o ensino integrado é ofertado durante o dia e, para nele ingressar, o aluno tem de passar pelo chamado vestibulinho. As vagas são bastante concorridas. No curso de Mecânica, por exemplo, a média nos últimos anos tem ficado em 11 candidatos por vaga. Já no curso de Informática, no ano de 2008, essa média chegou a ser cinco vezes maior, segundo informações do IFSP. Sabe-se na instituição que o aluno oriundo de escola particular está mais preparado para realizar as provas e, consequentemente, ingressar no curso. Vale ainda ressaltar que o IFSP, assim como as demais instituições que fazem parte da rede federal de ensino, passará ao sistema de cotas também no nível médio de ensino, o que representará a possibilidade de ingresso de 50% de alunos provenientes de escola pública nos próximos anos.

O ensino técnico noturno é caracterizado por alunos de faixa etária mais alta, que normalmente já atuam no mercado de trabalho e cuja origem, da maioria, é a rede pública de ensino (13 de 18 alunos) - 72,2%.

Quanto às atividades paralelas ao curso: outro aspecto a ser destacado no que se refere as características dos alunos é o quê eles fazem paralelamente ao curso técnico — isto é, se têm um trabalho e/ou se frequentam um outro curso, seja no próprio IFSP ou em alguma outra instituição. A tabela a seguir apresenta os resultados destas questões, relacionando-as com o sistema de ensino do qual estes alunos fazem parte.

Tabela 10 — Alunos segundo atividades pararelas

Turmas	Trabalha	Não Trabalha	Porcentual (não trabalha)	Frequenta outro curso		Porcentual (não frequenta)	Total
				Sim	Não		
1	1	43	97,7	13	31	70,5	44
2	1	34	97,2	10	25	71,4	35
3	1	26	96,3	9	18	66,7	27
4	5	8	61,5	6	7	53,8	13
5	4	1	20	3	2	40	5
Total	12	112	90,3	41	83	66,9	124

Turma 1 — A grande maioria (97,7%) dos alunos dessa turma não trabalha. Somente um deles trabalha como monitor de laboratório no próprio IFSP. Dos 44 alunos da turma, 31 deles (70,5%) não fazem outro curso além do técnico, enquanto 13 declaram faz outros cursos paralelos ao técnico. Desses 13 alunos, grande parte (dez) faz curso de Inglês, sendo que outros dois fazem outro curso técnico (um no SENAI e outro no próprio IFSP), enquanto um terceiro faz curso de Matemática.

Turma 2 — Nessa turma, a grande maioria dos alunos também não trabalha (97,2%), com a exceção de uma aluna. Dos 35 alunos da turma, 25 deles (71,4%) apenas estudam e, portanto, não fazem outra atividade paralela ao curso técnico. Dez alunos, porém, frequentam outro curso paralelamente ao técnico, sendo que nove deles fazem curso de Inglês e um deles está em um curso de Música.

Turma 3 — Igualmente às duas turmas de cima, a grande maioria dos alunos aqui não trabalha (96,3%). Somente um deles trabalha como caixa, ao passo que outros nove fazem outros cursos paralelos. Dos 25 alunos dessa turma, 18 deles (66,7%) não fazem outra atividade, tendo apenas o estudo como ocupação principal. Dos nove alunos que fazem outros cursos, dois estão em cursos de idiomas e os outros sete frequentam outros cursos técnicos, todos

tendo relação com o curso de Mecânica — como Automobilística, Mecânica de Usinagem e Mecatrônica no SENAI.

Turma 4 — Nessa turma, cujo período é noturno, cinco alunos trabalham. Entre os que não trabalham (oito alunos de um total de 13). Daqueles que trabalham, um atua como técnico na própria área; um é mecânico; um é monitor no próprio IFSP; um é conferencista; e, por fim, um último é policial militar. Dos 13 alunos dessa turma, sete deles não fazem outro curso paralelo ao técnico, enquanto os outros seis frequentam outros cursos paralelamente ao técnico — quatro cursam o ensino médio, um está em outro curso técnico no próprio IFSP e um último faz curso pré-vestibular.

Turma 5 — Dos cinco alunos dessa turma, apenas um deles não trabalha, o que representa, portanto. A maioria (quatro alunos de um total de cinco) trabalha — um como eletricista, outro como engenheiro de produção, um como auxiliar de projetos e outro como auxiliar de escritório). Dois alunos dessa turma não fazem outro curso paralelo ao técnico, ao passo que os outros três frequentam outros cursos paralelamente ao técnico — um cursa Engenharia Elétrica, outro faz curso técnico de Eletrônica e um último estuda Fisioterapia.

Dos resultados anteriormente apresentados, é importante destacar que a maioria dos alunos não trabalha (90,3%). O porcentual, daqueles que não trabalham, é maior entre os alunos do ensino integrado (turmas 1, 2 e 3), conforme foi mostrado. A relação entre a faixa etária desses alunos e o fato de não trabalharem é direta, ou seja, a característica da maioria é de jovens que estão numa faixa etária de 14 a 17 anos (84,7%), e fazem o ensino médio integrado ao ensino técnico.

Outro aspecto a ser destacado é o curso que alguns alunos da turma de 2º ano de Mecânica fazem paralelamente a esse ensino técnico. Entre os nove alunos que frequentam outros cursos, sete deles optaram por cursos na mesma área que a do ensino técnico, conforme já comentado. Isso demonstra que um percentual desse grupo pretende seguir carreira profissional na área do curso, ou mesmo fazer posteriormente um curso superior na mesma área. Ambas as opções são temas questionados no instrumento de pesquisa.

3.2 — Atitudes e expectativas dos alunos

A seguir, são apresentados os resultados da escala de atitudes da pesquisa aplicada aos alunos do IFSP. Os dados constam da média e do desvio padrão das subescalas, da escala geral e da média e do desvio padrão das respostas dos alunos obtidas para cada item de cada subescala.

As questões do instrumento de pesquisa foram elaboradas a partir de objetivos definidos, quando da ocasião do projeto de pesquisa e que foram sendo aperfeiçoados durante os processos de aprimoramento do questionário. Para cada objetivo da pesquisa, foi elaborada uma hipótese e na análise dos resultados da pesquisa realizada, essas hipóteses foram testadas.

Para bem do entendimento, um quadro denominado: “Objetivos X hipóteses X itens” foi elaborado, visando, portanto acompanhar a análise dos resultados, verificando se os objetivos da pesquisa foram atingidos, bem como se todas as hipóteses foram testadas. Tal quadro é apresentado na página a seguir. Note-se que o quadro não inclui o objetivo de identificar o perfil do alunado, visto que ele já foi discutido no item anterior.

Quadro 2 – Objetivos, hipóteses e itens

OBJETIVOS	HIPÓTESES	ESCALAS/ SUBESCALAS	ITENS	HIPÓTESES DERIVADAS
Geral: analisar a relação existente entre a educação profissional e a juventude no âmbito da educação profissional de nível médio do IFSP	Existem divergências entre as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro e as expectativas daquilo que estes jovens pensam que a sociedade industrial espera deles, ou seja, buscar inserir-se no mercado de trabalho, tão logo concluída a sua formação técnica.	Escala total: Legislação, Ensino Profissional, Juventude	Todos os itens da escala	
1. Verificar o que responde o jovem a respeito de sua trajetória entre a escola e o futuro.	A trajetória do jovem estudante do ensino técnico do IFSP não é uma relação direta entre a escolha pelo curso e a busca pela profissão na área de formação.	Escolha do Curso profissionalizante	Possibilidade de emprego. Ingresso imediato no trabalho. Preparo para a universidade Curso mais valorizado e de maior prestígio. Curso fácil. Único curso a que teve acesso. Recomendação da família. Parente ou amigo fez o curso.	O aluno procura o ensino técnico porque pretende ingressar no mercado de trabalho e preparar-se para a universidade (9 e 12).
2. Analisar se existem diferenças no posicionamento dos alunos dos cursos integrados para os alunos dos cursos técnicos.	As atitudes dos alunos dos cursos integrados e dos cursos técnicos não estão associadas	Todas as subescalas	Todos os itens das subescalas e ainda em separado: Ensino técnico ofertado de modo integrado Ênfase mais em prática do que em teoria	
3. Averiguar quais os motivos que o estimulam a optar por um curso técnico.	O aluno opta pelo curso e pela escola tendo em vista uma formação técnica gratuita e também para ter um bom preparo para a universidade.	Escolha do Curso profissionalizante	Busca por formação. Busca por treinamento. Escola reconhecida. Ensino gratuito. Bom preparo para a universidade.	O aluno busca no IFSP tanto formação profissional quanto treinamento para o mercado de trabalho (6 e 7).
4.Identificar os fins do ensino profissionalizante de nível médio e a correspondência existente entre eles e as expectativas dos jovens que estão se formando num curso técnico. **Objetivo derivado:** verificar se o aluno identifica os	É fraca a correspondência entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos.	Objetivos da educação profissional	Integração ao mundo do trabalho, a ciência e a tecnologia; Acesso e permanência dos jovens na escola; Desenvolvimento integral e formação ética; Ensino técnico integrado ao médio / desvinculado Ênfase na prática ou na teoria	O aluno não identifica no ensino profissionalizante que recebe na instituição, os objetivos e fins propostos para tal nível de ensino (1, 2 e 3).

objetivos da legislação no ensino que recebe no IFSP.		Expectativas de futuro	Ingressar no mercado de trabalho Continuar estudando e fazer faculdade.
5.Investigar as expectativas atuais do jovem em relação ao seu futuro.	As expectativas de futuro dos jovens que cursam o ensino técnico no IFSP são mais voltadas para a continuidade dos estudos do que para ingressar imediatamente no mercado de trabalho.	Expectativas de futuro	Ingressar no mercado na mesma área do curso. Ingressar no mercado em área diferente do curso. Fazer outros cursos profissionalizantes. Continuar estudando e fazer faculdade.
6. Questionar se os alunos recebem incentivo a continuidade dos estudos, após a conclusão do curso técnico.	Os pais, os professores e a instituição incentivam a continuidade dos estudos após a conclusão do curso técnico.	Incentivo a continuidade dos estudos	Os pais incentivam a continuidade dos estudos Os professores incentivam.. A instituição incentiva..
7. Verificar como os jovens entendem a formação que recebem	O entendimento dos jovens quanto a formação técnica recebida é de que esta interfere no seu futuro, que não atende as suas expectativas de formação e de que o curso precisa estar em constante atualização.	Opinião quanto a formação técnica	A formação técnica é cada vez mais imprescindível A formação técnica irá interferir na vida futura ..., assim como a recebo, tende a se manter nos próximos 10 anos O curso atende as expectativas de formação

3.2.1 — Escala geral

Como já se registrou anteriormente, a escala total é composta de um cabeçalho que permite a caracterização dos alunos além das 32 questões distribuídas em cinco subescalas, conforme o quadro 1, à pagina 63 do texto. Das 32 questões elaboradas, uma foi repetida no instrumento com o intuito de verificar a atenção do aluno ao responder a pesquisa (questões 18 e 25), fator que determina a amostra final de alunos. Portanto, os resultados serão verificados a partir da análise de 31 questões, sendo desconsideradas as respostas à questões 25.

A pesquisa foi realizada a fim de discutir a relação entre os objetivos do ensino profissionalizante e as expectativas dos jovens estudantes no que se refere ao trabalho. A finalidade da elaboração do instrumento de pesquisa foi investigar o que diz o estudante do IFSP sobre a sua trajetória entre a escola e o futuro e quais foram os motivos que o estimularam a optar por um curso técnico.

A escala geral é dividida em subescalas, de acordo com o tema principal que se pretende analisar, conforme se segue:

a) Subescala I: “Objetivos da educação profissional”, composta por cinco itens.
b) Subescala II: “Escolha do curso profissionalizante”, formada por doze questões.
c) Subescala III : “Expectativas de futuro”, constituída por sete afirmações.
d) Subescala IV: “Incentivo à continuidade dos estudos”, obtida por três itens.
e) Subescala V: “Formação técnica”, formada por quatro itens.

O intervalo da escala total varia de acordo com as possibilidades de respostas dos alunos, diante das afirmações de cada questão e das opções escolhidas como respostas por eles. O intervalo possível de respostas dar-se-á, portanto, entre os valores 31 e 124 — 31 para o caso de todos os alunos responderem que concordam com todas as questões (31 x 1), e 124 no caso de todos os alunos discordarem de todas as afirmações (31 x 4).

A tabela a seguir apresenta os resultados da escala total e das subescalas, contendo a média e o desvio padrão de cada uma.

Tabela 11 — Resultados da escala geral por subescala

Subescalas	Itens	Média	Desvio Padrão
Objetivos da educação profissional	5	2,2	1,0
Escolha do curso profissionalizante	12	2,4	1,2
Expectativas de futuro	7	2,6	1,1
Incentivo à continuidade dos estudos	3	2,2	1,9
Formação técnica	4	2,5	1,9
Escala total	31	2,4	1,1

Nota: número de participantes da amostra: 81.

Pelos resultados encontrados, de acordo com a tabela 11, pode-se observar que a média das respostas dos alunos aos itens de cada subescala variou de 2,2 a 2,6, resultando numa média geral de 2,4 da escala total. Os resultados indicam concordância parcial (escore 2) às questões apresentadas na escala, com tendência à discordância parcial (escore 3) em relação às afirmações das questões. O desvio padrão 1,1 indica dispersão em relação à média dos resultados.[18]

A subescala “Objetivos da educação profissional” foi a que apresentou a média mais baixa (2,2), indicando que ela foi a escala em que os alunos mais concordaram com as afirmações apresentadas. A subescala “Expectativas de futuro”, por sua vez, foi a que teve a média mais alta (2,6) das respostas dos alunos às afirmações das questões. Tal resultado mostra que, nas afirmações dos itens que compõem esta subescala, a maioria dos alunos concordou parcialmente com as questões, com tendência a discordar em parte delas.

[18] Os cálculos efetuados a partir dos resultados obtidos das respostas dos alunos aos questionários respondidos foram realizados com o uso do programa *Microsoft Excel*.

Analisando esses resultados — e ao concordarem com as afirmações da primeira subescala —, é possível afirmar que os alunos identificam no ensino que recebem no IFSP os objetivos propostos na legislação para a educação profissional. O desvio padrão desta subescala (1,0) é o menor entre as subescalas, o que mostra que houve grande concentração de respostas em torno da média, com pouca dispersão. Os resultados dos itens da subescala são analisados na sequência.

No que se refere à subescala “Expectativas de futuro”, pelos resultados encontrados, os alunos concordam parcialmente com as pretensões de futuro apresentadas nas afirmações da subescala, tendendo inclusive a discordar das afirmações. O desvio padrão das respostas da subescala mostra um pouco mais de dispersão (1,2) em relação aos resultados do que a primeira subescala, ou seja, nessa subescala as respostas dos alunos variaram mais do que na primeira subescala. Os resultados de cada item também serão apresentados em seguida.

Para analisarmos melhor os motivos que levam os jovens a concordarem mais com determinadas afirmações do que com outras, torna-se necessário observar cada item individualmente. Ao apresentarmos as subescalas nas próximas páginas, os resultados das questões serão verificados separadamente para que possamos identificar quais as afirmações com as quais os alunos mais concordam e com as quais eles menos concordam e por quê.

Quanto ao desvio padrão, pelos resultados apresentados na tabela 11, pode-se observar que eles variaram de 1,0 a 1,9. Sendo o desvio padrão a medida de dispersão dos valores em relação à média, constata-se então que na subescala “Objetivos da educação profissional” houve menor dispersão (1,0) em relação à média aí encontrada (2,2) do que na subescala “Formação técnica”, para a qual o desvio padrão calculado foi de 1,9 em relação à média de 2,5. Portanto, na primeira subescala, a maioria dos resultados encontrados está mais próxima da média do que os resultados encontrados na última subescala.

A seguir, são apresentados e analisados os resultados dos itens por subescala.

3.2.2 — Subescala I: Objetivos da educação profissional

3.2.2.1 — Fonte de informação da subescala: legislação educacional geral e específica do ensino profissional médio e documentos do IFSP

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foi estudada a legislação pertinente para verificar de que maneira ela relaciona o ensino técnico com o trabalho e com a sociedade contemporânea e, especificamente, como ela trata do papel do trabalho na formação dos jovens.

Para verificar a relação entre juventude e ensino profissionalizante no âmbito da educação profissional de nível médio, do IFSP, tomou-se como ponto de partida a legislação, de onde foram selecionados os temas que em cada documento são tratados e associados aos resultados coletados. Definidos os temas destacados da legislação — documentos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e plano de ensino do IFSP —, foram elaboradas as questões do instrumento de pesquisa com a finalidade de averiguar como os jovens relacionam o ensino que recebem na instituição com os objetivos circunscritos na lei. O resumo desse procedimento está disposto no quadro 3, inserido a seguir e denominado de "associação entre a legislação e a prática pedagógica", que associa as questões do instrumento de pesquisa aplicado aos alunos da escola investigada.

Quadro 3 — Associação entre a legislação e a prática pedagógica

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA				QUESTÕES*
LEI	DECRETOS	SETEC	IFSP	
LDB 9.394/1996 (arts. 2º e 39)	DL 2.208/1997 DL 5.154/2004	Documentos Educação Profissional Diretrizes Curriculares Referenciais Curriculares	Planos de Ensino**	1, 2, 3, 4 e 5

*Correspondem aos itens do questionário respondido pelos alunos.
** Cada curso técnico dispõe de um plano de ensino específico.

Em primeiro lugar, deu-se destaque às leis e aos documentos oficiais que permitiram extrair aspectos associados aos objetivos da legislação educacional relativa à formação dos jovens brasileiros. Esse levantamento possibilita também analisar, com base na documentação escolar disponível, como a escola traduziu a legislação, determinando o que é importante na formação do jovem mediante os objetivos e meios de ensino propostos no plano de ensino do curso selecionado para a pesquisa. Esse procedimento visa proporcionar informações para atingir um dos objetivos específicos desta pesquisa: o de identificar os fins do ensino profissionalizante de nível médio e a correspondência entre eles as expectativas dos jovens que estão se formando num curso técnico e, ainda, se essas expectativas estão relacionadas predominantemente com a racionalidade da sociedade tecnológica vigente e com aquilo que é esperado deles pela sociedade que, por meio da legislação, organiza o ensino profissional no país.

Das leis e dos documentos selecionados, buscou-se verificar: o que a legislação propugna como finalidades do ensino técnico; como a legislação trata da educação de nível médio e do trabalho; e, por fim, o que a legislação dispõe sobre a relação entre o ensino técnico e o ensino propedêutico.

Para identificar os fins da educação profissional por meio da legislação e destacar os aspectos para a elaboração de questões no instrumento de pesquisa, foram selecionados os documentos e as leis relacionados abaixo.

3.2.2.2 — Legislação

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB nº 9.394 de 1996

Decreto nº 2.208 de 1997

Decreto nº 5.154 de 2004

Quanto à educação profissional, a LDB nº 9.394 de 1996, em seu art. 39, preconiza que “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, [a educação profissional] conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39). Quanto aos direitos à educação e o dever de Educar, a mesma lei estabelece que deve

haver “oferta de educação escolar para jovens [...], com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo, aos que forem trabalhadores, as condições de acesso e permanência na escola” (Brasil, 1997, p. 19).

Desse artigo da LDB, duas questões foram formuladas no instrumento de pesquisa, com o intuito de verificar se os alunos do IFSP identificam os objetivos da legislação presentes no ensino que eles recebem. As questões afirmam respectivamente o seguinte: “a educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia” e “a educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola”.

A primeira parte de expressão extraída da LDB, a qual afirma que a educação profissional está integrada ao mundo trabalho, sugerindo que os cursos técnicos estejam em constante integração com o mercado de trabalho. Isto é, que o curso, por intermédio de seus professores, encontre alternativas para estabelecer esse vínculo — seja em sala de aula, seja em eventos organizados pela escola com a presença de empresas e indústrias, seja participando de acontecimentos promovidos fora do espaço escolar. Da mesma forma, a outra parte da questão, a qual afirma que a educação profissional está integrada à ciência e à tecnologia, propõe que o curso seja atualizado diante das mudanças e dos avanços ocorridos nessas áreas, e também supõe que os vínculos entre o curso e a ciência e tecnologia estejam sempre presentes.

O segundo item também extraída da LDB, afirma que a educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola. A afirmação sugere, portanto que é garantido o acesso dos jovens a escola de educação profissional e que sua permanência é garantida após ingresso. Isto é, supõe que uma instituição pública, como o IFSP, disponha de vagas suficientes diante da procura por cursos profissionalizantes e ainda garanta a permanência dos jovens na escola após ingresso.

A LDB nº 9.394 de 1996, por meio do Decreto nº 2.208 de 1997 e da Portaria nº 646 de 1997, impôs a desvinculação do ensino técnico ao ensino médio, dando assim uma nova conotação aos cursos profissionalizantes de nível técnico na esfera do governo federal, então presidido por Fernando Henrique Cardoso, entre 1994 e 2002. Na presidência de Luís Inácio Lula da

Silva, de 2003 a 2010, e com a LDB nº 9.394 de 1996 ainda em vigor, um novo decreto foi publicado, caracterizando mais uma reforma nesse nível de ensino. O Decreto nº 5.154 de 2004, do governo Lula, revogou o Decreto nº 2.208 de 1997, do governo FHC, dando mais uma vez a configuração de um sistema integrado de ensino médio ao restituir a formação regular aos cursos técnicos, mediante a opção das instituições profissionalizantes de ofertar novamente a formação integrada ou continuar oferecendo o ensino técnico desvinculado do ensino médio.

A respeito dos dois decretos citados, foram elaboradas duas questões no instrumento de pesquisa. São elas: “o ensino técnico deve ser ofertado integrado ao ensino médio” (item 4) e “o curso que frequento enfatiza mais o treinamento em máquinas e equipamentos (prática) do que conhecimentos teóricos da área do curso (teoria)” (item 5).

A primeira afirmação pretende verificar qual dos dois modelos de ensino técnico os alunos entendem como sendo o ideal (ou, no caso, aquele que atenderia às suas expectativas): se o integrado ao ensino médio ou se o desvinculado do ensino médio. Cabe destacar que o IFSP oferece os dois modelos, sendo que, em alguns cursos, o ensino técnico concomitante ou subsequente ao ensino médio é um modelo em extinção — após o Decreto nº 5.154 de 2004 —, ao passo que, em outros cursos, a integração está mantida. Além disso, por opção do grupo de professores da própria instituição, alguns cursos estão disponibilizando somente o modelo integrado.

A segunda afirmação, por sua vez, refere-se aos dois modelos de ensino técnico. O que se pretende com essa questão é verificar se os alunos identificam no curso uma ênfase maior em treinamento para operação de máquinas e equipamentos ou em conhecimentos teóricos relativos à área do curso. Concluiu-se que os alunos dos cursos desvinculados do ensino médio observam uma ênfase ao treinamento e à operação de máquinas e equipamentos (ou seja, a parte prática), diferentemente dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, onde a ênfase é dada mais à parte teórica da área.

3.2.2.3 — Documentos da SETEC

Os documentos selecionados foram os seguintes: “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica” (2004), “Diretrizes Curriculares de Cursos de Nível Técnico e de Cursos de Nível Tecnológico”(2004) e “Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Profissional de Nível Técnico” (2000).

A publicação da SETEC denominada “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, de 2004, ao se referir ao art. 39 da LDB, estabelece que “entende-se por educação o referencial permanente de formação geral que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento integral do ser humano informado por valores éticos, sociais e políticos” (MEC, 2004, p. 11). O documento afirma que

> essa compreensão ampla de educação difere da tradução da formação profissional, que, desde suas origens, é conduzida a se vincular demasiadamente aos fins e valores do mercado, ao domínio de métodos e técnicas, aos critérios de produtividade, eficácia e eficiência dos processos (MEC, 2004, p. 11).

Sobre a educação profissional, o MEC, no atual governo, diz ainda que: “Sem a estreita ligação à educação básica, a educação profissional correrá sempre o risco de se tornar mero fragmento de treinamento em benefício exclusivamente do mercado e dos segmentos isolados dos setores produtivos” (MEC, 2004, p. 13). Nesse sentido, por intermédio do Decreto nº 5.154 de 2004, o Ministério da Educação propõe o retorno do ensino técnico integrado ao ensino médio, revogando assim o Decreto nº 2.208 de 1997 que os havia separado.

Ao apresentar os pressupostos específicos da educação profissional e tecnológica, o documento indica o que considera necessário para alicerçar a compreensão e as práticas da educação profissional e tecnológica: a) Articular a educação profissional e tecnológica com a educação básica; b) Integrar a educação profissional e tecnológica ao mundo do trabalho; c) Promover a interação da educação profissional e tecnológica com outras políticas públicas; d) Recuperar o poder normativo da LDB (arts. 22, 35 e 36, 39 a 42); e)

Preceder à reestruturação do sistema público de ensino médio técnico e da educação profissional e tecnológica; f) Comprometer-se com a formação e valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica.

O documento da SETEC apresenta a nova política do atual governo para com o ensino profissional e as mudanças promovidas para o ensino técnico, com a promulgação do Decreto nº 5.154 de 2004. Da leitura da Secretaria sobre a LDB foi elaborada uma questão no instrumento de pesquisa que afirma: “O ensino técnico proporciona um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos”. A elaboração de tal item tem por objetivo verificar se os alunos identificam no ensino técnico os valores que pretende a SETEC.

Assim, a partir das respostas dos alunos, pretende-se analisar a relação da legislação com os documentos emitidos pela SETEC até chegar à sala de aula, ou seja, até a formação dos alunos dos cursos técnicos do IFSP.

3.2.2.4 — Documentos do IFSP: planos de ensino

Os planos de ensino dos cursos técnicos são projetos elaborados por comissões de professores dos cursos técnicos das instituições de educação profissional e encaminhados à SETEC/MEC para aprovação. A SETEC fornece às instituições um documento denominado “lista sugestiva de itens para análise de plano de ensino de currículos de cursos técnico”. Tal documento sugere, conforme grifo do próprio título, os itens que os planos de ensino de cada curso devem conter.

Dos cursos técnicos atualmente ofertados pelo IFSP, foi escolhido um curso técnico para análise do plano de ensino, sendo este tomado como referência em relação aos demais planos de ensino de outros cursos do instituto. O escolhido para análise dos planos de ensino foi o curso técnico integrado de Mecânica. A seguir, será apresentado e analisado o plano de ensino de tal curso, cujas primeiras turmas iniciaram seus estudos no ano de 2008, em virtude do decreto-lei de 2004.

Na elaboração do plano de ensino do curso técnico integrado de Mecânica, o projeto é introduzido vinculando a legislação específica para a

implementação de cursos técnicos integrados ao ensino médio no IFSP. Dessa forma, o documento aponta as seguintes leis, destacando artigos diretamente vinculados ao ensino técnico: a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394 de 1996, o Decreto nº 5.154 de 2004, além das Resoluções e Pareceres CNE/CEB.

O documento justifica a necessidade de um curso técnico na área em virtude da demanda de mercado com a seguinte afirmação:

> o CEFET-SP, com toda sua experiência e competência na formação tecnológica, necessita estar presente na formação adequada para a crescente demanda do mercado de trabalho, habilitando e desenvolvendo jovens para atuarem técnica e profissionalmente na área da indústria e serviços, com habilitação em Mecânica, numa perspectiva de desenvolvimento social, econômico e político, visando à melhoria da qualidade na produtividade (CEFET-SP/Mecânica, 2007, p. 13).

Entre os objetivos do curso, além dos conhecimentos gerais na área de ciências exatas e humanas, estão:

> Ao futuro profissional será fornecido um conjunto de conhecimentos técnicos, que contemplam as tecnologias de fronteira da indústria mecânica e dos serviços correlatos, de tal modo que possam ser aplicadas diretamente nas linhas de produção das principais empresas de manufatura ou serviços (CEFET-SP/Mecânica, 2007, p. 14).

São ainda objetivos do curso, segundo seu plano de ensino:

> - Habilitar o futuro profissional para projetos, operações e planejamento de processos, bem como para a supervisão de sistemas que envolvem as tecnologias de fronteira da ciência mecânica.
> - Inserir na sua totalidade os alunos inscritos no curso ao mercado de trabalho, objetivando-se assim a eliminação da evasão (CEFET-SP/Mecânica, 2007, p. 15).

Entre os diversos objetivos específicos do curso, constam o desenvolvimento e o conhecimento de atividades e conteúdos de cada uma das disciplinas da grade curricular do curso.

Quanto ao perfil profissional pretendido ao futuro técnico, o plano de ensino diz:

> Formar profissional para atuar no mercado de trabalho globalizado, que seja possuidor de um pensamento sistêmico, mas abrangente, aberto e intuitivo, capaz de adaptar-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas.
> Ao técnico em Mecânica pressupõe espírito crítico, criativo e consciente, devendo ser generalista, com sólida e avançada formação tecnológica, lastreada numa cultura geral, igualmente sólida e consciente.
> De modo geral, o técnico em Mecânica, ao final do curso, deve ser capaz de analisar, planejar, executar, supervisionar e dar manutenção aos sistemas mecânicos e de produção e serviços, visto que sua ocupação hoje no mercado de trabalho é extremamente abrangente (CEFET-SP/Mecânica, 2007, p. 16).

A justificativa, os objetivos e o perfil do aluno do plano de ensino do curso técnico integrado de Mecânica do IFSP demonstram o direcionamento que é dado ao mercado de trabalho e pretendido para o aluno. Na sua introdução, o plano de ensino aqui destacado apresenta, inclusive, um levantamento das demandas de mercado para essa área de formação. Entre os objetivos específicos do curso, merece destaque aquele que aponta a pretensão de "inserir na sua *totalidade* os alunos inscritos no curso ao mercado de trabalho" (CEFET-SP/Mecânica, 2007, p. 17 [grifo meu]).

Os aspectos destacados do plano de ensino do curso evidenciam a promessa de inserção no mercado de trabalho logo após a conclusão do curso técnico. Nesse momento, torna-se necessário questionar o seguinte: Existe realmente oferta de mercado para todos os alunos formados neste curso técnico? Os alunos que procuram por este curso estão de fato buscando formação para atuar como técnicos mecânicos?

Estas questões já foram de certa forma apresentadas quando da problematização desta pesquisa. Os temas que envolvem cada uma destas perguntas serão debatidos e aprofundados a partir dos resultados

apresentados no texto final desta tese, por ocasião da pesquisa empírica realizada.

Conforme anteriormente explicitado, das questões do instrumento de pesquisa elaboradas a partir da documentação citada, estabelece-se uma relação entre o que foi destacado da lei e os resultados encontrados pela pesquisa empírica. Tal vinculação estabelecida pretende dar a mesma atenção à legislação e aos documentos da escola, assim como aos resultados da pesquisa realizada com os alunos.

Para verificar qual é a relação existente entre os objetivos da educação profissional e as expectativas dos jovens que estão se formando nos cursos técnicos da instituição pesquisada, foi aplicado um instrumento de pesquisa com o objetivo de analisar o entendimento do jovem sobre o que a educação profissional lhe proporciona. As afirmações apresentadas aos alunos estão divididas em blocos de questões que contemplam o entendimento dos jovens quanto: aos aspectos relacionados à legislação e à educação profissional do IFSP; aos motivos que os levaram a buscar o ensino profissional; à pretensão dos jovens após a conclusão do curso.

Ao apresentar aos jovens afirmações contidas na legislação, pretende-se verificar se eles identificam no ensino que recebem no IFSP, os objetivos propostos na lei. Ao questionar sobre os motivos que os levaram a buscar o curso técnico, objetiva-se também analisar aspectos relacionados à família, à escola e à sociedade. Ao perguntar-lhes sobre o que querem após concluir o curso, quer-se verificar se eles pretendem buscar o mercado de trabalho — conforme predispõe a lei e os documentos elencados — ou se pretendem continuar estudando e fazer o ensino superior.

3.2.2.5 – Apresentação dos itens e dos resultados da subescala

Conforme anteriormente anunciado, os itens que compõem a subescala “Objetivos da educação profissional” foram elaborados com a finalidade de verificar se existe relação entre as expectativas dos jovens que estão se formando em um curso técnico e os objetivos curriculares desse nível de

ensino profissionalizante. A hipótese formulada é de que não existe relação entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos. Tal hipótese é submetida a prova estatística mais adiante.

As cinco questões que compõem a subescala foram extraídas e elaboradas a partir da própria legislação, assim como de documentos da SETEC, conforme já explicado.

A média dos resultados dos itens de toda a subescala está exposta na tabela a seguir. A subescala contém cinco itens, cujas questões foram numeradas de 1 a 5. A tabela 12 apresenta a média e o desvio padrão dos resultados das respostas dos alunos a cada uma das questões.

Tabela 12 — Resultados da subescala I: "Objetivos da educação profissional"

Questão	Média	Desvio Padrão
Item 1 — A educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia.	1,4	0,7
Item 2 — A educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola.	2,1	0,7
Item 3 — O ensino técnico proporciona um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos.	2,3	0,9
Item 4 — O ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio.	2,3	1,1
Item 5 — O curso que frequento enfatiza mais o treinamento em máquinas e equipamentos (prática) do que conhecimentos teóricos relativos à área do curso (teoria).	2,8	0,9
Resultados gerais da subescala	2,2	1,0

Nota: número de participantes da amostra: 81.

O primeiro item do instrumento de pesquisa foi elaborado a partir de uma expressão que aparece em um artigo da LDB referente ao ensino profissional, conforme relatado anteriormente. Ao extrair a expressão usada na lei, de que

“a educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia”, o objetivo foi o de verificar junto aos jovens estudantes se eles reconhecem no ensino que recebem no IFSP os objetivos para os quais a educação profissional é proposta.

O **item 1**, com média 1,4, mostra um alto índice de concordância em relação à afirmativa de que a educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia, pois há uma grande concentração de respostas na opção “concordo totalmente” (escore 1), comprovado pelo desvio padrão de 0,7, que mostra pouca dispersão em relação à média dos resultados encontrados.

A julgar pelos resultados os alunos identificam vínculos entre a educação profissional e o mundo do trabalho, assim como entre a ciência e a tecnologia. Pela minha experiência junto ao antigo CEFET-RS (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul), hoje IFSul (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense), pode-se inferir que esses vínculos são identificados por intermédio da relação que o professor estabelece entre os conteúdos abordados e o mundo produtivo, bem como por meio de palestras comumente realizadas por empresas e indústrias da área em eventos promovidos pela instituição (dentro da escola) ou, ainda, por intermédio de visitas a eventos (fora da escola) ou a grandes empresas e indústrias da mesma área que os cursos técnicos profissionalizantes.

Cabe destacar que tal questão foi a que apresentou a menor média, inclusive da escala geral, com o segundo menor desvio padrão da mesma escala, ou seja, a grande maioria dos alunos, parece concordar de fato com a afirmação. A baixa dispersão em relação à média dos resultados confirma tal posicionamento.

O segundo item trata do acesso e da permanência dos jovens na escola, também extraído da LDB. A afirmação ficou assim expressa: “a educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola”. Ao elaborar tal questão, o objetivo foi verificar se os jovens observam que a educação profissional garante o acesso à escola e ainda se, garantido o

acesso, a permanência também é garantida, visto que a legislação prevê tais aspectos.

O **item 2**, com média 2,2 e desvio padrão 0,7, mostra que prevalece o índice de concordância em relação à afirmativa, embora a média se concentre na opção “concordo parcialmente” (escore 2). O desvio padrão 0,7 mostra que houve pequena dispersão em relação à média encontrada. Tal resultado expressa a realidade dos próprios alunos e da instituição, ou seja, os alunos estão frequentando o curso porque foram aprovados num processo seletivo onde muitos outros jovens foram reprovados. Nas turmas de ensino técnico integrado que fazem parte dessa amostra, o processo seletivo apresentou no mínimo uma demanda de 11 candidatos por vaga em um dos cursos (turma 1), chegando a 50 candidatos por vaga em outro curso (turma 2). Portanto, o acesso dos jovens à educação profissional não é garantido a todos aqueles que procuram tal modelo de ensino. No que se refere à garantia de permanência, a julgar pelos resultados, o aluno identifica que isto depende deles próprios, na medida em que, após aprovação no vestibulinho, é preciso estudar para se manterem na vaga, diante do fato de freqüentarem uma instituição pública bastante procurada.

O terceiro item foi elaborado com base em documento da SETEC referente ao ensino profissionalizante de nível técnico. A partir de expressão retirada do documento , a afirmação ficou assim elaborada: “o ensino técnico proporciona um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos”.

O **item 3**, com média 2,3 e desvio padrão 0,9, mostra um predomínio do índice de concordância em relação à afirmação. Entretanto, cabe aqui destacar que, de 81 alunos, 20 deles responderam que discordam parcialmente e/ou discordam totalmente da afirmação, ou seja, eles não identificam no ensino que recebem tais valores conforme prevê documento da SETEC. A média concentra-se, portanto, na opção “concordo parcialmente” com uma dispersão maior se comparada às questões anteriores, com desvio padrão de 0,9.

Torna-se uma tarefa complicada analisar se a instituição, seus cursos e seus professores promovem realmente o desenvolvimento integral informado

por tais valores — como, no caso, é apontado no documento. Pode-se dizer que diversas atividades — além daquelas de cunho mais técnico e específico — são propostas e desenvolvidas com os alunos desses cursos, principalmente nas disciplinas de caráter propedêutico ministradas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Caberia aqui, talvez, ampliar a pesquisa em tais aspectos para tentar verificar se os alunos identificam que os valores (éticos, sociais e políticos) estejam sendo de fato promovidos em determinadas atividades apresentadas pela instituição ou se, ao contrário, eles entendem que a escola esteja dando preferência ou focando somente conteúdos e conhecimentos técnicos e específicos, de cunho mais prático do que teórico. Caberia também verificar se os estudantes entendem o que significa esses valores éticos, sociais e políticos e também se a instituição deixa claro sobre o que isso representa.

O quarto item da subescala foi elaborado tomando-se como base os decretos: nº 2.208 de 1997 — que trata do ensino técnico ofertado de modo desvinculado do ensino médio — e o decreto nº 5.154 de 2004 — que trata da oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio. A afirmação ficou assim elaborada: “o ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio”. Cabe lembrar que compõe a amostra da pesquisa, alunos do ensino técnico desvinculado e integrado, portanto é importante saber qual o posicionamento dos jovens diante dos dois sistemas de ensino ofertados pela instituição.

O **item 4**, com média 2,3 e desvio padrão 1,1, mostra que prevalece o índice de concordância em relação à afirmativa de que o ensino técnico deve ser ofertado de forma integrada ao ensino médio. A maior concentração de respostas dos alunos se deu na opção concordo parcialmente com a afirmação (45,7%). A segunda maior concentração de respostas foi na afirmação que diz que concorda plenamente (24,7%). A média das respostas reúne-se, portanto, na opção “concordo parcialmente”, com uma dispersão de 1,1 apontada pelo cálculo do desvio padrão.

Em tal questão, torna-se fundamental analisar detalhadamente o posicionamento dos alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio em relação aos alunos do ensino técnico desvinculado para que, desse modo,

possam ser comparadas as respostas dadas em relação ao próprio modelo de ensino que o aluno cursa no IFSP. Ao final da apresentação dos resultados dos itens que compõe a subescala segue uma análise específica das respostas a questão de número 4.

O quinto item afirma: “o curso que frequento enfatiza mais o treinamento em máquinas e equipamentos (prática) do que conhecimentos teóricos relativos à área do curso (teoria)”. Tal questão também foi elaborada a partir dos decretos acima mencionados, com o objetivo de verificar se o aluno tem mais aulas práticas do que teóricas, no curso que frequenta.

O **item 5**, com média 2,8 e desvio padrão 0,9 (tabela 12), mostra concordância parcial com forte tendência a discordância parcial, em relação à afirmativa. Os resultados mostram que grande parte dos alunos (53 de um total de 81) discorda da afirmação. Analisando separadamente as opções, a que contém uma maior concentração de respostas é a da discordância parcial (30 alunos), seguida pela concordância parcial (20 alunos). O desvio padrão 0,9 mostra a dispersão ocorrida em torno da média 2,8.

3.2.2.6 – Posicionamento dos alunos na subescala

No que ser refere as opções de respostas às afirmações do instrumento de pesquisa, vale lembrar que o escore 1 (concordo totalmente) e o escore 2 (concordo parcialmente) significam que o aluno entende como sendo objetivos da educação profissional aqueles definidos pela legislação, uma vez que as afirmações que constam dos itens foram extraídas da própria legislação e de documentos da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), como já dito anteriormente. Já o escore 3 (discordo parcialmente) e o escore 4 (discordo totalmente) indicam o inverso, ou seja, que os alunos não identificam como objetivos do ensino profissional aqueles que constam da legislação pertinente a tal nível de ensino.

O intervalo da subescala varia, portanto, de 5 (5 x 1 = mínimo) a 20 (5 x 4 = máximo). O número 5 indica a quantidade de itens da subescala e o número seguinte (de 1 a 4) indica o escore escolhido pelo aluno para a opção de resposta.

Tendo em vista apresentar a frequência das respostas dos alunos na subescala, elaborou-se uma tabela em que consta a quantidade de alunos por sistema de ensino que concordaram ou discordaram das afirmações da subescala. O critério adotado para verificar o posicionamento dos alunos diante das afirmações foi o seguinte: somou-se as respostas dos alunos às cinco questões da subescala e dividiu-se o resultado por cinco. A partir do resultado encontrado, pode-se identificar quantos alunos apresentaram média superior, igual ou inferior a 2,5 pontos. Por exemplo: o aluno de número 1 respondeu que concorda totalmente com a primeira afirmação (escore 1), discorda parcialmente da segunda afirmação (escore 3), concorda parcialmente com a terceira afirmação (escore 2), concorda parcialmente com a quarta afirmação (escore 2) e discorda parcialmente da quinta afirmação (escore 3). Somando-se 1 + 3 + 2 + 2 + 3 obtém-se 11 pontos que, divididos por cinco, dá um total de 2,2 pontos. Portanto, considerando o resultado encontrado, constata-se que o aluno tendeu mais a concordar com as afirmações da subescala, uma vez que 2,2 é menor do que 2,5; em consequência, ele foi classificado na categoria concordância. Outro exemplo: o aluno de número 15 respondeu que concorda totalmente com a primeira afirmação (escore 1), discorda totalmente da segunda afirmação (escore 4), discorda totalmente da terceira afirmação (escore 4), discorda totalmente da quarta afirmação (escore 4) e discorda totalmente da quinta afirmação (escore 4). Somando-se 1 + 4 + 4 + 4 + 4 obtém-se 17 pontos que, divididos por cinco questões, dá um resultado de 3,4 pontos. Portanto, considerando o resultados encontrado constata-se que o aluno tendeu a discordar das afirmações da subescala, uma vez que 3,4 é maior que 2,5; em consequência o aluno foi classificado na categoria discordância.

A tabela a seguir apresenta, por sistema de ensino, a quantidade de alunos que concordaram e discordaram da subescala “Objetivos da educação profissional”.

Tabela 13 — Objetivos da educação profissional

Posicionamento dos alunos na subescala	Sistema de Ensino		Total
	Integrado	Técnico	
Concordância	55	6	61
Discordância	15	5	20
Total	70	11	81

A tabela 13 acima permite a verificação da hipótese de dependência entre a atitude do aluno (concordância ou discordância) em relação aos objetivos da educação profissional e o sistema de ensino a que está vinculado (integrado ou técnico) - Ho. Um teste estatístico apropriado para esta situação é a prova da mediana, "que constitui um processo para comprovar se dois grupos independentes diferem em tendências centrais" (Siegel, 1975, p. 125).

O valor 2,5, há pouco mencionado representa a mediana dos valores possíveis de resposta (1, 2, 3, 4) e o critério de classificação dos alunos nas categorias discordância e concordância foi inclusive cada valor, obtido pelo aluno, abaixo ou acima da mediana (2,5)[19], condição para a aplicação da prova da mediana. Calculando χ^2, conforme sugestão de Siegel (1975, p.129), obtém-se o valor 1,800, que é menor que o valor critico 3,841, para 1 g.l. e $\alpha = 0,05$. Portanto Ho não é rejeitada e a conclusão é a de que as atitudes dos alunos, quanto aos objetivos da educação profissional não dependem do sistema de ensino em que estão matriculados.

Pela tabela 13, pode-se observar que a maioria dos alunos do sistema integrado (55 alunos de um total de 70, ou seja, 78,6%) tende a concordar com as afirmações da subescala. Nos cursos técnicos desvinculados do ensino médio, a tendência a concordar com a subescala diminuiu, ficando com um

[19] Para dirimir qualquer dúvida, note-se que a mediana, uma medida de tendência central que subdivide um conjunto de dados em dois grupos, de modo que metade dos resultados permanece abaixo dela (mediana) e a outra metade é incluída acima dela. Portanto a mediana não é afetada por valores extremos, o que não ocorre com a média, à medida que é calculada com base em todas as respostas. Isso quer dizer que 2,5 corresponde a um ponto que serve de critério para classificar como concordância os valores 1 e 2 e como discordância os valores 3 e 4, mantendo assim a coerência com a escala.

percentual de 58,5% dos alunos (6 de 11) deste nível de ensino. Dos setenta alunos do ensino integrado, quinze discordaram das afirmações da subescala; finalmente, dos onze alunos do ensino técnico, cinco discordaram das afirmações.

O que significa, portanto a predominância pela concordância nas afirmações da subescala? A diferença de resultado das respostas dos alunos do integrado para o técnico é estatisticamente significante?

Pelos resultados encontrados, a maioria dos alunos, dos dois sistemas de ensino, identifica os objetivos da legislação presentes no ensino que recebem na instituição. A diferença encontrada entre os resultados dos alunos dos cursos integrados, para os alunos dos cursos técnico, no que se refere ao percentual de concordância em relação à subescala, pode ter ocorrido em virtude dos distintos sistemas de ensino técnico ofertados e das diferenças no público-alvo de cada um destes sistemas. Os alunos do ensino técnico integrado possuem o ensino médio vinculado ao técnico, diferentemente dos alunos do sistema técnico. Por esse motivo, possuem uma faixa etária menor, pois ainda estão cursando o médio (14 a 18 anos) do que os alunos dos cursos técnicos (18 a 36 anos). Há também o fato de que os alunos do técnico estudam no período noturno e, entre eles, existe um percentual significativamente maior de alunos que já trabalham, se comparado a caracterização dos alunos do ensino técnico integrado, cujos cursos são durante o período diurno.

Tais considerações podem justificar os motivos pelos quais os alunos do ensino técnico desvinculado do ensino médio discordaram mais das afirmações, se comparado aos alunos do ensino técnico integrado — principalmente nas questões 4 e 5, que serão analisadas separadamente, na sequência de análise dos itens —, justamente por se tratar de questões que enfatizam características propostas pela legislação, diferentes para cada um dos sistema de ensino.

A hipótese formulada foi a de que o aluno não identificaria no ensino profissionalizante que recebe na instituição, os objetivos e fins propostos para tal nível de ensino. Ao elaborar a hipótese supôs-se que os alunos não iriam

identificar tais fins, presentes no curso técnico que frequentam. A hipótese, portanto não se confirmou, pois os alunos responderem o oposto, os resultados evidenciaram que a maioria dos alunos tendeu a concordar com as questões, o que é indicador de que a tendência a ter conhecimento da finalidade do curso é predominante entre os alunos da amostra.

Não é de se admirar que a maioria dos alunos tenham concordado com as afirmações, principalmente a primeira questão, visto que tais objetivos inscritos na legislação apontam para o trabalho, como objetivo fim da educação profissional. A educação tem sido direcionada para atender ao mercado de trabalho, principalmente a educação profissional e isto é o que os alunos identificam no ensino que recebem na instituição, confirmado pelo alto grau de concordância com a afirmação.

A escola profissionalizante se mostra aqui como uma esfera de adaptação e treinamento para a ocupação técnica no mercado de trabalho. O direcionamento da educação, dado pela legislação é que a educação profissional deve estar integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia. Os alunos, por sua vez, identificam tais princípios nos cursos técnicos.

O detalhamento das respostas à questão aparece na análise específica apresentada a seguir.

3.2.2.7 – Análise de itens da subescala

Conforme anunciado na subescala, os resultados de alguns itens exigem uma análise detalhada e uma comparação entre as respostas dos alunos às afirmações apresentadas, visando atingir aos objetivos específicos da pesquisa. Segue a análise detalhada dos resultados obtidos nas questões 4 e 5.

Questão 4 – Ensino técnico ofertado de modo integrado ao médio.

Para possibilitar um melhor entendimento das respostas dos alunos a afirmação apresentada, segue detalhamento do item.

Na tabela 14 a seguir encontra-se o comparativo de respostas a questão 4.

Tabela 14 — Oferta de ensino técnico integrado (opinião dos alunos)

Sistema de Ensino	Concordância		Discordância		TOTAL
	Total	Parcial	Total	Parcial	
Integrado	18	32	5	14	69
Técnico	2	5	1	3	11
Total	20	37	6	17	80

Nota: um dos alunos não respondeu à questão, o que dá um total de 80 alunos respondentes.

Na tabela 14, pode-se observar que a maioria das respostas quanto à afirmação de que o ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio manteve-se na opção de resposta “concordo parcialmente” nos dois sistemas de ensino.

Para uma melhor visualização das respostas, segue ainda a proporção dos resultados apresentados acima por sistema de ensino, na tabela 15.

Tabela 15 — Oferta de ensino técnico integrado - Proporção de respostas (opinião dos alunos)

Sistema de Ensino	Proporção Concordância	Proporção Discordância	Total
Integrado	0,7	0,3	1,0
Técnico	0,6	0,4	1,0

Nota: um dos alunos não respondeu à questão, o que dá um total de 80 alunos respondentes.

Para efeito de análise da proporção dessas questões, observe-se que as respostas dos alunos que concordaram totalmente e parcialmente foram fundidas, assim como as respostas daqueles que discordaram parcialmente e totalmente também foram agrupadas, conforme tabela 15.

Por esta tabela, se compararmos as proporções de concordância e de discordância entre os alunos dos dois sistemas de ensino, podemos constatar que as proporções são muito próximas. Enquanto 0,7 dos alunos do ensino integrado concordam com a afirmação de que o ensino técnico deve ser ofertado de forma integrada ao ensino médio, 0,6 dos alunos dos cursos técnicos desvinculados do ensino médio também concordam com tal afirmação.

Nesse sentido, a julgar pelos resultados, os alunos do curso técnico integrado concordam com o próprio modelo de ensino que lhes é ofertado, enquanto que os alunos dos cursos técnicos desvinculados do ensino médio, ao concordarem com a afirmação, discordam do modelo de ensino que estão cursando. Desses 11 alunos, cinco optaram por essa resposta, seguidos de três alunos que responderam que discordam parcialmente da afirmação. Cabe lembrar que os alunos do ensino técnico são alunos que estudam no turno da noite, sendo que alguns trabalham e outros ainda frequentam o ensino médio paralelamente ao curso técnico.

Esse modelo de ensino técnico desvinculado do ensino médio foi implantado a partir do Decreto nº 2.208 de 1997, que, entre seus objetivos, visava atender aos trabalhadores que buscariam na instituição uma formação técnica mais rápida e específica. No entanto, pelos resultados encontrados e demonstrados anteriormente na tabela 10, dos 18 alunos do ensino técnico, nove deles trabalham e outros nove fazem outro curso paralelo ao técnico. Entre os cursos que frequentam, quatro desses alunos ainda fazem o ensino médio. Pelo fato de serem alunos formandos do curso técnico e considerando a faixa etária desses alunos (que é maior que a do ensino integrado, como mostra a tabela 7), é possível supor que muitos desses alunos concluíram o ensino médio enquanto cursavam o ensino técnico.

Os alunos do técnico desvinculado do médio contrariam, portanto os legisladores do modelo de ensino determinado pelo Decreto nº 2.208 de 1997.

Questão 5 – Ênfase em prática ou em teoria.

Nessa questão, torna-se também fundamental analisar detalhadamente o posicionamento dos alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio em relação aos alunos do ensino técnico desvinculado do ensino médio para que, desse modo, possam ser comparadas as respostas dadas em relação ao próprio modelo de ensino que o aluno cursa no IFSP. Na tabela 16 encontra-se o comparativo de respostas de forma detalhada.

Tabela 16 — Ênfase em prática ou em teoria (opinião dos alunos)

Sistema de Ensino	**Concordância**		**Discordância**		TOTAL
	Total	Parcial	Parcial	Total	
Integrado	6	20	30	14	70
Técnico	--	2	3	6	11
Total	6	22	33	20	81

Nota: o traço (--) indica valor nulo.

Para uma melhor visualização das respostas ao item 5, segue ainda a proporção por sistema de ensino de acordo com os resultados apresentados acima.

Tabela 17 — Ênfase em prática ou em teoria – proporção de respostas (opinião dos alunos)

Sistema de Ensino	Proporção Concordância	Proporção Discordância	Total
Integrado	0,4	0,6	1,0
Técnico	0,2	0,8	1,0

Para efeito de análise da proporção dessas questões, observe-se que as respostas dos alunos que concordaram totalmente e parcialmente aqui também foram fundidas, assim como as respostas daqueles que discordaram parcialmente e totalmente também foram agrupadas.

Esta tabela apresenta separadamente as proporções das respostas dos alunos do ensino técnico integrado, de um lado, e do sistema técnico, de outro. Como se pode observar, a maior incidência de respostas entre os alunos do ensino técnico integrado se dá nas opções “discordo totalmente” e “discordo parcialmente” (0,6) de que o curso enfatize mais a prática do que a teoria, tal como entre os alunos do sistema técnico, onde a concentração de respostas também se dá dentro dessas opções (0,8).

Ao discordarem da afirmação de que o curso enfatiza mais a parte prática do que a parte teórica, os alunos estão afirmando que as atividades do curso são desenvolvidas com abordagens mais teóricas do que práticas. Essa é, de fato, uma característica dos cursos integrados, principalmente para as turmas de primeiro e de segundo ano, que é o adiantamento dos alunos pesquisados. Os cursos técnicos ou desvinculados do ensino médio têm como objetivo serem mais específicos, práticos (segundo a organização determinada pelo Decreto nº 2.208 de 1997). Porém, a julgar pelas respostas dos alunos, não é exatamente essa a característica do ensino que recebem.

Os itens 4 e 5 têm relação com o modelo de ensino técnico em que os alunos estão matriculados, ou seja, se é no modelo integrado ou desvinculado do ensino médio. Na questão 4, mesmo que a maioria dos alunos seja do ensino integrado, nem todos concordam que o ensino técnico deva ser ofertado nesse modelo. Já na questão 5, a grande incidência de respostas na opção “discordo parcialmente” deve se dar em virtude de que a maioria dos alunos aqui também é do ensino integrado (de primeiros e de segundos anos de curso). Na etapa em que se encontram esses alunos, existe de fato uma predominância de disciplinas de ensino médio regular, ao mesmo tempo em que as disciplinas de ensino técnico ofertadas são, em sua maioria, teóricas - aulas expositivas e não práticas de laboratório e oficinas. As disciplinas práticas nos cursos técnicos integrados são oferecidas normalmente a partir do segundo ano, com maior incidência no terceiro e no quarto anos. Em geral, os

cursos técnicos deveriam ter a característica de serem mais práticos do que teóricos, em virtude da terminalidade proposta, embora a maioria de seus alunos discorde totalmente de tal afirmação, significando, portanto, que, no entendimento desses alunos, ocorre um predomínio da teoria sobre a prática. Fato que contraria os legisladores de tal modelo.

3.2.2.8 — Síntese da subescala I "Objetivos da educação profissional"

Ao avaliar os resultados da subescala, fica claro o posicionamento dos sujeitos da pesquisa quanto aos objetivos da educação profissional explicitados na legislação e nos documentos da SETEC, e também quanto à ênfase dos conteúdos abordados nos cursos que frequentam. Em sua maioria, os jovens tenderam a concordar com as afirmações que foram elaboradas utilizando as expressões das redações de tais leis e documentos. A média geral da subescala foi de 2,2 (conforme tabela 13), o que confirma a tendência de concordância (parcial) com as afirmações dos itens da subescala. Na questão 5, porém, um número maior de alunos respondeu que discorda parcialmente ou totalmente da afirmação. Portanto, o resultado retrata a posição desses alunos diante da questão apresentada.

Chama a atenção o sujeito de número 42, da turma 1, do curso de Mecânica, que respondeu que concorda com todas as cinco afirmações da subescala "Objetivos da educação profissional". Ele é um aluno do sexo masculino, com 15 anos de idade, que não trabalha e não faz outro curso paralelo a esse, e é oriundo de escola particular. As respostas do aluno chamam a atenção porque, na soma dos escores da subescala, seu resultado foi de 7 pontos, em um mínimo possível de 5 pontos e máximo de 20 pontos, resultando na média de respostas de 1,4. A tendência desse aluno na subescala foi concordar totalmente com todas as afirmações, sem discordar sequer da questão 5. Este fato chama a atenção, tendo em vista que a questão afirma o seguinte: "O curso que frequento enfatiza mais o treinamento em máquinas e equipamentos (prática) do que conhecimentos teóricos relativos à área do curso (teoria)". Ou seja, a afirmação refere-se aos conteúdos do curso que enfatizam mais o conhecimento prático do que o teórico. E este sujeito é

um aluno de primeiro ano do curso integrado, em que todas as disciplinas são teóricas e, por isso, era de se supor que ele discordasse pelo menos dessa questão.

Já o sujeito de número 13, da turma 5, do curso de Eletrotécnica, respondeu que discorda totalmente de todas as afirmações da subescala, com exceção do item 4, em que respondeu que concorda parcialmente. Ele é um aluno do curso técnico noturno, do sexo masculino e com 36 anos de idade, oriundo de escola pública. Ele não faz outro curso paralelo a esse e não respondeu se trabalha ou não. As respostas dele chamam a atenção porque, na soma dos escores da subescala, seu resultado foi de 18 pontos num total possível de 20, e sua média de respostas foi de 3,6. A tendência desse aluno na subescala, portanto, foi de discordar das afirmações apresentadas, formuladas de acordo com expressões retiradas da própria lei e de documentos da SETEC. Esse sujeito discorda que a educação profissional esteja integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia; discorda também que esse tipo de ensino garanta acesso e permanência dos jovens na escola e proporcione um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos. O aluno ainda discorda que o curso enfatize mais a prática do que a teoria. A única questão na subescala com a qual ele concorda é a de que o ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio. Cabe aqui destacar que esse não é o sistema de ensino que ele frequenta, já que se trata de um aluno do ensino técnico de período noturno. Portanto, ao concordar que o ensino técnico tem de ser ofertado de modo integrado ao ensino médio, supõe-se que ele discorda do modelo de ensino que está cursando, isto é, desvinculado do ensino médio.

A primeira questão da escala geral e da subescala, extraída da própria LDB, deixa bem clara a linha que determina a educação profissional de nível técnico no país: a sua integração com o mundo do trabalho, com a ciência e com a tecnologia. A partir dos resultados apresentados, vê-se que a diretriz determinada pela lei ao ensino profissionalizante é identificada pelos estudantes dos cursos técnicos, ou seja, eles concordam com as afirmações extraídas da legislação.

Os dois modelos de ensino presentes na atual legislação — o integrado e o desvinculado do ensino médio têm relação direta com essa integração ao mundo do trabalho e, consequentemente, à ciência e à tecnologia. Nesse sentido, a indústria e seus processos produtivos são fatores que interferem de forma determinante na educação profissional no Brasil, seja qual for o modelo de ensino técnico em vigor. E assim, ao concordar ou discordar das afirmações das questões 4 e 5, os alunos posicionam-se diante desses diferentes modelos, de acordo com os dados aqui analisados.

É bom lembrar que nos resultados apresentados separadamente por modelo de ensino (questão 4), os alunos do técnico (ou seja, desvinculado do ensino médio) concordaram com a afirmação de que o ensino técnico como um todo deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio — ao contrário, portanto, do modelo que eles estão cursando.

Do debate já citado acerca das questões políticas que promoveram as últimas mudanças realizadas no ensino técnico brasileiro, fica claro a ingerência do setor produtivo no modelo de ensino técnico adotado no Brasil e a postura dos governos diante de tal questão (Loponte, 2006).

Retomando o pensamento de Marx de que “a grande indústria separa a ciência do trabalho e, considerando a ciência como potência autônoma de produção, colocando a força de trabalho a serviço do capital” (1985, p. 283), pode-se concluir a partir da determinação da legislação que o objetivo final do ensino profissionalizante é atender ao capital e ao setor produtivo, o que justifica as mudanças pelas quais passou o ensino técnico.

As questões 2 e 3 (extraídas respectivamente da LDB e de um documento da SETEC), que tratam do acesso e da permanência dos jovens na escola e falam de um desenvolvimento integral e de uma formação ética, social e política dos alunos, parecem vir a complementar uma questão maior já definida na primeira questão. Desse modo, portanto, fica determinada a linha que define a educação profissional no Brasil. O esforço estará em ajustar o acesso dos jovens à escola e deliberar sobre alguns aspectos relativos à formação que eles terão ou não no curso juntamente com a formação meramente técnica recebida nesse tipo de ensino. É importante lembrar que,

pelos resultados encontrados, os alunos tenderam a uma concordância parcial diante das afirmações das questões 2 e 3, ou seja, eles saíram da opção “concordo plenamente” (resultado da primeira afirmativa) para a opção “concordo parcialmente” no que se refere às afirmativas de que o ensino técnico garanta o acesso e a permanência dos jovens na escola e que a escola promova um desenvolvimento integral e uma formação ética, social e política, conforme debatido na análise individual das questões.

Percebe-se com isso que, ao mesmo tempo em que os alunos identificam a vinculação da educação ao trabalho, eles passam também a questionar o acesso e a permanência na escola, bem como a promoção de um desenvolvimento integral e formação ética, social e política.

É assim, portanto, que a escola aparece: como uma esfera de adaptação e de treinamento para uma ocupação técnica no mercado de trabalho, principalmente no modelo de ensino técnico, desvinculado do ensino médio. A promoção da emancipação do jovem por intermédio da escola — a partir do retorno do ensino técnico integrado visando a promoção de uma educação para além da formação meramente técnica — torna-se uma utopia diante da realidade e diante também da definição da própria legislação, que direciona e atrela o atendimento ao setor produtivo.

Como já dito, ao estarem de acordo com as afirmações da subescala, os alunos identificam no ensino que recebem no IFSP os objetivos propostos na legislação para a educação profissional. No entanto, é preciso analisar as expectativas de futuro dos jovens (terceira subescala) que estão se formando em um curso técnico para verificar se existe aí uma relação com os objetivos curriculares desse nível de ensino profissionalizante. Dessa forma, será confirmada ou não a hipótese de que não há relação entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos.

Na sequência, discute-se a subescala II.

3.2.3 — Subescala II: Escolha do curso profissionalizante

A subescala escolha do curso profissionalizante foi elaborada visando verificar quais os motivos que levaram o jovem a ingressar num curso técnico. A hipótese formulada nesse sentido e já apresentada no texto é a de que a trajetória do jovem estudante do ensino técnico do IFSP não é a de uma relação direta entre a escolha pelo curso e a busca pela profissão na área de formação. O aluno escolhe o curso e a escola com o objetivo de ter uma formação técnica reconhecida e gratuita e também para adquirir um bom preparo para a universidade.

A tabela 18 na página a seguir apresenta a média e o desvio padrão dos resultados das respostas dos alunos a cada uma das questões da subescala.

Tabela 18 — Resultados da subescala II: “Escolha do curso profissionalizante”

Questão	Média	Desvio Padrão
Item 6 — Procurei o curso técnico para obter uma formação profissional.	1,7	0,9
Item 7 — Para obter um treinamento para o mercado de trabalho.	1,8	0,9
Item 8 — Porque esse curso técnico dá possibilidade de um bom emprego e bom salário.	1,8	0,8
Item 9 — Porque pretendo ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão.	2,3	1,1
Item 10 — Porque o curso que faço é mais valorizado socialmente e de maior prestígio.	2,4	1,0
Item 11 — Porque a escola é reconhecida.	1,5	0,8
Item 12 — Porque dá um bom preparo para ingressar na universidade.	2,0	1,0
Item 13 — Por se tratar de um curso fácil.	3,6	0,7
Item 14 — Porque o ensino é gratuito.	2,0	1,0
Item 15 — Foi o único curso profissionalizante a que tive acesso.	3,5	0,9
Item 16 — Por recomendação da família, para que possa começar logo a trabalhar.	3,0	1,0
Item 17 — Porque um parente ou amigo estudou aqui.	3,4	1,0
Resultados gerais da subescala	2,4	1,2

Nota: número de participantes da amostra: 81.

O sexto item do instrumento de pesquisa e o primeiro da subescala II apresenta a seguinte afirmação: “procurei o curso técnico para obter uma formação profissional”. Essa é a primeira questão que aponta para um dos motivos de escolha, dos jovens, pelo curso técnico. Os resultados permitem o debate sobre o conceito de formação e ainda verificar o que os alunos

entendem por formação profissional, comparado a outros conceitos apresentados.

O **item 6**, com média 1,7, mostra um alto índice de concordância em relação à afirmativa. O desvio padrão 0,9 mostra que houve pouca dispersão em relação à média 1,7. Este item apresenta a segunda menor média da subescala, com pouca dispersão em torno dos resultados. Significa dizer que os alunos buscaram formação profissional, e não somente o ensino médio gratuito no instituto, que poderia dizer-se no caso dos alunos do ensino integrado. O aspecto levantado (que fala da busca somente pelo ensino médio) é também discutido na comparação com a questão que trata da busca pelo curso visando somente preparo para a universidade, caso a intenção dos alunos tenha sido ingressar numa instituição de educação profissional com a finalidade de ter uma formação em nível médio para poder chegar à universidade.

O sétimo item do instrumento de pesquisa traz a seguinte afirmação, como sendo motivo de escolha pela educação profissional: “para obter um treinamento para o mercado de trabalho”. A afirmação permite analisar se os jovens buscam no ensino técnico um treinamento direcionado ao mercado de trabalho. Tal questão permite comparar os resultados e discutir os conceitos de treinamento, juntamente com formação e ainda discutir quanto a pretensão de ingresso no mercado de trabalho, analisando e comparando com os dois sistema de ensino ofertados pelo IFSP, sendo que um deles deveria ser mais prático e direcionado ao mercado do que o outro, segundo os decretos já citados.

O **item 7**, com média 1,8, mostra um predomínio do índice de concordância em relação à afirmação que diz que o aluno procurou o curso técnico “para obter um treinamento para o mercado de trabalho”, confirmado pelo desvio padrão 0,9.

O resultado evidencia que a busca pelo curso técnico visa uma aproximação com o mercado de trabalho, no sentido de ter uma profissão, mesmo que o ingresso no trabalho possa não ocorrer imediatamente após a conclusão do curso. Para desenvolver melhor esse raciocínio torna-se

necessário comparar tal resultado com os de outros itens, o que será feito ao final desta subescala.

O oitavo item afirma, como sendo motivo de escolha pelo curso: “porque esse curso técnico dá possibilidade de um bom emprego e bom salário”. Entre outras afirmações, o objetivo desta questão é identificar as razões que levaram os alunos a escolha pela educação profissional.

O **item 8**, com média 1,8, mostra que prevalece o índice de concordância em relação à afirmativa que diz: “procurei o curso técnico porque esse curso dá possibilidade de um bom emprego e bom salário”, confirmado pelo desvio padrão de 0,8.

A julgar pelos resultados obtidos, percebe-se que os alunos vinculam o processo de formação técnica ao seu futuro profissional, ao concordar que buscaram o curso diante da possibilidade de um bom emprego e de um bom salário. Mesmo que concordem com a afirmação de que pretendem continuar estudando e de que têm em mente fazer um curso superior (item 24), os alunos demonstram também que a busca pelo curso técnico se deu visando o mercado de trabalho.

O nono item traz como afirmação: “porque pretendo ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão”. Tal questão permite cotejar se o aluno busca um curso técnico visando ter uma profissão e ingressar no mercado de trabalho, ou se tem também outros objetivos, conforme outras questões permitem posicionar-se.

O **item 9**, com média 2,3, mostra que se mantém o índice de concordância (parcial) em relação à afirmação. A dispersão aumentou um pouco em relação à média, se comparada às demais questões da subescala, conforme o desvio padrão 1,1.

Ao terem concordado com a afirmação, mesmo que parcialmente, pode-se supor que outras questões poderão estar à frente da possibilidade de ingressar imediatamente no mercado de trabalho. Os resultados da subescala “Expectativas de futuro”, que será apresentada mais adiante, pode facilitar o entendimento das respostas dadas a essa questão.

O décimo item traz outra possibilidade como sendo motivo de escolha pelo curso: “porque o curso que faço é mais valorizado socialmente e de maior prestígio”.

O **item 10**, com média 2,4, mostra que prevalece o índice de concordância parcial em relação à afirmação. A dispersão em relação à média 2,4 foi de 1,0, conforme desvio padrão. O desvio padrão mostra também uma maior dispersão em torno das respostas, se comparada com outras questões.

Os números indicam que aumentou a média dos resultados, se comparados aos resultados anteriores da subescala. Isso pode significar que os alunos não consideram que o curso que fazem seja mais valorizado socialmente e de maior prestígio, pois concordaram parcialmente com a afirmação.

O décimo primeiro item afirma: “porque a escola é reconhecida”. Tal questão permite aferir e comparar, junto as demais afirmações da subescala, as razões que levaram o jovem a buscar o ensino profissionalizante.

O **item 11**, com média 1,5, mostra uma forte concentração na opção de concordância total em relação à afirmação. A dispersão em relação à média 1,5 foi de 0,9, de acordo com o desvio padrão.

O resultado das respostas à questão chama muita atenção, pois é a menor média da subescala e a terceira menor média da escala geral. Pelos resultados encontrados, é possível dizer que os alunos consideram a escola como sendo reconhecida. A julgar pelos resultados, este foi o primeiro fator determinante para a escolha do curso profissionalizante, como se pode ver nas opções da subescala.

O **item 12**, com média 2,0, mostra que prevalece o índice de concordância (parcial) em relação à afirmação que de procurou o curso “porque dá um bom preparo para ingressar na universidade”. A dispersão em relação à média aumentou um pouco se consideradas as demais questões da subescala, a julgar pelo desvio padrão de 1,0.

Note-se que a média dos resultados diminuiu na afirmação acima se comparada a sentenças que se refere a ingressar imediatamente no mercado de trabalho, o que significa dizer que a escolha pelo curso se deu mais pela

possibilidade daquilo que este curso possa vir a oferecer no sentido de formação para o ingresso na universidade, e não pela busca imediata a profissão. Se comparado à resposta da questão 9 (procurei o curso técnico porque pretendo ingressar imediatamente no mercado de trabalho), esta última apresentou uma média maior, o que significa que os alunos escolheram o curso mais para adquirir um preparo para a universidade do que visando o ingresso imediato no mercado de trabalho. O detalhamento e o cruzamento de dados entre essas questões segue, logo após a apresentação de cada item. Porém comparando com a busca por formação e treinamento, como com a possibilidade de um bom emprego e salário, a incidência de concordância nessas questões apresentou média inferior do que o motivo de obter um bom preparo para a universidade.

O **item 13**, com média 3,6, mostra uma forte concentração de respostas na opção de discordância, no que se refere à afirmação de que procurou o curso “por se tratar de um curso fácil”, confirmado pelo desvio padrão 0,7.

Pode-se observar que a média aumentou muito se comparada às demais médias da subescala, apresentando-se, inclusive, como a maior média da subescala “Escolha do curso profissionalizante” e a segunda maior média na escala geral. A opção pelo curso que escolheram, diante de outras possibilidades, não se deu, portanto pelos cursos serem considerados fáceis de cursar. Pelo contrário, a julgar pela média de respostas ao item e pela baixa dispersão em torno dessa média, os alunos não consideram o curso fácil e tampouco fizeram a opção do curso por esta razão.

O **item 14**, com média 2,0, mostra um predomínio do índice de concordância (parcial) em relação à afirmação de que procurou o curso “porque o ensino é gratuito”. A dispersão foi de 1,0, conforme desvio padrão.

Note-se que a questão apresentou uma média bem menor se comparada à anterior, embora com um desvio padrão um pouco maior. Portanto, tendo em vista seu resultado, o fato de a escola ser pública e gratuita (e, nesse caso, da rede federal) foi certamente um dos fatores de escolha pelo curso profissionalizante para uma grande maioria dos alunos, a julgar pelo

resultado. O debate sobre a instituição publica, no conjunto da tese é também fator importante para entender as razões de escolha dos jovens.

O **item 15**, com média 3,5, mostra um alto índice de discordância em relação à afirmação de que procurou o curso técnico “porque foi único curso profissionalizante a que teve acesso”, a sentença foi elaborada com o intuito de tentar mapear e entender mais uma razão pela busca ao ensino técnico. O desvio padrão 0,9 mostra que não houve muita dispersão em torno da média apresentada.

A média das respostas à questão foi bem alta se comparada aos demais resultados da subescala, sendo esta a segunda maior média da subescala e a terceira maior média na escala geral. Como se pode ver pelos resultados, os alunos demonstram que teriam outras opções de curso profissionalizante para procurar, na mesma ou talvez em outra instituição.

O **item 16**, com média 3,0, mostra um predomínio no índice de discordância parcial, com forte tendência de discordância parcial, em relação à afirmação de que procurou o curso “por recomendação da família, para que possa começar logo a trabalhar”. O desvio padrão de 1,0 mostra a dispersão em relação à média.

Os resultados mostram que a maioria dos alunos não procurou o curso técnico por recomendação da família e visando imediatamente ao mercado de trabalho. Por isso, pela média das respostas, este não foi um dos motivos de escolha do curso técnico.

O **item 17**, com média 3,4, mostra um alto índice de discordância em relação à afirmação de que procurou o curso “porque um parente ou amigo estudou no IFSP”, comprovada pelo desvio padrão 1,0.

A média apresentada nos resultados do item foi a terceira maior média na subescala e a quarta maior média na escala geral. Como se vê, não foi em virtude de um parente ou de um amigo ter estudado na instituição que os alunos do IFSP o fazem hoje. Esse não foi, portanto, um motivo de escolha pelo curso.

3.2.3.1 - Posicionamento dos alunos na subescala

A subescala “Escolha do curso profissionalizante” contém, portanto 12 itens num intervalo de valores possíveis da subescala variando de 12 (12 x 1 = mínimo) a 48 (12 x 4 = máximo).

Para a análise dos dados encontrados, foram também tabulados os resultados gerais da subescala com o intuito de verificar o grau de concordância e de discordância diante das afirmações. A tabela abaixo apresenta a frequência das respostas dos sujeitos na subescala, pela quantidade de alunos e por sistema de ensino.

Tabela 19 — Escolha do curso profissionalizante

Posição dos alunos	Sistema de Ensino		Total
	Integrado	Técnico	
Concordância	46	8	54
Discordância	24	3	27
Total	70	11	81

A tabela 19 permite a verificação da hipótese de dependência entre a atitude do aluno (concordância ou discordância) em relação a escolha pelo curso profissionalizante e ao sistema de ensino a que está vinculado (integrado ou técnico) – Ho.

O valor 2,5 representa a mediana dos valores possível de resposta (1, 2, 3, 4) e o critério de classificação dos alunos nas categorias discordância e concordância, foi justamente, cada valor obtido pelo aluno, abaixo ou acima da mediana (2,5), condição para aplicação da prova da mediana. Calculando χ^2, conforme Siegel (1975, p.129), obtém-se o valor 0,013, que é menor que o valor crítico 3,841 para 1 g.l. e $\alpha \leq 0,05$. Portanto Ho não é rejeitada e a conclusão é a de que os motivos de escolha dos alunos pelo curso profissionalizante não depende do sistema de ensino a que estão vinculados.

Pelos resultados da tabela 19, pode-se observar que a maioria dos alunos do sistema integrado de ensino (46 de 70) tende a concordar com as afirmações da subescala. E nos cursos técnicos desvinculados do ensino médio também houve uma tendência a concordar com esta subescala (8 de 11 alunos).

As questões da subescala foram elaboradas visando atingir a um dos objetivos da pesquisa, qual seja, averiguar quais os motivos que estimulam os jovens a optar por um curso técnico.

O que significa, portanto, a predominância pela concordância nos resultados da subescala? A diferença porcentual de respostas dos alunos que concordam com as afirmações é significativa se se comparar os cursos integrado e técnico?

Os alunos concordaram que procuraram o curso para obter formação profissional, treinamento para o mercado de trabalho, pela possibilidade de um bom emprego e salário, com a pretensão de ingressar no mercado de trabalho, porque o curso é valorizado, porque a escola é reconhecida, porque o ensino é gratuito, mas também porque dá um bom preparo para a universidade. Porém discordaram que foi por se tratar de um curso fácil, porque tenha sido o único curso profissionalizante a que teve acesso, que tenha sido por recomendação da família e ainda porque um parente ou amigo tenha estudado na instituição.

A subescala permite uma série de análises a respeito das razões pelas quais os jovens optaram pelo curso técnico, inclusive dando a possibilidade de cruzar alguns resultados. Para responder as questões acima cabe, portanto, analisar as respostas dos sujeitos a cada um dos itens da subescala separadamente, pois trata-se de uma subescala com 12 questões que contém diferentes possibilidades de escolha pelo curso, inclusive que dá margem aos alunos dos dois sistemas de ensino posicionarem-se de forma diferente.

A hipótese formulada foi a de que o aluno opta pelo curso e pela escola tendo em vista uma formação técnica reconhecida e gratuita e também para ter um bom preparo para a universidade. A hipótese, portanto se confirma, pois os alunos concordaram parcialmente com as afirmações relacionadas ao mercado

de trabalho, como motivos de busca pelo curso técnico e também visando um bom preparo para a universidade.

3.2.3.2 – Análise específica de itens da subescala

Conforme foi anunciado na subescala, os resultados de alguns itens exigem uma análise detalhada e uma comparação entre as respostas dos alunos às afirmações apresentadas, visando atingir aos objetivos específicos da pesquisa. Segue o cruzamento de dados dos resultados obtidos entre as questões 6 e 7, bem como entre as questões 9 e 12.

Questões 6 e 7 – Formação e treinamento

As questões foram elaboradas visando alcançar um dos objetivos da pesquisa, qual seja: Averiguar quais os motivos que estimulam os jovens a optar por um curso técnico. Entre os motivos que o levaram a optar pelo ensino profissionalizante de nível médio, relacionados no instrumento de pesquisa estão: a busca por formação e também por treinamento. Os itens foram redigidos com o intuito de verificar se o aluno distingue “formação” de “treinamento” ainda que não assinale alternativas opostas.

Por essa razão torna-se fundamental analisar detalhadamente as questões 6 e 7, pois os termos “formação” e “treinamento”, como mencionado na introdução, indicam dois modos distintos de se ver o processo de ensino.

A tabela 20 a seguir, apresenta o cruzamento das respostas dadas às questões 6 e 7.

Tabela 20 —Formação e Treinamento, segundo opinião dos alunos

Formação	Treinamento		TOTAL
	Concordância	Discordância	
Concordância	64	5	69
Discordância	2	10	12
TOTAL	66	15	81

Com o intuito de verificar se há associação entre as escolhas dos alunos a cerca da formação e do treinamento foi aplicada a prova qui quadradro (χ^2), para duas amostras independentes, conforme indicado por Siegel (1975).

O valor observado de χ^2 obtido para a tabela de contingência (tabela 20) é igual a 35,514. Como χ^2 observado 35,514 é maior que χ^2 crítico, 1 grau de liberdade, $x \leq 0,05 = 3,841$, conclui-se que a hipótese de independência entre Formação e Treinamento (Ho) deve ser rejeitada (a rigor com probabilidade bem menor que $\alpha < 0,05$) e a hipótese de que Formação e Treinamento (Ha) são dependentes deve ser aceita. Portanto a tendência do aluno em vincular a escolha do curso com a procura por formação e por treinamento é predominante.

Observe-se que, pela tabela 20, 64 alunos, que equivale a 79% da amostra, concordaram terem buscado tanto a formação quanto o treinamento como motivos que os levaram a procurar o curso técnico; cinco alunos consideraram que procuraram a formação e discordaram que visaram o treinamento; dois alunos concordaram que buscaram treinamento e discordaram que buscaram formação; finalmente dez alunos discordaram que visaram qualquer uma das opções.

Os resultados evidenciam que a maioria dos alunos (64 em 81) respondeu que concorda ter procurado o curso por ambas as razões. Ao que parece, os alunos não diferenciam formação de treinamento, o que explica a frequência alta de concordância, ou, talvez, buscam no curso tanto formação quanto treinamento.

A segunda opção com maior incidência de respostas foi a opção de discordância, em que dez alunos de um total de oitenta e um, discordam das duas afirmativas. Esse dado é difícil de ser interpretado, pois não se trata de redação, visto que a maioria dos alunos optaram por outras respostas e também, cabe lembrar, que o instrumento de pesquisa foi testado antes de sua aplicação final. Justifica-se aqui a necessidade de aprofundar a pesquisa para verificar se os alunos distinguem formação de treinamento.

Como se vê pela tabela 20, sete alunos do total de oitenta e um, discordam de uma afirmação e concordam com outra. Destes sete alunos, cinco discordam que tenham procurado o curso para obter treinamento, concordando que o procuraram em busca de formação, enquanto os outros dois discordam que tenham procurado o curso para obter formação, concordando que o procuraram em busca de treinamento. Esses sete alunos que se posicionaram diferentemente diante da afirmação de busca por formação e por treinamento, ao que parece, entendem e diferenciam os termos. Subentende-se que cinco alunos tiveram como motivo de escolha a pretensão de fazer curso superior logo após o técnico e dois alunos tiveram como motivo de escolha pelo curso a pretensão de ingressar no mercado de trabalho, na medida em que concordaram com a busca por treinamento.

Cabe lembrar que, para efeito de cruzamento e análise dessas questões, as respostas dos alunos que concordaram totalmente e parcialmente foram fundidas, assim como as respostas daqueles que discordaram totalmente e parcialmente também foram agregadas. Perde-se dessa forma, um pouco de precisão nas respostas, pois a diferença sinalizada pelos alunos no grau de concordância e discordância foi agregada.

Ao serem elaboradas as questões, partiu-se do entendimento de uma diferenciação dos termos formação e treinamento, por essa razão as questões foram ainda complementadas: “formação profissional” e “treinamento para o mercado de trabalho” e ainda assim a maioria dos alunos associaram os dois termos.

Tendo como objetivo fazer um curso superior logo após o técnico, pode ser que o aluno almeje por formação na educação profissional e tendo como

objetivo somente o mercado de trabalho de trabalho é possível que busque somente treinamento no curso técnico. As respostas quanto a busca por formação profissional podem se refletir também, para aquele aluno que pretende definir-se por uma área de atuação profissional, embora não pretenda exercê-la imediatamente. Se o aluno pretende ter uma profissão para ingressar no mercado de trabalho, logo depois de formado no curso técnico, ou posteriormente e também pretende fazer o curso superior, pode ser que o aluno busque, portanto, tanto formação quanto treinamento na instituição. Porém não é possível afirmar que o aluno ao responder que busca formação profissional no curso técnico, esteja visando a universidade.

A hipótese formulada cujo cruzamento de dados teve por pretensão atingir foi a de que o aluno busca no IFSP formação profissional e treinamento para o mercado de trabalho. Deste modo a julgar pelos resultados encontrados e pelo cruzamento de dados entre a busca por formação e por treinamento, confirma-se à hipótese formulada.

Na sociedade administrada, esferas que poderiam ser distintas são fundidas, entre elas as esferas da formação e do treinamento. A formação do indivíduo tem sido direcionada para atender ao competitivo mercado produtivo e com isso a formação do caráter – que é incumbência da educação – fica relegada ao segundo plano. O entendimento do que a formação deve proporcionar, diante do treinamento, fica confuso no modelo de educação adotado e a formação não aparece para os alunos como se pressupõem que devesse aparecer. Será que a escola está deixando claro o que significam formação e treinamento? Pois parece que não há um entendimento sobre o que os estudantes estão fazendo. As últimas reformas educacionais ocorridas no ensino técnico evidenciam essa questão, na medida em que se discute um ensino mais ou menos específico em um debate sobre os dois modelos de ensino que permeiam essa questão.

De acordo com o referencial adotado é razoável que os alunos não façam distinção entre formação e treinamento e até mesmo busquem num curso técnico as duas formas de ensino. A racionalidade técnica tem a característica de fundir as coisas e nessa sociedade onde a educação foi reduzida à instrução e treinamento, é provável que não haja clareza nos dois

modos distintos de se entender um processo de ensino. Mas não há, porém, como comprovar tal entendimento por parte dos alunos, o que permite sugerir que uma outra pesquisa o faça, aprofundando a análise do tema.

A mesma subescala apresenta afirmações que dão ao aluno a oportunidade de se manifestar quanto à busca pelo curso técnico, tendo como objetivo o mercado de trabalho ou o preparo para a universidade, o que dá outra possibilidade de comparação para entendimento dos motivos que os levam a procurar o curso técnico.

Questões 9 e 12 – Ingressar no mercado de trabalho e preparo para a universidade

Os itens 9 e 12 foram elaborados visando alcançar um dos objetivos da pesquisa, qual seja: verificar o que responde o jovem a respeito de sua trajetória entre a escola e o futuro. Entre os motivos que o levaram a optar pelo ensino profissionalizante de nível médio, relacionados no instrumento de pesquisa estão: a pretensão de ingressar imediatamente no mercado de trabalho (item 9) e porque o curso dá um bom preparo para a universidade (item 12). Os itens foram redigidos com a finalidade de identificar se o aluno optou pelo curso visando trabalhar como técnico ou se pretende fazer um curso superior, visto que, os alunos do IFSP costumam atingir bons resultados nos vestibulares das instituições públicas da região.

Pelas razões explicitadas acima, é fundamental analisar detalhadamente os itens 9 e 12, pois seus conteúdos são distintos um do outro no que se refere aos motivos de escolha pelo curso desses alunos. Há de se considerar que a legislação referente a tal ensino supõe o encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho, conforme mencionado na introdução.

A tabela a seguir apresenta o cruzamento das respostas dadas às questões 9 e 12.

Tabela 21 — Ingressar no mercado de trabalho e preparo para a universidade, segundo opinião dos alunos

Ingressar no mercado de trabalho	Preparo para a universidade		TOTAL
	Concordância	Discordância	
Concordância	36	11	47
Discordância	21	13	34
TOTAL	57	24	81

Visando verificar se há associação entre as escolhas dos alunos no que se refere a buscar o curso técnico objetivando ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão ou obter um bom preparo para universidade, foi aplicada a prova do qui quadrado (χ^2), para as duas amostras independentes.

O valor observado de χ^2 obtido para a tabela de contingência é igual a 1,178. Como χ^2 observado 1,178 é menor que χ^2 crítico, 1 grau de liberdade, x $\leq$ 0,05 = 3,841, conclui-se que a hipótese de independência entre a pretensão de ingresso imediato no mercado de trabalho e o preparo para a universidade (Ho) não deve ser rejeitada, para o nível de significância α = 0,05 estabelecido para esta pesquisa. Portanto, pode-se inferir que o aluno procura o ensino técnico porque pretende ingressar no mercado de trabalho ou obter um bom preparo para a universidade, não havendo assim associação entre as variáveis. Esse resultado não corrobora a hipótese de que o aluno opta pelo curso e pela escola por pretender os dois caminhos, o que evidenciaria que a trajetória do aluno do curso técnico não é uma relação direta entre a escolha do curso e busca pela profissão.

Observe-se que, pela tabela 21, trinta e seis alunos, que equivale a 44,4% da amostra, concordaram como sendo motivos que os levaram a procurar um curso técnico, tanto a pretensão de ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão, quanto obter um bom preparo para a universidade; trinta e dois deles (21 + 11) responderam de forma oposta às questões, mostrando que alguns pretendiam ou uma coisa ou outra (ou

ingressar imediatamente no mercado de trabalho ou se preparar para a universidade) e finalmente treze alunos discordaram que visaram qualquer uma das opções.

Os resultados mostram que, embora, 36 em 81 indique uma proporção alta de concordância quanto ao dois motivos, não é a maioria; a maioria é obtida pela soma dos 32 que divergem (22+11), mais os 13 que responderam confusamente (pois, não concordaram com nenhuma das afirmações) totalizando, portanto 45 de 81 alunos. Esse resultado contribui para a não rejeição da hipótese de independência, ou seja, de que buscaram o curso por um ou outro motivo. A hipótese formulada na pesquisa de que a trajetória do jovem estudante não é uma relação direta entre a escolha pelo curso e a busca pela profissão na área de formação, não se confirma; para essa relação não ser direta a maioria dos alunos deveriam concordar com as duas afirmações e não é isso que ocorre. Contudo, a proporção alta de concordâncias quanto aos motivos (36 em 81) sugere que, em pesquisa futura, os itens sejam reformulados de modo a serem de fato independentes.

A questão que afirma como motivo de escolha pelo curso a pretensão de ingressar no trabalho traz consigo a expressão “imediatamente”. A inserção da expressão se deu na tentativa de tentar mapear o que de fato pretendiam os jovens aos escolher o curso.

A segunda opção com maior incidência de respostas foi vinte e um alunos, que equivale a 25,9%, que concordaram com a afirmação de obter um bom preparo para a universidade e discordaram com a afirmação de ingresso imediato no mercado de trabalho. Sabe-se, portanto que a universidade é uma pretensão dos alunos, fato que é positivo. O resultado é bastante relevante, pois se trata de uma instituição pública que visa inserir os jovens no mercado, sendo utilizada como degrau para a universidade. Porém torna-se necessário o debate de vários aspectos que interferem nesses motivos de escolha dos jovens. Há de se considerar o prestígio da formação universitária, diante da formação técnica, as exigências do próprio mercado quanto à formação, as poucas ofertas de trabalho, diante da quantidade de candidatos a uma vaga, entre outras questões. Pode ser que esses alunos tenham como meta a universidade depois de ingressarem no mercado de trabalho, até mesmo

porque existe a obrigatoriedade do estágio para o aluno que conclui o curso. Tão logo concluído o estágio o aluno pode requerer o diploma de técnico.

A terceira maior incidência de respostas, entre as duas questões, se deu na opção discordo de ambas as afirmações. Tal resultado chama a atenção, pois a julgar pelos resultados, não foi motivo de escolha, de treze alunos, ingressar imediatamente no mercado ou buscar preparo para a universidade. Esse resultado é um dado difícil de ser interpretado, pois não se trata de redação, considerando as demais respostas dadas as questões e como também já foi comentado, o instrumento foi testado. Na busca de respostas a esses resultados constatou-se que, desses 13 alunos, seis deles responderam à maioria das afirmações da subescala escolhendo pela opção de discordância, uma vez que a média dos resultados desses alunos foi superior a 3,0.

A quarta maior incidência de respostas, onze alunos de um total de oitenta e um, se deu nas opções: concordância em relação à busca pela profissão e ingresso no mercado de trabalho e discordância quanto à preparação para a universidade. Tal resultado se mostra coerente com os objetivos propostos por tal nível de ensino.

Conforme já comentado, grande parte dos alunos tem a pretensão de fazer curso superior, após a conclusão do técnico. Resta saber a que tempo? Pode ser que nem todos os alunos pretendam fazer as duas coisas logo após a conclusão do curso? Quem sabe pretendem trabalhar e estudar ao mesmo tempo? Os resultados daqueles que opuseram uma afirmação diante de outra foi relevante (21 + 11). Estes alunos também pretendem as duas coisas, porém deixaram claro qual foi o primeiro motivo de escolha pelo curso, diante do outro.

Embora a hipótese não tenha se confirmado tais resultados levam a pensar que as mudanças vividas pela juventude, não são acompanhadas pelas modificações dos cursos técnicos. As exigências do próprio mercado de trabalho, quanto ao currículo do candidato ao emprego e as possibilidades de uma carreira promissora - do ponto de vista do mesmo mercado, só são possíveis mediante formação, no mínimo universitária, nos dias atuais. Os

jovens sabem da pouca oferta de trabalho, diante do enorme contingente de pessoal em busca de um emprego, principalmente entre os próprios jovens, ainda sem experiência. O curso técnico pode significar a diferença no currículo, porém daquele que possuir o ensino superior. A formação técnica pode ser sim um diferencial e até mesmo uma porta de entrada para o mercado, porém o ensino superior aparece no plano pessoal do jovem.

Para o jovem que opta por fazer o curso técnico, pensar na possibilidade de ingresso no mercado de trabalho exige dele uma mudança da condição de estudante para a de trabalhador. Esta por sua vez exige do indivíduo o ajuste ao processo produtivo e a busca de eficiência para o desempenho de serviços a ele atribuídos em prol da racionalidade estabelecida pela técnica, como discutido na introdução.

Diante disso e dos resultados encontrados, é de se perguntar: será que o jovem que busca o ensino técnico no IFSP está pronto para essa mudança, ou disposto a encará-la nesse momento? Melhor: será que este aluno precisa trabalhar ao concluir o curso técnico? A condição socioeconômica da família exige a mudança da condição de estudante para trabalhador, nessa etapa da vida desses jovens? A própria família não estará incentivando a continuação dos estudos, visando a formação universitária?

As respostas a essas perguntas dependem de análise dos resultados obtidos nas próximas subescalas.

3.2.3.3 — Síntese da subescala “Escolha do curso profissionalizante”

Ao analisar os resultados da subescala “Escolha do curso profissionalizante”, chama a atenção o fato de haver questões em que fica marcante a tendência do posicionamento geral dos alunos diante da afirmativa apresentada. Por exemplo, o item 13, que afirma a procura pelo curso “por se tratar de um curso fácil”, teve como resultado uma forte concentração de respostas na opção de discordância, e com a média mais alta da subescala: 3,6. Ao que parece, os alunos têm a convicção de que não escolheram o curso técnico pela facilidade que poderiam encontrar ao cursá-lo. Essa não foi portanto uma razão pela qual optaram pelo curso.

Outro resultado que chama a atenção é a média 3,5 do item 15, cuja afirmação é a de que um dos motivos que os levaram a “procurar e frequentar o curso foi por ser o único curso profissionalizante a que tiveram acesso”. Pela alta concentração de respostas na afirmação de discordância, fica evidente que os alunos tiveram ou teriam outras possibilidades de escolha.

Já no que se refere ao reconhecimento da instituição, a julgar pelas respostas dadas, os alunos concordam que esse foi um motivo que os levou a procurar e frequentar um curso técnico. Essa foi a questão com maior incidência de respostas na opção de concordância na subescala, e com a média mais baixa: 1,5.

Na somatória dos resultados dos sujeitos da subescala, dois deles chamam a atenção pelos números encontrados nos questionários respondidos — e lembrando aqui que o intervalo de valores possíveis da subescala varia de 12 (12 x 1 = mínimo) a 48 (12 x 4 = máximo).

No primeiro caso, a somatória dos resultados às questões da subescala foi de 18 pontos, sendo esta a menor pontuação da subescala. O sujeito de número 53, de 14 anos e do sexo masculino, concordou com todas as opções de respostas da subescala, com exceção das questões 13 e 17. Na questão 13, o aluno respondeu que discorda parcialmente de que escolheu o curso por se tratar de um curso fácil. Na questão 17, ele respondeu que discorda totalmente de que tenha optado pelo curso devido a um parente ou um amigo ter feito o mesmo curso ou ter estudado na instituição.

No segundo caso, a somatória dos resultados às questões da subescala é de 41 pontos, a maior pontuação da subescala. O sujeito de número 60, de 17 anos e também do sexo masculino, respondeu que discorda de todas as afirmações da subescala, com exceção da questão de número 11, que afirma ser um dos motivos de escolha do curso o fato de a escola ser reconhecida.

A subescala “Escolha do curso profissionalizante” trata de aspectos que são importantes para esta tese, uma vez que são conceitos e temas que embasam a pesquisa, tais como: formação, treinamento, trabalho, ensino superior e família. Dessa forma, cabe retomar aqui alguns autores para

restabelecer o diálogo entre a teoria e os resultados coletados a partir da pesquisa de campo realizada.

Em relação à formação e ao treinamento (questões 6 e 7, respectivamente), as afirmativas foram pensadas como sendo formas opostas de se organizar o ensino técnico, inclusive vinculando aos diferentes modelos de ensino implementados pelos decretos-lei nº 2.208 de 1997 e nº 5.154 de 2004. Assim, a ideia de formação aqui seria a de uma educação mais ampla, com uma apropriação geral da cultura e para além do aprendizado que vise somente a uma adaptação ao mercado de trabalho.

As demais questões da subescala abordaram como motivos de escolha pelo curso algumas possibilidades futuras, tais como: bom emprego, bom salário, o trabalho em si, a universidade, ou, ainda, as razões que possam ter interferido na escolha pelo curso, como, por exemplo: a família, um amigo ou parente, a própria escola, o curso e também o fato de o ensino ser gratuito.

No percurso feito pelos jovens da família até o mercado de trabalho, encontram-se as ‘escolhas’ que eles tomam para seu acesso ao mundo adulto. Conforme comentado no capítulo 1, para entender essas escolhas deve-se considerar a existência de relações interpessoais, vínculos de responsabilidade e preocupação em corresponder às expectativas da família.

No tocante a essas escolhas, os alunos pesquisados não apontam a orientação da família, parentes ou amigos na opção que fizeram pelo curso técnico. Essa preocupação em corresponder às expectativas da família não aparece, portanto, nos resultados das afirmações dessa subescala, o que não permite afirmar que essa preocupação não se reflita no cotidiano desses jovens, até mesmo porque eles afirmam que uma das razões pelas quais optaram por um curso técnico foi a possibilidade de obter um bom emprego e um bom salário a partir da formação técnica.

Conforme apresentado e analisado anteriormente, os alunos concordaram como sendo motivos de escolha pelo curso profissionalizante os seguintes itens, agora apresentados em ordem crescente de afirmação:

1º lugar: “Procurei o curso técnico porque a escola é reconhecida” (questão 11). Foi a afirmação com a qual a maioria dos alunos concordou totalmente,

sendo a menor média da subescala. Por mais que a escola hoje não seja garantia de emprego, os alunos que buscam o ensino profissional no IFSP ainda reconhecem na instituição escolar, uma possibilidade de alicerce para o seu futuro profissional.

2º lugar: “Procurei o curso técnico para obter uma formação profissional e para obter um treinamento para o mercado de trabalho” (questões 6 e 7). As médias das respostas a essas duas questões foram muito próximas, como já visto anteriormente. Os alunos concordaram plenamente com ambas as questões, demonstrando interesse pelo trabalho futuro.

3º lugar: “Procurei o curso técnico porque o curso dá possibilidade de bom emprego e bom salário” (questão 8). Ao concordarem totalmente com a afirmação, mais uma vez os jovens apontam na direção da busca pelo percurso até o mundo do trabalho.

Nas questões a seguir, os jovens alunos concordaram parcialmente como sendo motivos de escolha do curso profissionalizante, em ordem crescente de afirmação: “Porque o curso dá um bom preparo para a universidade” (questão 12); “Porque o ensino é gratuito” (questão 14); “Porque pretendo ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão” (questão 9); “Porque o curso que faço é mais valorizado socialmente e de maior prestígio” (questão 10).

Quanto às demais afirmações da subescala, os alunos não concordaram como sendo motivos de escolha pelo curso profissionalizante. De todo modo, seus resultados já foram analisados anteriormente.

Se os alunos apontam na direção do mercado de trabalho como sendo um dos principais motivos de escolha pelo curso profissionalizante, é possível afirmar que mesmo que almejem por formação, esses estudantes adaptam-se às necessidades sociais estabelecidas e ligadas à manutenção do sistema econômico, na busca pelo trabalho e pela profissão. É dessa maneira que esses jovens vêem o IFSP, ou seja, como um sistema escolar institucionalizado e consolidado para qualificar o trabalhador e atender assim às exigências do capitalismo.

Nesse sentido, sobre os ensinamentos de Marx e Engels em seus escritos sobre a relação entre educação e trabalho no modo de produção capitalista, destaca-se: “A relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino não é uma mera proximidade, nem tampouco uma simples consequência; é uma articulação profunda que explica com toda clareza os processos educativos” (Marx; Engels, 2004, p. 16).

3.2.4 — Subescala III: Expectativas de futuro

A subescala “Expectativas de futuro” foi elaborada visando identificar o que dizem os jovens a respeito de sua trajetória entre a escola e o futuro. Como já apontado anteriormente, a hipótese recorrente a esse objetivo é a de que as expectativas de futuro dos estudantes que cursam o ensino técnico são mais voltadas para a continuidade dos estudos do que para ingressar imediatamente no mercado de trabalho. A finalidade do curso poderá não ser a mesma que a dos alunos, de maneira que, para verificar a pretensão destes alunos após a formação técnica, são dadas a eles diferentes opções de respostas sobre o que pretendem depois de concluir o curso.

A subescala contém 8 itens, numerados de 18 a 25. Cabe lembrar que uma afirmação foi intencionalmente repetida para testar a atenção dos alunos (no caso, essa mesma afirmação aparece nos itens 20 e 25). Os sujeitos que responderam de forma diferente à questão repetida foram eliminados da amostra. Portanto, para a apresentação dos resultados, foi eliminada a questão de número 25, restando assim 7 itens na subescala.

Torna-se imprescindível a análise dos resultados das respostas dos sujeitos diante de cada afirmação apresentada. A tabela 21 na página a seguir apresenta a média e o desvio padrão dos resultados das respostas dos alunos a cada uma das questões da subescala “Expectativas de futuro”.

Tabela 22 — Resultados da subescala: “Expectativas de futuro”

QUESTÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Item 18 — Ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso.	2,3	1,1
Item 19 — Ingressar no mercado de trabalho, porém numa área diferente que a do curso que faço.	3,1	1,0
Item 20 — Fazer outros cursos profissionalizantes para me especializar na mesma área do meu curso.	2,7	1,1
Item 21 — Fazer outros cursos profissionalizantes para ter conhecimento em outras áreas de atuação.	2,5	1,1
Item 22 — Fazer outros cursos profissionalizantes porque não quero parar de estudar.	2,6	1,0
Item 23 — Fazer outros cursos profissionalizantes porque é mais fácil e barato do que fazer universidade.	3,6	0,7
Item 24 — Continuar estudando e fazer um curso superior.	1,4	0,7
Resultados gerais da subescala	2,6	1,1

Nota: número de participantes da amostra: 81.

O **item 18**, com média 2,3 mostra um predomínio do índice de concordância em relação à afirmativa de que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja “ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso”. O desvio padrão 1,1 mostra a dispersão em relação à média. Tal afirmação permite verificar se o aluno pretende trabalhar, conforme prevê a legislação a que se propõe tal nível de ensino, ou continuar estudando, ao comparar os resultados desta com outras questões do instrumento.

Pela média apresentada, os jovens demonstram intenção de ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso, embora concordem parcialmente com a afirmação. Tal resultado, se comparado aos resultados de outras questões da subescala “Expectativas de futuro” (como, por exemplo, a afirmação “continuar estudando e fazer um curso superior”), podem esclarecer melhor em relação à pretensão futura dos jovens. O resultado da questão

citada será apresentado ao final da subescala, onde será feito um comparativo à questão aqui em debate.

O **item 19**, com média 3,1, mostra uma concentração de respostas no índice de discordância em relação à afirmação de que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja “ingressar no mercado de trabalho, porém numa área diferente que a do curso que faço”. O desvio padrão 1,0 mostra pouca dispersão em relação à média apresentada. A afirmação demonstra que o aluno pensa em mudar de área, visto que pode não ter gostado do curso que está fazendo.

Se comparada à questão anterior, fica claro que os alunos têm pretensão de seguir na área do curso, havendo assim uma forte tendência de intenção desses alunos de ingressarem no mercado de trabalho predominantemente na área do curso que escolheram (item 18) do que em um campo diferente de atuação.

O **item 20**, com média 2,7, mostra um predomínio do índice de concordância (parcial) em relação à afirmação de que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja “fazer outros cursos profissionalizantes para me especializar na mesma área do meu curso”. O desvio padrão 1,1 mostra a dispersão em relação à concentração de respostas. Tal questão pode demonstrar a intenção do aluno em fazer outros cursos de curta duração, dentro da mesma área de formação na aquela está cursando e não a busca pela universidade após a conclusão do técnico.

Pela média das respostas dos alunos a essa afirmação, constata-se que há alunos que pretendem fazer outros cursos profissionalizantes na área do curso, assim como existem aqueles que não têm essa pretensão. Embora a média indique concordância parcial, o resultado aponta em direção à discordância parcial.

O **item 21**, com média 2,5, mostra que prevalece o índice de concordância em relação à afirmativa de que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja “fazer outros cursos profissionalizantes para ter conhecimento em outras áreas de atuação”. O desvio padrão em torno da média foi de 1,1. A questão aponta a possibilidade do aluno tentar ampliar seus

horizontes de conhecimentos buscando cursos profissionalizantes em outras áreas.

Se comparada à média da questão anterior, os alunos demonstraram mais interesse em fazer cursos em áreas diferentes para ter conhecimento em outras áreas de atuação do que fazer outros cursos na própria área. A dispersão em torno dos resultados é praticamente a mesma da questão anterior.

O **item 22**, com média 2,6, mostra um predomínio do índice de concordância (parcial) em relação à afirmação de que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja “fazer outros cursos profissionalizantes porque não quero parar de estudar”. O desvio padrão calculado foi de 1,0.

Com esse resultado, verifica-se que os alunos consideram a possibilidade de fazer outros cursos, a afirmação é complementada como sendo esta uma oportunidade para não deixar os estudos. Tal afirmação foi pensada diante da possibilidade do aluno não ingressar num curso superior e nem no mercado de trabalho. A média mostra uma concordância parcial, com tendência à discordância parcial.

O **item 23**, com média 3,6, mostra um predomínio do índice de discordância em relação à afirmativa de que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja “fazer outros cursos profissionalizantes porque é mais fácil e barato do que fazer universidade”. O desvio padrão 0,7 mostra pouca dispersão em relação à media apresentada.

Levando em conta a média obtida pelas respostas dos jovens a essa afirmação, fazer outros cursos por ser mais viável financeiramente do que frequentar uma universidade não é a intenção dos alunos ao concluírem o curso técnico. A média dos resultados desta questão chama a atenção, pois é a maior média de toda a escala geral. Com esse resultado, os alunos deixam claro seu posicionamento diante da questão.

O **item 24**, com média 1,4, mostra uma forte concentração do índice de concordância em relação à afirmação de que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja a de “continuar estudando e fazer um curso superior”. O desvio padrão 0,7 mostra pouca dispersão em torno da média. Tal

questão permite analisar se o aluno pretende continuar estudando, diferentemente do que prevê a legislação. O resultado também será comparado às afirmações que visam o mercado de trabalho.

A média representa uma concordância alta em relação à afirmativa, sendo esta, inclusive, a segunda maior média da escala total. A julgar pelos resultados, os alunos pretendem fazer um curso superior em detrimento da própria legislação, a qual tem como objetivo possibilitar aos jovens formandos do ensino técnico o ingresso no mercado de trabalho. Dois aspectos tornam-se aqui relevantes para a análise: o primeiro é que é possível que muitos destes alunos pretendam trabalhar e estudar ao mesmo tempo; e o segundo é que, mesmo aqueles que pretendem ingressar imediatamente no mercado de trabalho, também podem ter a pretensão futura de cursar o ensino superior.

Cabe destacar que o intervalo de valores possíveis na subescala varia de 7 (7 x 1 = mínimo) a 28 (7 x 4 = máximo). Baseada nesses resultados foi elaborada uma tabela, mostrando a quantidade de alunos que concordaram e/ou discordaram das afirmações da subescala. Lembra-se aqui que os resultados foram obtidos somando-se as respostas dos alunos e dividindo-as pelo número de questões. A partir do resultado encontrado, verificou-se quantos alunos apresentaram média superior e média inferior a 2,5 pontos. Aqueles que apresentaram uma média inferior a 2,5 concordaram com as afirmações da subescala, ao passo que aqueles que apresentaram uma média superior a 2,5 discordaram das afirmações da subescala.

3.2.4.1 – Posicionamento dos alunos na subescala

A tabela a seguir apresenta a quantidade de alunos por sistema de ensino que concordaram e/ou discordaram das afirmações da subescala.

Tabela 23 — Expectativas de futuro

Posicionamento dos alunos	Sistema de Ensino		Total
	Integrado	Técnico	
Concordância	29	5	34
Discordância	41	6	17
Total	70	11	81

A tabela 23 permite a verificação da hipótese de dependência entre a atitude do aluno (concordância e discordância) em relação as expectativas de futuro e o sistema de ensino a que está vinculado (integrado ou técnico) – Ho. Conforme Siegel (1975), um teste estatístico apropriado para esta situação é a prova da mediana.

O valor 2,5, representa a mediana dos valores possíveis de respostas (1, 2, 3, 4) e o critério de classificação dos alunos nas categorias concordância e discordância foi inclusive cada valor, obtido pelo aluno, abaixo ou acima da mediana (2,5), condição para aplicação da prova da mediana. Conforme sugestão de Siegel (1975, p. 129) calculando χ^2, obtém-se 0,016, que é menor que o valor crítico 3,841, para 1 g.l. e $\alpha = 0,05$. Portanto Ho não é rejeitada e a conclusão é a de que as atitudes dos alunos, quanto às expectativas de futuro depois de concluído o curso técnico, não dependem do sistema de ensino a que estão vinculados.

A partir da tabela 23, pode-se observar que a maior parte dos jovens tendeu a discordar das afirmações da subescala. No sistema integrado de ensino, o índice de discordância foi de 58,5%, enquanto no técnico desvinculado a proporção foi um pouco menor, de 54,5%, mas manteve-se o índice de discordância.

O que significa, portanto os resultados encontrados? O que significa a predominância pelo índice de discordância das afirmativas da subescala nos dois sistemas de ensino?

Pelos resultados encontrados, constata-se que os alunos tenderam a discordar no tocante às expectativas de futuro diante da formação técnica. As questões com as quais os alunos discordaram e tenderam mais a discordar, dizem respeito a ingressar no mercado porém em área diferente e fazer outros cursos profissionalizantes por ser mais fácil e barato do que a universidade. A afirmativa referente a continuar estudando e fazer um curso superior, porém apresentou um alto índice de concordância, seguido da afirmação que apresenta como expectativa “ingressar no mercado de trabalho, na mesma área do curso”.

A hipótese formulada de que as atitudes de concordância e discordância dos alunos dos cursos integrado e dos cursos técnicos não estão associadas, não se confirma, no que se refere as expectativas de futuro, pois independente da matrícula os alunos discordaram das afirmações da subescala, mostrando portanto associação nos resultados.

Se não há diferença entre o posicionamento dos alunos, independentemente do curso que frequentam (integrado ou técnico) - quanto à expectativa de futuro – portanto a variável “expectativa de futuro” é respondida tendencialmente do mesmo modo pelos estudantes.

O que isso significa?

Primeiro, que o tipo de curso, ou sistema de ensino, não influencia a expectativa que o jovem aluno tem de seu futuro. Fato que contraria os legisladores, as instituições e os docentes que acreditam e defendem as mudanças no sistema de ensino do curso técnico (ora vinculado, ora dissociado do ensino médio). O resultado mostra, também, que as mudanças promovidas em virtude das diferentes políticas educacionais implementadas, parecem não levar em conta a opinião e expectativas do público alvo desses cursos.

As expectativas dos jovens, de ambos os sistemas de ensino, portanto, não são as mesmas do que as da sociedade e dos governos, que, por intermédio da legislação, organizam o ensino técnico. As modificações que frequentemente ocorrem no ensino técnico não parecem estar em consonância com as expectativas dos jovens, a julgar pelos resultados aqui apresentados.

Segundo, o resultado corrobora a tese da teoria crítica sobre a tendência social de padronização dos sujeitos, ou seja, nesse caso, jovens que frequentam cursos distintos tendem a responder no mesmo sentido, evidenciando que pensam da mesma forma. Ou seja, embora contrariem os legisladores, quanto as diferentes políticas de ensino profissional adotadas, os alunos são influenciados pela padronização da sociedade tecnológica vigente, nesse caso no que se refere às exigências de maior capacitação (formação) visando melhores cargos e salários no mercado de trabalho.

As respostas dos alunos quanto à “expectativa de futuro” parecem confrontar as “intenções” daqueles que são responsáveis pelo ensino técnico médio. Contudo, é razoável admitir que esse conflito entre o que se espera do jovem e sua expectativa limite-se ao mais próximo e iminente. Em outros termos, quando projeta suas expectativas de futuro o jovem não deixa de se orientar pela racionalidade tecnológica; apenas ela parece não ser o que determina sua expectativa atual, em relação ao ensino médio.

3.2.4.2 – Análise específica de itens da subescala

Questões 18 e 24 – Ingressar no mercado de trabalho ou fazer curso superior

As questões 18 e 24 exigem uma análise mais detalhada, pois, ao serem elaboradas, supôs-se que, ao responder de modo afirmativo que tinham a pretensão de ingressar imediatamente no mercado de trabalho, os alunos tenderiam a responder que discordavam da afirmativa de continuar estudando e de ingressar futuramente numa universidade — e vice versa. A tabela a seguir apresenta os resultados encontrados a fim de possibilitar um comparativo de respostas a essas duas questões.

Tabela 24 — Ingressar no mercado de trabalho ou fazer curso superior, segundo opinião dos alunos

Ingressar no mercado de trabalho na área do curso	Continuar estudando e fazer curso superior		TOTAL
	Concordância	Discordância	
Concordância	45	2	47
Discordância	32	2	34
TOTAL	77	4	81

O valor observado de χ^2 obtido para a tabela de contingência (tabela 24) é igual a 0,110. Como χ^2 observado 0,110 é menor que χ^2 crítico, 1 grau de liberdade, $\alpha \leq 0,05 = 3,841$, conclui-se que a hipótese *nula* (Ho), de que as expectativa de futuro dos jovens que cursam o ensino técnico são igualmente voltadas para a continuidade dos estudos e para ingresso, não é rejeitada, ou, as frequências observadas não são estatisticamente diferentes das frequências esperadas.

A hipótese alternativa (Ha) formulada foi a de que “as expectativas de futuro dos jovens que cursam o ensino técnico são mais voltadas para a continuidade dos estudos do que para ingressar imediatamente no mercado de trabalho”. Tal hipótese não foi, portanto confirmada, pois a maioria concorda com ambas as afirmações.

A pretensão ao concluir o curso é tanto para ingressar no mercado de trabalho, na mesma área do curso, quanto para continuar estudando e frequentar a universidade. Em seguida vêm aqueles que discordam que a pretensão imediata seja ingressar no mercado de trabalho e concordam com a afirmação de continuar estudando para fazer curso superior (39,5%). Sendo assim, considera-se que para os alunos existe associação entre as duas afirmações.

Os alunos que cursam o ensino técnico potencialmente tendem a pensar da mesma maneira quer seja em relação a ingressar no mercado de trabalho, que seja em relação a continuar estudando e fazer um curso superior. A

relação, portanto não é direta, por um ou outro motivo, como pressupõe a lei, principalmente no que se refere a possibilidade de ingresso no trabalho.

Saber quais são as expectativas de futuro dos jovens estudantes dos cursos técnicos é um dos objetivos principal deste trabalho, pois o que se questiona é se de fato as expectativas desses alunos ao concluir o técnico são as mesmas da legislação, da instituição e do próprio curso, que visam possibilitar o ingresso no mercado de trabalho, pelos jovens formandos.

Ao afirmarem que tem as duas expectativas, os alunos não optaram por uma resposta diante de outra, como era de se pressupor, eles concordaram com ambas as afirmações. Esse resultado é seguido de perto por aqueles que afirmam que primeiramente pretendem continuar estudando e fazer um curso superior do que trabalhar.

Cabe destacar que não se questiona aqui essa expectativa dos alunos pelo curso superior, isso é um aspecto muito positivo. Porém cabe questionar essa educação tão voltada ao mercado de trabalho, que perde naquilo que poderia dar de formação de fato e acaba por priorizar as atividades de treinamento e conhecimentos específicos voltados ao trabalho.

Um aspecto que não pode deixar de ser considerado é a cidade onde o campus escolhido está inserido e a caracterização de seus alunos. Trata-se de uma instituição de ensino profissionalizante localizada em uma capital, onde existe uma grande demanda de alunos que buscam o ensino técnico e ainda gratuito. As exigências do mercado, conhecidas pelos jovens, diante do enorme contingente que busca o emprego também deve ser considerados. Se a mesma pesquisa fosse realizada em outra cidade, numa região menor, com poucas expectativas de futuro – trabalho e estudo – seu resultado poderia ser diferente. Para possibilitar o ingresso no IFSP, por jovens que de fato precisam trabalhar, torna-se necessário debater outras questões relativas a forma de acesso.

3.2.4.3 — Síntese da subescala “Expectativas de futuro”

Ao analisar os resultados da subescala “Expectativas de futuro”,dois itens chamam a atenção. A questão que afirma que a pretensão é “fazer outros

cursos profissionalizantes porque é mais fácil e barato do que fazer universidade" teve a maior média dos resultados da subescala, com 3,6. Nesse caso, a discordância com a afirmação não se deu pela afirmativa de fazer outros cursos profissionalizantes (pois esta já fazia parte da afirmativa de outras questões), e sim pela afirmação de ser mais fácil e mais barato do que cursar o ensino superior.

A outra questão cujo resultado chama a atenção é aquela que afirma que a pretensão imediata após a conclusão do curso técnico seja a de "continuar estudando e fazer um curso superior". Pelo resultado encontrado (média 1,4), a grande maioria dos alunos não teve dúvida em responder que pretende continuar estudando após a conclusão do curso profissionalizante. Cabe destacar que somente quatro alunos responderam que discordam da afirmação, sendo ainda que dois deles também discordam da afirmação de que pretendam ingressar no mercado de trabalho.

Mesmo diante da conclusão do curso técnico e diante do fato de ter uma profissão e um diploma, os jovens estudantes do IFSP não hesitam em afirmar que pretendem continuar estudando e fazer um curso superior. Esta afirmação, no caso, é a segunda de menor média da escala geral — o que, aliás, é um fato bastante positivo, pois aponta na direção da busca por mais formação. O que se destaca novamente aqui, porém, é que esse resultado contraria os objetivos que regem tal nível de ensino.

Vale lembrar que este é o resultado da pesquisa realizada com alunos de cursos técnicos do IFSP do *campus* da cidade de São Paulo. Seria importante, inclusive, compará-lo com os resultados de pesquisas que possam ser realizadas em outros *campi* do mesmo instituto ou, ainda, em *campus* de outros institutos da rede federal. Os resultados encontrados poderiam refletir as diferenças de acordo com as oportunidades de futuro para os jovens, em diferentes cidades ou Estados pesquisados.

Tal resultado pode configurar também a perda de otimismo da juventude brasileira em relação às suas expectativas de sucesso quanto ao ingresso no mercado de trabalho, como já apontado por Pochmann (2007). Uma das razões destacadas pelo autor para a perda desse otimismo é a grande taxa de

desemprego registrada entre os jovens no país — 19,4% da população jovem estava desempregada no Brasil em 2005.

Apesar disso — ou exatamente por causa disso, tendo em vista as exigências por qualificação impostas pelo mercado de trabalho e a concorrência cada vez maior que há na sociedade —, a maioria desses jovens escolhe um curso profissionalizante em busca de uma profissão, e, ainda, ao se formar no curso técnico, a maior parte desses alunos pretende frequentar uma universidade. Ora, eles têm a dimensão das dificuldades e das necessidades que o mercado de trabalho impõe a todos, além, é claro, da grande oferta de mão de obra diante de uma demanda cada vez mais reduzida em virtude da tecnologia — e, por fim, sem deixar de considerar a questão do prestígio que uma formação universitária possui na sociedade brasileira.

3.2.5 — Subescala IV: Incentivo à continuidade dos estudos

O objetivo desta subescala é verificar o grau de incentivo que é dado aos alunos (pelos pais, pelos professores e pelo próprio IFSP) à continuidade de seus estudos após a conclusão do ensino técnico. O que estimula a criação da subescala é o fato de a legislação ter como objetivo para este nível de ensino o acesso ao mercado de trabalho, e não a continuidade dos estudos.

A tabela 25 a seguir apresenta a média e o desvio padrão dos resultados das respostas dos alunos a cada uma das questões respondidas.

Tabela 25 — Resultados da subescala IV: “Incentivo à continuidade dos estudos”

QUESTÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Item 26 — Os pais incentivam a continuidade dos estudos após o ensino técnico.	1,4	0,8
Item 27 — Os professores estimulam a continuidade dos estudos após o ensino técnico.	1,9	1,0
Item 28 — O IFSP estimula a continuidade dos estudos após o ensino técnico.	2,1	1,0
Resultados Gerais	2,2	1,9

Nota: número de participantes da amostra: 81.

O **item 26**, com média 1,4, mostra um alto índice de concordância em relação à afirmativa de que os pais incentivam a continuidade dos estudos após o ensino técnico, comprovada pelo desvio padrão 0,7. Pelos resultados obtidos é possível uma análise, que compare as respostas com a caracterização do aluno, no que se refere ao tipo de escola que estudou no ensino fundamental, definindo dessa forma um perfil socioeconômico aproximado da família.

Destaca-se aqui que a média dos resultados das respostas ao item é a terceira menor da escala total e a dispersão dos resultados é baixa. Portanto, as respostas dos jovens mostram que eles recebem grande incentivo dos pais em relação à continuidade dos estudos. Os resultados da questão contrastam com os resultados do item que trata da possibilidade de escolha do curso técnico por recomendação da família, para que o jovem possa começar logo a trabalhar (item 16). Nesse item a média de respostas ficou em 3,0 pontos, o que significa dizer que representa discordância parcial (escore 3) em relação à afirmação. Assim, a partir destes resultados, podemos concluir que não foi por recomendação da família que o jovem optou por um curso técnico e muito menos com o objetivo de começar a trabalhar logo de imediato, pois seus pais o incentivam a continuar estudando.

O **item 27**, com média 1,9, mostra um predomínio do índice de concordância em relação à afirmativa de que os professores estimulam a continuidade dos estudos após o ensino técnico, conforme desvio padrão 1,0. A afirmação pretende analisar o papel dos professores, enquanto formadores em um curso que tem como objetivo curricular o mercado de trabalho e não a continuidade dos estudos após a conclusão do curso.

Se comparada à questão anterior, pode-se verificar que aumentou a média resultante das respostas dos alunos ao item, embora ela tenha se mantido na opção de concordância, tendendo à concordância parcial. Tal questão traz ao debate a terminalidade proposta no nível de ensino técnico. Muitos dos conteúdos trabalhados nos cursos são orientados para esse objetivo, mas a promoção da possibilidade de inserção no mercado de trabalho parece não ser tratada pelos professores como sendo o único caminho a ser seguido por esses jovens, como se pode ver aqui pelos resultados. Sabe-se

que nem todos os objetivos das atividades propostas pelos professores são trazidos ao ambiente de trabalho (no caso, para a sala de aula). Muitas vezes, estes objetivos podem ser subentendidos em atitudes, falas e exemplos que perpassam o próprio conteúdo tratado em sala de aula.

O **item 28**, com média 2,1, mostra um predomínio do índice de concordância em relação à afirmativa de que o IFSP estimula a continuidade dos estudos após o ensino técnico. O desvio padrão 1,0 mostra a dispersão em relação à média. Tal questão objetiva identificar se outros aspectos como o fato da instituição ofertar cursos superiores, incentiva os alunos do ensino técnico a continuar estudando após a conclusão do curso.

A média dos resultados do item aumentou em relação aos demais itens da subescala, embora tenha se mantido na opção de concordância parcial. Vale lembrar que o próprio IFSP oferece cursos em nível superior, o que já é uma forma de incentivo à continuidade dos estudos, na medida em que os jovens do ensino técnico passam a ter na mesma instituição a possibilidade de ingressar num curso superior.

3.2.5.1 – Posicionamento dos alunos na subescala

A subescala contém três itens, cujas questões foram numeradas de 26 a 28. O intervalo de valores possíveis da subescala varia, portanto, de 3 (3 x 1 = mínimo) a 12 (3 x 4 = máximo).

A tabela 26 a seguir apresenta os resultados gerais da subescala, no que se refere ao grau de concordância e discordância em relação as questões, por meio da frequência das respostas dos sujeitos (pela quantidade de jovens e por sistema de ensino).

Tabela 26 — Incentivo à continuidade dos estudos

Posicionamento dos alunos na subescala	Sistema de Ensino		Total
	Integrado	Técnico	
Concordância	59	9	68
Discordância	11	2	13
Total	70	11	81

A tabela 26 permite a verificação da hipótese de dependência entre a atitude do aluno (concordância e discordância) em relação ao incentivo à continuidade dos estudos e o sistema de ensino a que está vinculado (integrado ou técnico) – Ho. O teste indicado é a provada mediana, conforme Siegel (1975).

Conforme já explicitado em outras etapas da pesquisa, o valor 2,5 representa a mediana dos valores possíveis de resposta (1, 2, 3, 4) e o critério de classificação dos alunos nas categorias discordância e concordância foi cada valor obtido pelo aluno, abaixo ou acima da mediana (2,5), condição para aplicação da prova da mediana.

O alto porcentual de concordância para o total da amostra (n=81), dispensa o teste estatístico de verificação da hipótese conforme Siegel (1975). De todo modo, só a título de ilustração, registre-se que se fosse calculado, o valor observado de χ^2 seria muito pequeno (próximo de zero), menor que o valor critico 3,841, para g.l. e $\alpha = 0,05$. Portanto Ho não é rejeitada e a conclusão é a de que as atitudes dos alunos, quanto ao incentivo à continuidade dos estudos, não depende do sistema de ensino a que o aluno está vinculado.

Pela tabela 26, pode-se observar que a maioria dos jovens do sistema integrado de ensino (59 de 70, o que representa 84,3% dos alunos), tendeu a concordar com as afirmações da subescala, assim como os alunos do ensino técnico (9 de 11, representando 82%).

O objetivo da elaboração das questões foi o de questionar se os alunos entendem que recebem incentivo à continuidade dos estudos, após a conclusão do curso técnico. Partiu-se do pressuposto que os jovens receberem incentivo, pelos pais, mesmo com a conclusão de um curso que dá a possibilidade de emprego, podendo refletir inclusive a condição econômica familiar. O incentivo dado por professores e pela instituição, se confirmado, reflete um descompasso entre o que aponta a legislação e os próprios planos de ensino dos cursos técnicos.

O que significa o alto índice de concordância em relação as afirmações da subescala? Existe diferença no posicionamento dos alunos do integrado e do técnico diante das afirmações?

O resultado mostra que a maioria dos jovens considera que seus pais, seus professores e a própria instituição os incentivam à continuidade dos estudos após o ensino técnico desvinculado do médio. Esta foi a subescala que apresentou os segundos maiores porcentuais de concordância em relação às afirmações apresentadas.

Observe-se que o alto grau de concordância aparece também nos resultados dos alunos do ensino técnico. É preciso lembrar que estes são alunos do período noturno, cujo sistema de ensino - quando implementado por intermédio do Decreto nº 2.208 de 1997 – teve como justificativa a oferta de cursos rápidos (com certificação ao final de cada módulo), supondo a necessidade de ingresso imediato no mercado de trabalho e ainda visando atender aos trabalhadores de modo geral, que pretendessem fazer os módulos sem necessariamente fazer o curso técnico completo (todos os módulos – normalmente no número de quatro). Conforme anteriormente apresentado por ocasião da caracterização do aluno do IFSP, a amostra da pesquisa revela, inclusive, alunos nessa modalidade que ainda estão cursando o ensino médio (turma 4). A caracterização mostra, porém que o porcentual de trabalhadores, entre os alunos, aumenta nessa modalidade de ensino se comparada ao integrado.

A hipótese formulada para essa subescala foi a de que: “os pais, os professores e a instituição incentivam a continuidade dos estudos, após a

conclusão do". A hipótese, portanto se confirma, a julgar pelos resultados encontrados. Tal hipótese é distinta daquela que afirma que as atitudes dos alunos dos cursos integrados e dos cursos técnicos não estão associadas.

No problema de pesquisa anunciado na introdução, uma questão foi formulada, perguntando se as esperanças e os objetivos dos jovens são os mesmos que a família e a escola têm em relação a eles? A julgar pelos resultados desta subescala, a resposta seria sim, visto que os alunos concordam com as afirmações que referem-se ao incentivo pela família e pela própria instituição.

Pelos resultados encontrados na subescala, no entendimento dos jovens, o maior incentivo à continuidade dos estudos é dos pais, comparando-se aos professores e ao próprio IFSP. No entanto, é necessário destacar que os índices de concordância permanecem também nos itens 27 e 28, mesmo que numa média maior que a do item 26. Cabe salientar mais uma vez que os cursos técnicos são propostos visando ao mercado de trabalho e não à continuidade dos estudos, conforme se vê na legislação e no próprio plano de ensino do curso pesquisado. Nesse caso, porém, a própria instituição incentiva a continuidade dos estudos, uma vez que oferece cursos de nível superior — o que é muito positivo.

3.2.5.2 — Síntese da subescala "Incentivo à continuidade dos estudos"

Na apresentação dos resultados do item 26, que se refere ao incentivo dos pais a continuidade dos estudos após o técnico, foi feita uma comparação do alto grau de concordância na afirmação, com a discordância apresentada na questão 16 da subescala que trata dos motivos de escolha pelo curso técnico e aponta, no item a recomendação da família. A diferença nos resultados chama a atenção, pois, os alunos não concordam que a família tenha recomendado a procura pelo curso profissionalizante, para que possa começar logo trabalhar.

Na resposta ao item, referente à escolha pela educação profissional, por recomendação da família, os jovens demonstram independência e autonomia, quanto à opção pelo curso técnico, a julgar pelos resultados, sugerindo uma decisão pessoal. Na resposta ao item referente ao incentivo à continuidade dos

estudos, a maioria dos jovens aponta o apoio da família para continuar estudando, após a conclusão de um curso que lhes dá a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. A questão 16 que se refere à recomendação da família é complementada pela expressão: “para que possa começar logo a trabalhar”. Talvez a expressão tenha direcionado os alunos a concordância e discordância parcial, com tendência a essa última opção de escore.

Nas relações que o jovem estabelece com a família, estão as tomadas de decisão, incluindo aí os caminhos que ele deverá tomar antes e após o curso profissionalizante. Se a família não interferiu na decisão pelo curso técnico, no sentido de recomendar o ensino profissionalizante visando o mercado de trabalho, apoiou o jovem à decisão e quem sabe, junto com ele, tem a expectativa do ensino superior, utilizando assim a formação técnica visando à universidade.

Os resultados apresentados na subescala “Incentivo à continuidade dos estudos” parecem ainda, relacionados aos resultados da subescala “Expectativas de futuro”. Nesta última, os jovens apontam como primeira expectativa de futuro precisamente a continuidade de seus estudos, isto é, fazer um curso superior logo após o curso técnico, enquanto que na outra os jovens concordam plenamente com a afirmação de que seus pais incentivam a continuidade de seus estudos depois do curso técnico.

Os três resultados aqui analisados, - não foi recomendação da família o curso técnico, visando o mercado de trabalho; a expectativa dos jovens é de continuidade dos estudos, visando o curso superior; os pais incentivam a continuidade dos estudos - parecem estar ligados ainda à condição socioeconômica da família, que provavelmente pode manter o filho na escola mesmo depois de formado em um curso que lhe permite tentar uma vaga no mercado de trabalho, tendo em vista que 67% desses jovens são provenientes de escola particular.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente no que se refere à formação de seus trabalhadores. Nesse sentido, o jovem estudante e sua família têm a convicção de que melhores serão as suas chances para conseguir o primeiro emprego, se

tiver formação de nível superior, pois assim julga que melhor preparado estará para enfrentar o mercado de trabalho e, desse modo, terá a possibilidade de vislumbrar uma carreira com maiores salários.

No que se refere ao incentivo dos professores e da instituição, conforme analisado na apresentação dos resultados dos itens, na medida em que o IFSP oferta cursos superiores, - cursos de tecnologia, engenharias e licenciaturas, - indiretamente está incentivando seus alunos de nível médio a cursar o nível superior.

3.2.6 — Subescala V : Formação técnica

O objetivo desta subescala é analisar a opinião dos jovens a respeito da formação técnica e de sua interferência na vida futura.

A tabela abaixo apresenta a média e o desvio padrão dos resultados das respostas dos alunos a cada uma das questões na subescala.

Tabela 27 — Resultados da subescala V: "Formação técnica"

QUESTÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Item 29 — A formação técnica é cada vez mais imprescindível.	1,9	0,8
Item 30 — A formação técnica que recebo irá interferir na minha vida futura.	1,6	0,8
Item 31 — A formação técnica, assim como recebo, tende a se manter nos próximos dez anos.	2,5	0,9
Item 32 — O curso que estou fazendo atende às minhas expectativas de formação.	2,2	0,9
Resultados Gerais	2,5	1,9

Nota: número de participantes da amostra: 81.

O **item 29**, com média 1,9, mostra um alto índice de concordância em relação à afirmativa de que "a formação técnica é cada vez mais imprescindível", confirmada pelo desvio padrão 0,8.

A julgar pelos resultados obtidos, os jovens alunos reconhecem que a educação profissional é fundamental e importante nos dias atuais. Esse entendimento quanto à afirmação apresentada pode refletir uma imposição dada pela sociedade e aceita pelos jovens como sendo verdadeira, ou seja, o sistema econômico determina qual a é formação ideal e os jovens vão exatamente em busca dessa formação.

O **item 30**, com média 1,6, mostra um alto índice de concordância em relação à afirmativa de que “a formação técnica que recebo irá interferir na minha vida futura”. O desvio padrão 0,8 mostra pouca dispersão em relação à média.

Pela média apresentada, os alunos entendem majoritariamente que a formação técnica que estão recebendo tende a interferir na sua vida futura. Tal interferência pode não se dar somente pela possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, mas por outras razões, tais como: a própria formação técnica no seu currículo, mesmo que para um mercado de trabalho futuro; os conhecimentos adquiridos, facilitando o ingresso num curso superior; a iniciação em uma área de formação, ajudando a definir seu futuro enquanto estudante ou trabalhador; o contato com professores e com a indústria, promovido por eventos na instituição e visitas a feiras e a empresas ou indústrias na área do curso, entre outros. Os aspectos citados proporcionam uma visão geral e, portanto, um entendimento dos alunos sobre a área do curso que fazem, ampliando assim seus conhecimentos e suas relações dentro e fora do ambiente escolar.

O **item 31**, com média 2,5, mostra que prevalece o índice de concordância (parcial) em relação à afirmativa de que “a formação técnica, assim como recebo, tende a se manter nos próximos dez anos”. A dispersão em torno da média 2,5 foi de 0,9, conforme desvio padrão.

Pela média apresentada, os jovens parecem indicar que a formação técnica não é e não poderá ser algo estático, ou seja, os cursos precisam estar em constante atualização para acompanhar as mudanças tecnológicas. Em se tratando de cursos técnicos, sabe-se que a matriz curricular muitas vezes mantém-se por um bom tempo sem alteração, mas as novas técnicas de

trabalho precisam, pelo menos teoricamente, ser conhecidas pelos alunos, caso não haja a possibilidade de constantes atualizações de laboratórios e de equipamentos utilizados nos cursos em aulas práticas.

O **item 32**, com média 2,2, mostra que prevalece o índice de concordância parcial em relação à afirmativa de que "o curso atende às expectativas de formação". O desvio padrão 0,9 mostra pouca dispersão em relação à média.

Se comparada à questão anterior, a média dos resultados a essa afirmação diminuiu. Destaca-se também que os alunos apontam uma concordância parcial em relação à afirmativa de o curso atende às suas expectativas de formação. Certamente, os alunos apontariam aqui diversos aspectos que poderiam ser melhorados. Pode-se supor que tais aspectos devem ir desde a própria infraestrutura da instituição até a questão docente.

3.2.6.1 – Posicionamento dos alunos na subescala

Cabe lembrar que a subescala contém quatro itens, cujas questões foram numeradas de 29 a 32. O intervalo de valores possíveis da subescala varia, portanto, de 4 (4 x 1 = mínimo) a 16 (4 x 4 = máximo).

A frequência das respostas dos sujeitos na subescala (pela quantidade de alunos e por sistema de ensino) que concordaram ou discordaram das afirmações da subescala, é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 28 — Formação técnica

Posicionamento dos alunos na subescala	Sistema de Ensino		Total
	Integrado	Técnico	
Concordância	68	11	79
Discordância	2	--	2
Total	70	11	81

Nota: o traço (--) indica valor nulo.

Pela tabela 28 novamente tem-se a possibilidade de verificação da hipótese de dependência entre a atitude do aluno (concordância ou discordância) em relação ao entendimento sobre formação técnica e o sistema de ensino a que está vinculado (integrado ou técnico) – Ho. Utiliza-se aqui o teste da mediana conforme Siegel (1975).

O valor de 2,5 representa a mediana dos valores possíveis a resposta (1, 2, 3, 4) e o critério de classificação dos alunos nas categorias discordância e concordância, tendo sido inclusive, cada valor obtido pelo aluno, abaixo ou acima da mediana. Como há um valor nulo na tabela 28, não é recomendável o cálculo de χ^2, conforme Siegel (1975). De todo modo, só a título de ilustração, registre-se que se fosse calculado, o valor observado de χ^2 seria muito pequeno (próximo de zero), portanto, menor que o valor critico de 3,841, para 1 g.l. e $\alpha = 0,05$. Portanto Ho não é rejeitada e a conclusão é a de que as atitudes dos alunos (concordância e discordância), em relação à formação técnica que recebem não dependem do sistema de ensino a que estão matriculados.

Pela tabela 28 pode-se observar que a grande maioria dos alunos dos cursos integrados (68 de 70, representando 97% dos alunos) concorda com as afirmações da subescala “Formação técnica”. Já no técnico desvinculado, todos os alunos concordam com as afirmações, ou seja, 100% dos jovens.

A elaboração da subescala teve como objetivo verificar como os jovens entendem a formação que recebem. Se ela interfere no seu futuro, se é fundamental, se entendem que deve manter-se como está e se atende as suas expectativas de formação.

O que representa, portanto, o alto grau de concordância em relação às afirmações?

A subescala concentrou os maiores percentuais de concordância em relação às afirmações das questões, se comparada às demais subescalas. Destaca-se aqui o reconhecimento dos alunos para o fato de que a formação técnica interfere na sua vida futura, bem como, que a formação técnica é imprescindível. Observe-se que não há diferença de interpretação das questões, por parte dos alunos do ensino integrado para o técnico. Quanto às

expectativas de formação e a manutenção da formação técnica, nos próximos anos, assim como se apresenta hoje, embora concordem, os resultados apresentam uma concordância parcial com os temas, sugerindo constante atualização dos cursos.

Os resultados encontrados dão margem para especular que o aluno entende que, após a conclusão do técnico optará por seguir na mesma área do curso, quer seja trabalhando, quer seja estudando; que o jovem terá um diferencial de currículo, se comparado a um aluno que fez somente o médio; que a formação técnica amplia seus horizontes de conhecimentos e facilita o seu entendimento a outras tecnologias; que a formação técnica aproxima o estudante, não só pelo aprendizado, mas pelos eventos promovidos - como: feiras e visitas a indústrias -, do mundo produtivo.

A hipótese formulada na elaboração da subescala foi a do entendimento dos jovens quanto à formação técnica recebida é de que esta interfere no seu futuro, não atende as suas expectativas de formação e de que o curso precisa estar em constante atualização. A hipótese confirma-se em parte, pois os alunos concordam com a subescala, embora parcialmente quando a afirmação refere-se a que “o curso tenha atendido as suas expectativas de formação”.

Considerando que a educação profissional está pautada pela lógica do mercado, por consequência pela racionalidade tecnológica vigente da sociedade capitalista e considerando os resultados aqui encontrados, apontando uma consonância dos jovens para com a formação recebida, ao que parece, pelos resultados desta subescala, portanto, os jovens estão alinhados com essa racionalidade, ao concordarem totalmente com a afirmação de que a formação técnica ire interferir em sua vida futura e de que esta é cada vez mais imprescindível

3.2.6.2 — Síntese da subescala “Formação técnica”

Os resultados encontrados mostram que a maioria dos jovens concorda com as afirmativas apresentadas. Entretanto, a menor média da subescala (1,6) aparece na questão 30, o que mostra que grande parte dos alunos concorda com a afirmação de que a formação técnica recebida irá interferir na

sua vida futura. Cabe destacar, inclusive, que a média dos resultados à afirmação é a quinta menor da escala geral.

3.2.7 — Síntese da escala geral

Após a apresentação dos resultados dos itens por subescala, cabe aqui uma análise dos resultados da escala geral. Para proceder essa análise, será apresentada a ordenação dos resultados a partir dos itens que obtiveram as menores médias e também daqueles que obtiveram a maior média de resultados, como se vê nas tabelas 29 e 30.

A tabela 29 apresenta a ordenação das afirmações em ordem crescente, da média dos resultados encontrados nos itens que compõem a escala geral.

Tabela 29 – Ordenação dos resultados - escala geral, concordância

	Afirmações	Subescala	M
1º	A educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e a tecnologia (item 1).	Objetivos da educação profissional	1,4
2º	Continuar estudando e fazer um curso superior (item 24).	Expectativas de futuro	1,4
3º	Os pais incentivam a continuidade de estudos após o curso técnico (item 26).	Incentivo a continuidade dos estudos	1,4
4º	A escola é reconhecida (item 11).	Escolha do curso	1,5
5º	A formação técnica que recebo irá interferir na minha vida futura (item 30).	Formação técnica	1,6

A ordenação dos resultados da escala geral aqui apresentada foi elaborada com base nas médias dos itens em que os alunos apresentaram maior concordância, ou seja, as menores médias — que indicam, vale lembrar, a tendência à concordância — quando comparadas às demais da mesma subescala. Assim, questionou-se: quais as questões da escala geral que levaram a grande maioria dos alunos a concordar totalmente com a afirmação

apresentada e quais as razões que os levaram a concordar totalmente com essas afirmações?

A primeira questão da escala geral foi a que apresentou a menor média de todo o instrumento de pesquisa, foi a questão em que os alunos manifestaram o maior índice de concordância. A questão faz parte da subescala “Objetivos da educação profissional”, trazendo afirmações elaboradas a partir da legislação e de documentos oficiais pertinentes à educação profissional. A subescala pede que o aluno se manifeste em relação àqueles que ele acredita serem os objetivos da educação profissional.

Uma das hipóteses para que a maioria dos alunos tenha concordado mais com esta afirmação do que com as demais afirmativas da escala geral é que tal resultado poderia se dar pelo fato de que esta afirmação é a primeira entre todas as questões apresentadas. E isso, portanto, levaria os jovens a começar respondendo que concordavam com a primeira questão e, desse modo (a partir dela e por conta dela), passariam a refletir mais sobre as demais questões apresentadas. Ou seja, a primeira questão teria servido para dar o tom da pesquisa.

A outra hipótese — mais plausível ou mais justificável do ponto de vista da análise dos resultados — é que a formação profissional que os alunos recebem no IFSP está alinhada à legislação que a orienta, ou seja, o fato de os cursos técnicos estarem seguindo exatamente as orientações prescritas na lei, nos decretos e nos próprios planos de ensino de cada curso. Pode-se pensar que este caminho seria o mais óbvio na elaboração de um curso e de uma matriz curricular, mas, sabe-se que o resultado destes vínculos estabelecidos entre a lei e o curso pode, muitas vezes, não se refletir à interpretação que o aluno faz do curso que frequenta.

A partir desta segunda hipótese, é possível concluir que a educação profissional do IFSP está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e a tecnologia, segundo a opinião dos seus estudantes dos cursos técnicos. Isso significa que os cursos técnicos ofertados na instituição estão voltados para atender ao mercado de trabalho, na medida em que estão integrados “ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia”, conforme expressa a lei. Este é,

de fato, o objetivo final da educação profissionalizante, uma vez que se constata na lei (LDB nº 9.394 de 1996) a determinação dessa expressão — e que, aliás, foi daí extraída para a elaboração da questão de número 1 do instrumento de pesquisa.

As escolas de ensino profissional são um grande exemplo de instituições escolares voltadas para atender às exigências do sistema econômico, representando uma adequação do modelo escolar às exigências do capitalismo. Os cursos técnicos estão organizados segundo as necessidades do setor produtivo, numa "concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos ao sistema — única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim de aproveitá-la" (Marx, Engels, 2004, p. 15).

A segunda questão com a média mais baixa da escala geral e que faz parte da subescala "Expectativas de futuro" é a seguinte afirmação: "continuar estudando e fazer um curso superior". A subescala apresentou oito afirmações e solicitava que o aluno se manifestasse em relação àquilo que pretendia fazer imediatamente após concluir o curso técnico.

As respostas a essa afirmação chamam muito a atenção em toda a subescala, pois trata-se da opção de resposta contrária a tudo aquilo que é proposto e pretendido pelos legisladores para esse nível de ensino, que é formar para o mercado de trabalho.

Nessa etapa, os jovens poderiam simplesmente adaptar-se às necessidade sociais já estabelecidas e ligadas à manutenção do sistema econômico, a partir do momento em que já estão inseridos num curso técnico, que tem como finalidade a inserção no mercado de trabalho. No entanto, ao levar em conta os resultados, verifica-se que a grande parte dos alunos pretende buscar mais autonomia e formação no curso superior. É necessário também considerar as pressões externas sofridas por estes jovens, como, por exemplo, a questão do prestígio que a formação universitária possui e a própria percepção de que o mundo do trabalho exige cada vez mais formação. Dessa forma, pode-se supor aqui que os jovens têm a pretensão de chegar ao mercado de trabalho com uma formação técnica acrescida de uma formação

superior, tendo assim maiores possibilidades de inserção no sistema. Eles ainda podem pretender ingressar no mercado de trabalho e fazer um curso superior ao mesmo tempo, pois outra afirmação com a qual a maioria dos jovens também concordou foi a que traz a intenção de ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso técnico.

A terceira afirmação que os jovens mais concordaram foi a de que os pais incentivam a continuidade de estudos após o curso técnico. A afirmação faz parte da subescala “Incentivo à continuidade dos estudos”.

Uma importante questão a ser comparada com o resultado deste item é a situação sócioeconômica da família. Conforme a natureza administrativa da escola anterior — isto é, se o aluno advém de escola pública ou de escola particular no ensino fundamental antes do curso técnico —, podemos supor que a família tem mais recursos financeiros para manter o filho estudando e, dessa maneira, pode incentivar a continuidade de seus estudos, inclusive depois da formação técnica. De acordo com a tabela 9 (página 75) verifica-se que 67% são oriundos de escola particular. Se examinarmos em separado os dois sistemas de ensino, podemos ainda observar que esse percentual de alunos provenientes de escola particular é maior se analisado somente o ensino integrado, pois conforme a mesma tabela 9, 73,5% dos alunos do ensino integrado frequentaram escola particular antes do curso técnico. Nesse sentido, podemos concluir que a família já possuía recursos financeiros para manter os filhos em escola particular e que provavelmente não necessitaria que o filho começasse a trabalhar tão logo concluísse o curso técnico, incentivando assim a sua entrada em um curso superior.

No que se refere aos alunos do sistema de ensino técnico desvinculado médio, fez-se um comparativo entre os resultados da questão 26 e a natureza administrativa da escola anterior. Conforme, mais uma vez a tabela 9, pode-se concluir que mesmo que o percentual de alunos provenientes de escola particular seja muito menor (16,7%) do que no outro sistema de ensino, mantém-se um grande percentual de concordância quanto à afirmação de que os pais incentivam a continuidade dos estudos após o curso técnico. Esse resultado nos leve talvez a pensar que tal incentivo pode não ter sido considerado pelos alunos somente como um incentivo de cunho financeiro, a

julgar pela faixa etária desse grupo de alunos e também pelo fato de que muitos já se encontram no mercado de trabalho — 38,5% da turma 4 e 80% da turma 5, de acordo com a tabela 10.

A questão sobre o fato de a escola ser reconhecida foi a afirmação com a menor média na subescala que tratou dos motivos de escolha do curso e que pontuou, tal como a questão 4 da escala geral, que os alunos mais concordaram com a afirmação. Os comentários que podem ser feitos aqui vão no sentido de tentar justificar esse reconhecimento da instituição, segundo a opinião dos alunos. Trata-se de uma escola com mais de 100 anos de existência, desde a sua fundação, em 1909, como Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo,[20] até a sua mudança de nome, já na década de 1960, para Escola Técnica Federal de São Paulo, e, em seguida, todas as demais alterações de nome e de abrangência que a instituição sofreu ao longo do tempo no que se refere ao ensino profissionalizante e que já foram aqui relatadas na introdução da pesquisa. Outro aspecto a ser considerado na análise deste item foi a excelente colocação do IFSP no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no ano de 2008, onde a instituição figurou entre as escolas melhores classificadas da cidade, ficando em oitavo lugar na classificação geral das escolas de São Paulo que melhor pontuaram e, em primeiro lugar entre as escolas públicas.

Em quinto lugar entre as afirmações com menor média da escala geral ficou a questão da subescala “Opinião quanto à formação técnica”, que afirma o seguinte: “a formação técnica que recebo irá interferir na minha vida futura”. Mesmo em quinto lugar na classificação das menores médias da escala geral, a afirmação de que a formação técnica que o aluno recebe irá interferir na sua vida futura apresentou um percentual de concordância bastante alto. Conforme já analisamos nas respostas ao item 30, mesmo que alguns dos alunos não sigam a profissão de técnico — e, de fato, muitos deles responderam que têm outras pretensões —, a maioria parece crer na interferência que a formação técnica tem (ou terá) em sua vida.

A ordenação estabelecida a partir das respostas dos alunos às afirmações do instrumento de pesquisa, um outro aspecto que chama a

[20] De acordo com o histórico da instituição na internet, em http://www.ifsp.edu.br/.

atenção é o fato de que os primeiros cinco itens com os quais os alunos mais concordaram fazem parte, cada um deles, de uma das cinco subescalas. A seguir serão analisados os cinco itens da escala geral em que os alunos mais discordaram, conforme a tabela 30.

Tabela 30 — Ordenação dos resultados - escala geral, discordância

	Afirmações	Subescala	M
1º	Fazer outros cursos profissionalizantes porque é mais fácil e barato do que fazer universidade (item 23).	Expectativas de futuro	3,6
2º	Por se tratar de um curso fácil (item 13).	Escolha do curso	3,6
3º	Foi o único curso profissionalizante a que tive acesso (item 15).	Escolha do curso	3,5
4º	Porque um parente ou amigo estudou aqui (item 17).	Escolha do curso	3,4
5º	Ingressar no mercado de trabalho, porém numa área diferente do que a do curso que faço (item 19).	Expectativas de futuro	3,1

A tabela 30 apresenta, em ordem decrescente, os resultados dos itens em que os alunos menos concordaram nas afirmações do instrumento de pesquisa, ou seja, aquelas afirmações com as quais os jovens mais discordaram.

Vale destacar que os cinco itens fazem parte de somente duas das cinco subescalas da pesquisa. A concentração de respostas na opção de discordância foi dada na subescala “Motivos de escolha do curso profissionalizante” e na subescala “Expectativas de futuro”, o que ajuda a delimitar quais as razões que levaram os jovens a optar por um curso técnico e o que pretendem para o seu futuro. Cabe ainda lembrar que foi somente em relação a estas cinco afirmações que os alunos discordaram em todo o instrumento de pesquisa, fato que chama a atenção e reforça a discordância dos mesmos em relação às afirmações.

A primeira questão da escala geral em que as respostas se concentraram mais na opção de discordância foi a afirmação de que, como expectativa de futuro, o jovem pretende fazer outros cursos profissionalizantes, porque seria mais fácil e mais barato do que frequentar uma universidade. A segunda afirmação foi a de que teria escolhido o curso por se tratar de um curso fácil. A terceira afirmação em que a maioria dos alunos não concordou foi a de que escolheu seu curso por ter sido o único a que teve acesso enquanto opção de curso técnico. A quarta questão foi a afirmação de que teria escolhido o curso porque um amigo ou um parente havia estudado na instituição. A quinta e última afirmação em que a maioria dos alunos discordou foi a de que têm como expectativa de futuro ingressar no mercado de trabalho, mas numa área diferente em relação à área do curso que faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como professora da rede federal de educação profissional, primeiramente no CEFET do Rio Grande do Sul e atualmente no Instituto Federal de São Paulo, desde 1995 até hoje, pude conviver com as mudanças no ensino técnico profissional, promovidas pelas reformas educacionais dos últimos governos. As reformas de 1997 e 2004 refletiram o entendimento dos governantes à época no que se refere à formação técnica — em 1997 uma formação específica e direcionada para o mercado de trabalho e em 2004 uma formação mais ampla integrada ao ensino médio, embora direcionada ao mesmo mercado, — assim como seus interesses e comprometimentos com o setor produtivo.

A maioria dos professores da área técnica dos cursos não concordou com o modelo de ensino implantado a partir da reforma de 1997, julgando ser um modelo de formação excessivamente específica, que visa ao atendimento do mercado de trabalho em profissões tidas como inferiores ao técnico. Os professores apontavam ainda que o modelo implementado não refletia a busca pela formação técnica almejada pelos alunos, o que foi confirmado em pesquisa documental realizada junto ao antigo CEFET-RS, conforme mencionado na introdução. Na ocasião, a maior parte dos professores defendia e tentava manter o ensino técnico integrado que até então era ofertado na instituição, quando, por imposição do tal decreto-lei, foi substituído. Os professores das áreas técnicas acreditavam que o modelo de ensino técnico integrado era um modelo de ensino mais completo, de formação mais ampla e com um maior período de duração, o que possibilitava a realização de mais atividades na área de formação técnica do aluno.

A pesquisa que aqui se apresenta propôs-se a analisar a relação entre educação profissional e juventude no âmbito das reformas da educação profissional de nível médio, buscando saber, dos alunos de uma instituição da mesma rede federal, o IFSP, com base em uma caracterização demográfica e social simples dos alunos de alguns dos cursos técnicos da instituição, quais as principais razões que os levaram a optar por um curso técnico, quais as

expectativas de futuro desses jovens diante da formação profissional, se essas expectativas correspondem aos fins desse ensino presentes na legislação, se eles recebem incentivo à continuidade dos estudos e qual o entendimento quanto à formação técnica recebida. Concluída a pesquisa, foi possível constatar que os objetivos da pesquisa inicialmente propostos foram atingidos.

No que se refere aos objetivos da educação profissional, extraídos da legislação, a hipótese de que "o aluno não identifica no ensino profissionalizante que recebe na instituição, os objetivos e fins propostos para tal nível de ensino" não se confirmou, pois os resultados apontaram que os alunos identificam tais objetivos presentes no ensino técnico, reconhecendo, portanto a vinculação da educação com o trabalho, contrário portanto ao que afirmava a hipótese. Os jovens questionaram, em parte, o acesso e a permanência na escola, bem como a promoção de um desenvolvimento integral e uma formação ética, social e política — temas também presentes na legislação. Isso mostra que, a partir das respostas ao instrumento de pesquisa, os alunos parecem ter sua própria interpretação em relação ao curso que frequentam, bem como a sua interface com o setor produtivo e as questões sociais que envolvem o curso e a instituição.

Em contrapartida, pelos resultados encontrados na subescala objetivos da educação profissional é possível afirmar que ao identificar a integração da educação profissional com o mundo do trabalho, à ciência e a tecnologia, os alunos confirmam a adaptação da escola aos padrões vigentes estabelecidos, à racionalidade da sociedade industrial, ao objetivo fim (adotado pela legislação) da escola técnica: o mercado de trabalho.

Os alunos dos dois sistemas de ensino técnico da instituição posicionam-se igualmente diante da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Inclusive os alunos do ensino técnico – desvinculado do médio — contrariando, portanto os legisladores, pois ao concordarem com a oferta de ensino integrado, discordam do modelo que estão cursando, cuja justificativa da reforma do ensino à época, foi para atender aos trabalhadores e os jovens que buscavam inserção imediata no mercado de trabalho.

Os alunos dos diferentes cursos posicionam-se de modo semelhante no que se refere à ênfase dada as atividades práticas do curso. Não houve diferença significativa nas respostas dos alunos quanto a afirmação que “o curso enfatiza mais a parte prática do que a parte teórica”. Este é outro fator que contraria os legisladores, visto que os cursos técnicos desvinculados deveriam apresentar a característica de serem mais práticos à medida que possuem (ou deveriam possuir) uma terminalidade definida em cada módulo, direcionando para uma função específica no mercado de trabalho.

Nas duas questões acima citadas – oferta de ensino integrado e ênfase da prática diante da teoria nos cursos, – objetivou-se analisar se existiam diferenças no posicionamento dos alunos dos diferentes cursos. A hipótese de que “as atitudes dos alunos dos cursos integrados e dos cursos técnicos não estão associadas”, não se confirmou, portanto nas duas situações.

Embora contrariem os legisladores, quanto as diferentes políticas de ensino profissional adotadas, os alunos são influenciados pela padronização da sociedade tecnológica vigente, nesse caso no que se refere ao posicionamento diante do tipo de curso ofertado e da ênfase de cada curso. A associação nas atitudes dos alunos corrobora a tese da teoria crítica sobre a tendência social de padronização dos sujeitos, ou seja, nesse caso, jovens que frequentam cursos distintos tendem a responder no mesmo sentido.

Em relação aos motivos de escolha pelo curso profissionalizante, os alunos apontam na direção do mercado de trabalho, sendo um dos motivos de escolha pelo curso técnico. Diante da possibilidade de frequentar somente o ensino médio, esses jovens optaram por um curso profissionalizante, evidenciando assim uma adaptação às necessidades sociais estabelecidas e ligadas à manutenção do sistema econômico (e, obviamente, pela necessidade de trabalhar e de ter uma profissão, mesmo que não seja logo após a conclusão do curso).

Embora a hipótese de que “a trajetória do jovem estudante do ensino técnico do IFSP não é a de uma relação direta entre a escolha pelo curso e a busca pela profissão na área de formação”, não tenha se confirmado, o que ficou evidente é que, mesmo buscando uma profissão a partir da escolha pelo

curso, os jovens parecem não ter a intenção de exercê-la imediatamente, concluído o curso técnico. A expressão “não ter relação direta”, certamente contém vários significados. Um deles, provavelmente, sugere que a perspectiva adotada pelo jovem estudante é a de que ter uma profissão propicia uma segurança para o futuro ou uma condição mais favorável para continuar a estudar, no ensino superior. Em suma, a formação técnica parece orientar o futuro profissional do jovem estudante do IFSP — à medida que ele afirma escolher o curso em busca de uma profissão — embora ele não tenha como objetivo ingressar imediatamente no mercado de trabalho, tão logo tenha concluído o curso, pois, também foi motivo de escolha obter um bom preparo para a universidade.

A hipótese formulada de que “o aluno busca no IFSP formação profissional e treinamento para o mercado de trabalho”, confirmou-se na pesquisa realizada. A educação que tem por incumbência a formação do caráter do indivíduo, porém, fica relegada a segundo plano, na sociedade administrada que determina à escola a adoção da instrução e do treinamento estabelecidos pelo setor produtivo. Dessa forma, confundem-se as esferas da formação e do treinamento para o estudante, dada a racionalidade técnica da sociedade.

Quanto às expectativas de futuro, os resultados demonstraram que os alunos pretendem fazer um curso superior mesmo diante do curso técnico concluído e de já possuírem uma profissão. Esse foi um resultando bastante relevante na pesquisa, pois reflete um cenário de descompasso entre aquilo que propõe a lei e aquilo que de fato ambicionam os jovens que buscam ensino profissionalizante e público no IFSP.

Essa ponderação justifica a congruência da hipótese de que “o aluno procura o ensino técnico porque pretende ingressar no mercado de trabalho e preparar-se para a universidade, concluindo que “as expectativas de futuro dos jovens que cursam o ensino técnico estão mais voltadas para a continuidade dos estudos do que para ingressar imediatamente no mercado de trabalho”.

Mesmo que almejem formação, os alunos mostram uma adaptação às necessidades sociais estabelecidas, ligadas a manutenção do sistema

econômico, na busca pela profissão e pelo trabalho. Assim, aparece a escola como um sistema escolar institucionalizado e consolidado para qualificar o trabalhador de maneira a atender as exigências do sistema produtivo, dada a relação educação e trabalho no modo de produção capitalista.

Voltando a subescala “Objetivos da educação profissional”, é necessário que se diga que a hipótese desta subescala faz referência a subescala “Expectativas de futuro”, na medida em que afirma que “é fraca a correspondência entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos”. Nesse sentido, cabe ainda afirmar que, pelos resultados encontrados, realmente não existe tal relação, pois as expectativas de futuro dos jovens apontam na direção da formação em nível superior e não somente para o ingresso no mercado de trabalho, como sugere e direciona a legislação desse nível de ensino.

É preciso enfatizar que o modelo de ensino não influencia a expectativa que o jovem tem de seu futuro. Existe, porém uma tendência social de padronização dos sujeitos, conforme a teoria crítica. Embora as respostas dos alunos confrontem as “intenções” daqueles que organizam o ensino técnico, ao evidenciarem uma tendência maior pelo ensino superior, do que pelo ingresso no mercado de trabalho, eles não deixam de se orientar pela racionalidade tecnológica.

No que diz respeito ao incentivo à continuidade dos estudos, foi confirmado com os resultados obtidos, que os jovens “recebem incentivo dos pais, dos professores e também da própria instituição para a continuidade de seus estudos”. Conforme mencionado, o prestígio da formação universitária e a possibilidade de uma colocação melhor no mercado de trabalho, se comparada à formação somente de nível médio, são fatores que interferem nesse incentivo. Há de se considerar também a condição socioeconômica da família. Pelas características do aluno a partir da pesquisa realizada, foi possível constatar que 67% dos jovens que cursam o ensino técnico são provenientes de escola particular, o que significa dizer que a condição financeira da família pressupõe a continuidade dos estudos, ao invés de necessidade de ingresso imediato no mercado de trabalho.

O percurso do jovem entre a escola e o trabalho, é permeado pelas relações que estabelece com a família. Embora, no que se refere aos motivos de escolha pelo curso ele não aponte a influência da família, porém no que se refere ao incentivo a continuidade dos estudos essa influência aparece.

O último tema tratado na escala geral do instrumento de pesquisa com a amostra de alunos do IFSP refletiu o que pensam os jovens sobre a formação técnica. Os resultados mostraram que os jovens reconhecem a importância da formação técnica e a interferência que ela tem (ou terá) na sua vida futura. A hipótese de que "o entendimento dos jovens quanto à formação técnica recebida é de que esta interfere no seu futuro, não atende as suas expectativas de formação e de que o curso precisa estar em constante atualização", confirmou-se em parte, pois os alunos concordam, embora parcialmente no que se refere a que o curso tenha atendido as suas expectativas de formação.

Ao reconhecem a interferência da formação técnica na sua vida futura, o jovem sugere uma consonância com a formação recebida, numa educação pautada pela lógica do mercado, conforme a teoria crítica aponta.

A partir dos resultados encontrados, confirma-se a hipótese geral desta pesquisa, qual seja: a de que "existem divergências entre as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro e às expectativas daquilo que esses jovens pensam que a sociedade industrial espera deles, isto é, buscar a inserção no mercado do trabalho tão logo concluída a formação técnica". Constatou-se, portanto, que "é fraca a correspondência entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos".

O longo trajeto de investigação junto aos jovens, culminando na aplicação de três diferentes instrumentos de pesquisa e com diferentes grupos de alunos do ensino profissionalizante, permitiu concluir reafirmando a premissa, que a formação técnica é um processo de formação voltado para a adaptação, o que reduz a possibilidade do florescimento da individualidade e da própria formação que aponte para a apropriação da cultura, para a autonomia e para a autoconsciência do indivíduo. E que, de fato, existem divergências entre as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro e às

expectativas daquilo que estes jovens pensam que a sociedade industrial espera deles, como mencionado acima.

O ensino técnico integrado embora ofereça mais tempo de formação para o jovem estudante, mais conteúdos e mais atividades práticas, do que o ensino técnico desvinculado, não deixa também de ser simplesmente orientado para o mercado de trabalho e não vislumbrando assim a possibilidade de emancipação do jovem diante da sociedade industrial.

As mudanças vividas pela juventude parecem não ser acompanhadas pelas reformas frequentes da educação profissional de nível médio. Enquanto estas vinculam e desvinculam o ensino médio do técnico, os alunos apontam para a busca por formação profissional e também para o ensino superior. As exigências do mercado de trabalho e as expectativas por formação universitária precisam ser levadas em conta, para que a juventude, ao optar pela trajetória do ensino profissional tenha a possibilidade de obter, na escola, uma educação crítica, não só treinamento e instrução. A formação técnica e geral do jovem, tal como se apresenta atualmente, não supõe uma educação para a emancipação e evidencia uma das contradições básicas da sociedade brasileira. Isso significa que é importante continuar a crítica da educação profissional de nível médio, pois, a técnica, a ciência e a tecnologia são elementos fundamentais de uma sociedade racional.

FONTES CITADAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2004. *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília-DF: MEC.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2004. *Legislação Básica — Técnico de Nível Médio*. Texto disponível na Internet: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_dec5154.pdf, em abril de 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2006. *Rede Federal — Histórico*. Texto disponível na Internet: http://portal.mec.gov.br /setec/, em abril de 2006.

_____. Ministério da Educação. 2006. *Ensino técnico permite reduzir desemprego de jovens*. Portal MEC, 23 de outubro de 2006. Texto disponível na Internet: http://portal.mec.gov.br/setec/, em 10 de novembro de 2006.

_____. 2007. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — 1996*. LDB nº 9.394 de 1996. Brasília-DF: Subsecretaria de Edições Técnicas.

_____. Senado Federal. 1997. *Legislação — Decreto nº 2207 de 1997*. Texto disponível na Internet: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=146021, em outubro de 2008.

CEFET-SP (Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo). *Ensino*. Disponível na Internet: http://www.cefetsp.br/cursos/, em 07 de abril de 2008.

_____. Mecânica. 2007. Projeto do Curso Técnico Integrado da Área de Mecânica.

FOLHA DE S. PAULO. Datafolha. 2008. *Leituras de um retrato da realidade*. Disponível na Internet: http://br.noticias.yahoo.com/s/080805/31, em 05 de agosto de 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. 1995. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANASTASI, Anne. 1967. *Testes psicológicos: teoria e aplicação*. Tradução: Dante Moreira Leite. 2ª edição. São Paulo: Editora Herder.

BATISTA, Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva. 2008. *A formação do indivíduo no capitalismo tardio: um estudo sobre a juventude contemporânea*. Tese de doutorado. Programa de Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CUNHA, Luiz Antônio. 2002. As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do ensino técnico: crítica da crítica. In: ZIBAS, Dagmar et al (orgs.). *O ensino médio e a reforma da educação básica*. Brasília-DF: Editora Plano, pp. 103-134.

_____. 2005a. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo—Brasília-DF: UNESP/FLACSO.

_____. 2005b. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2ª edição. São Paulo: UNESP; Brasília-DF: FLACSO.

_____. 2005c. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo —Brasília-DF: UNESP/FLACSO.

ERIKSON, E. 1976. *Identidade, juventude e crise*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

FERREIRA, Moisés Carlos. 2007. *Estágios para alunos do ensino médio: análise da relação entre uma escola pública e uma ONG na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FORACCHI, Marialice. 1965. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional.

GOUVEIA, Aparecida Joly, HAVIGHURST, Robert J. 1969. *Ensino médio e desenvolvimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GIOVINAZZO JR., Carlos A. 2003. *A educação escolar segundo os adolescentes: um estudo sobre a relação entre a escola e seus alunos*. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W. 1985. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LEO MAAR, Wolfgang. 1995. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 11-28.

LOPONTE, Luciana Neves. 2006. *Educação profissional: um estudo do impacto da lei e implantação da reforma do ensino técnico e suas decorrências no CEFET-RS (1997 — 2004)*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LUNATCHARSKI, Anatoli. 1988. *Sobre a instrução e a educação*. Tradução: Filipe Guerra. URSS: Edições Progresso.

MARCUSE, Herbert. 1967. *Ideologia da sociedade industrial*. Tradução: Giasone Rebua. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1968. *Materialismo histórico e existência*. Tradução: Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda.

_____. 1999. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: *Tecnologia, guerra e fascismo*. Tradução: Maria Cristina Vida. São Paulo: UNESP, pp. 71-104.

MARX, Karl. 1985. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Regis Barbosa e Flávia R. Kothe. Vol. 1. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. 1984. *A ideologia alemã. Teses sobre Feuerbach*. Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Moraes Ltda.

_____. 2004. *Textos sobre educação e ensino. Karl Marx e Friedrich Engels.* Tradução: Rubens Eduardo Frias. 4ª edição. São Paulo: Centauro.

MENESES, Branca M. 2007. *Juventude, trabalho e formação: um estudo com jovens das camadas populares*. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PEREIRA, João Batista B. 1969. *A escola secundária numa sociedade em mudança*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

POCHMANN, Márcio. 2004. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 217-241.

_____. 2007. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2ª edição. São Paulo: Publisher Brasil.

SASS, Odair. 2007. *Projeto CNPq: psicologia e estrutura do ensino secundário brasileiro*. Projeto de pesquisa PUC-SP/CNPq (disponível em: www.pucsp.br/pos/ehps/pesquisa).

SIEGEL, Sidney. 1975. *Estatística não-paramétrica — para as ciências do comportamento*. Tradução: Alfredo Alves de Faria. São Paulo: Editora McGraw-Hill Ltda.

SPOSITO, Marilia Pontes. 2005. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 87-128.

VIANNA, Heraldo Marelim. 1976. *Testes em educação*. 2ª edição. São Paulo: IBRASA.

ZIBAS, Dagmar M. L. 2001. Reforma do ensino médio: lições que vêm da Espanha? In: DOURADO, Luiz Fernandes, PARO, Vitor Henrique (orgs.). *Políticas públicas , educação básica*. São Paulo: Xamã, pp. 91-104.

ANEXO 1
INSTRUMENTO DE PESQUISA — QUESTIONÁRIO PRELIMINIAR

Idade: [ ][ ] Sexo: F ( ) M ( ) Ano que cursa: 1º ( ) 2º ( ) 3º ( )

Da lista abaixo, assinale em ordem crescente os motivos que o levaram a procurar este curso.

(Atribua o valor 1 para o motivo que você considera o mais importante; o valor 2, para o motivo que você considera o segundo mais importante, e assim sucessivamente, até o motivo de número 10, que você considera o menos importante.)

( ) ingressar imediatamente no mercado de trabalho;
( ) complementar a minha formação;
( ) ter uma ocupação em período diferente daquele em que frequento a escola regular;
( ) recomendação da família;
( ) recomendação do(a) professor(a);
( ) conhecer outras pessoas;
( ) conhecer um ambiente próximo ao do mercado de trabalho;
( ) ter uma profissão;
( ) conviver e relacionar-me com outras pessoas;
( ) outro:

_____

Da lista abaixo, assinale em ordem crescente o que você pretende ao concluir este curso.

(Atribua o valor 1 para a pretensão que você considera a mais importante; o valor 2, para a pretensão que você considera a segunda mais importante, e assim sucessivamente, até a pretensão de número 5, que você considera a menos importante.)

( ) ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso;
( ) ingressar no mercado de trabalho numa área diferente da área do curso;
( ) continuar estudando na escola regular;
( ) fazer outros cursos profissionalizantes;
( ) outro:

_____

O que você pretende para o seu futuro profissional?

_____

_____

ANEXO 2
RELATÓRIO — PESQUISA PRELIMINAR[1]

O instrumento de pesquisa foi aplicado aos jovens de três diferentes cursos de iniciação profissional do Programa Escola de Fábrica do Governo Federal.[2] Os cursos do programa Escola de Fábrica podem ser oferecidos em uma das 20 áreas profissionais reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e são desenvolvidos dentro do próprio ambiente de trabalho, ou seja, em empresas de serviço, comércio, agricultura e indústria. Assim, a entidade *formadora* deve estar vinculada a uma entidade *gestora* que esteja credenciada no Ministério da Educação por meio de envio de proposta de cursos compatíveis com as necessidades dos setores produtivos da região onde que será oferecido o curso.

Essa sondagem inicial contou com 46 jovens participantes de um programa governamental voltado à iniciação profissional, o Programa Escola de Fábrica. Os dados coletados dizem respeito ao que pensam e o que pretendem esses jovens para o seu futuro profissional. A aplicação de um questionário teve também a intenção de testar o próprio instrumento de pesquisa desta investigação. Este questionário, aliás, contém 14 perguntas sobre: os motivos que os levaram a procurar o curso; o que eles pretendem ao concluir o curso; e o que vislumbram para o seu futuro profissional. Nessa etapa preliminar da pesquisa, surgiram respostas que apontam para as diversas nuances e os diferentes vínculos que o jovem estabelece entre a escola, o mercado de trabalho e o seu futuro.

---

[1] Os resultados desta pesquisa de campo foram apresentados em sessão de comunicação oral no III Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira — "Juventudes no mundo contemporâneo: desafios e perspectivas", realizado em Goiânia-GO, em junho de 2008, sob o título: *As expectativas dos jovens diante de um programa de iniciação profissional*.

[2] Vale indicar que esta pesquisa não pretende estudar este projeto governamental. No caso, foi realizado o levantamento de campo a fim de melhor fundamentar a proposição da presente pesquisa. O Programa Escola de Fábrica foi executado pelo MEC/SETEC, e entre seus objetivos estava a inclusão de jovens de baixa renda no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas, tendo assim como finalidade a geração de renda e a inclusão social. (dados disponíveis na Internet: http://portal.mec.gov.br/setec/index.php, em abril de 2007).

Cabe destacar que as tabelas que constam no anexo serviram de base para a elaboração desta etapa da pesquisa, por isso mesmo a numeração é diferente da anteriormente utilizada. As tabelas incluídas no anexo serão identificadas por letra e números, exemplo: A 2.1, onde a letra A significa a diferenciação da tabela em relação as anteriores, os números 2 significa anexo 2 e o número 1 significa tabela 1.

Cursos

Os cursos devem ter duração de seis a 12 meses, com uma carga horária mínima de 600 horas/aula, que serão divididas da seguinte forma: 120 horas/aula de ensino básico; 120 horas/aula em que serão abordados temas transversais para a formação do cidadão (como, por exemplo, noções de ética, cidadania, mundo do trabalho, elementos de legislação trabalhista, relações interpessoais, imagem pessoal, saúde, diversidade étnica, diversidade de gênero, portadores de necessidades especiais, meio ambiente e orientação social); e 360 horas/aula em que serão tratados conteúdos da área profissional do curso (teoria e prática).

Dos três cursos visitados, dois deles estão localizados no Estado de São Paulo e um no Estado do Paraná.

O curso 1, denominado Curso de Iniciação Profissional em Auxiliar em Serviços de Marcenaria, ocorre no ambiente de uma das quatro empresas madeireiras da região, mantenedoras do projeto, na cidade de Jaguariaíva, no Estado do Paraná.

O curso 2, denominado Curso de Iniciação Profissional em Auxiliar em Serviços Administrativos, acontece no ambiente de uma indústria de suco de laranja no município de Matão, no Estado de São Paulo.

O curso 3, denominado Curso de Iniciação Profissional em Auxiliar de Mecânica Automotiva de Máquinas Agrícolas, ocorre nas dependências de uma fazenda de uma indústria de suco de laranja, na cidade de Nova Europa, no Estado de São Paulo.

População/Amostra

A amostra foi extraída da quantidade de alunos de cada curso que responderam corretamente ao instrumento de pesquisa, conforme a tabela A 2.1 a seguir:

Tabela A 2.1
População / Amostra

Cursos	População	Amostra
1	14	9
2	20	17
3	12	12
Total	46	38

Nota: Número de alunos que responderam ao questionário, 46 alunos.

A caracterização da amostra referente à população pesquisada tem as seguintes características:

curso 1: a turma possui 14 alunos, dos quais nove responderam corretamente ao questionário;

curso 2: a turma possui 20 alunos, dos quais 17 responderam corretamente ao instrumento de pesquisa;

curso 3: a turma possui 12 alunos e todos responderam corretamente ao questionário.

No curso 1, ao ser aplicado o instrumento de pesquisa, foram apresentados aos alunos os objetivos da pesquisa e, rapidamente, foi explicado como eles deveriam preencher o questionário. Os alunos responderam a pesquisa num intervalo de tempo de oito a 14 minutos.

Analisando os questionários respondidos, observou-se que cinco alunos não souberam responder ao instrumento de pesquisa, e isso pode ter ocorrido por falta de entendimento de tal formulário. Um dos alunos atribuiu valor 1 a todas as possibilidades de respostas; dois alunos atribuíram somente valores 1

e 2 a todas as possibilidades de resposta; e outros dois atribuíram somente valores 1, 2 e 10 a todas as possibilidades de respostas.

Ao aplicar o instrumento de pesquisa no curso 2, o modo de preenchimento do formulário foi melhor esclarecido. Os alunos perguntaram sobre como preenchê-lo em relação à idade, já que alguns deles estavam por fazer aniversário nos próximos dias. Questionaram também o fato de não haver uma opção de preenchimento para os alunos que já haviam concluído o ensino médio. O tempo para responderem ao questionário variou entre dois e oito minutos, mesmo sendo esta turma aquela que tem a maior quantidade de alunos.

Dos 20 alunos que responderam ao instrumento de pesquisa, somente três não responderam corretamente. Um dos alunos respondeu ao questionário atribuindo somente valores 1, 2 e 3 a todas as possibilidade de resposta; e dois alunos preencheram as opções de respostas com um sequência de números, ou seja, um deles atribuiu valores de 1 a 10 (em ordem crescente) na sequência de respostas e o outro, por sua vez, atribuiu sequencialmente valores de 10 a 1 nas possibilidade de resposta (em ordem decrescente).

No curso 3, ao entregar o questionário aos alunos, mais tempo foi utilizado para explicar a eles sobre como responder ao instrumento de pesquisa. Assim, os alunos levaram até 12 minutos para responder ao questionário, e todos o fizeram de forma correta.

Caracterização dos jovens

Os jovens das turmas pesquisadas apresentavam as seguintes características: possuíam entre 16 e 19 anos e, no momento da pesquisa, estavam cursando ou concluindo o ensino médio paralelamente em uma escola regular, conforme exigências do programa.[3] Dessa forma, dentre os requisitos, as entidades formadoras (isto é, as empresas) optaram por fazer seleção entre alunos de ensino médio.

---

[34] A validação do instrumento de pesquisa foi apresentada em sessão de comunicação oral no III Seminário Internacional: Escola e Cultura, realizado pelo PPGE: HPS da PUC-SP, em agosto de 2008, com o título: *Etapas de validação de um instrumento de pesquisa aplicado no CEFET-SP: um estudo da relação entre educação profissional e juventude*.

A tabela A 2.2 a seguir apresenta a caracterização dos alunos dos cursos no que se refere à idade.

Tabela A 2.2
Dados demográficos

Idade	Cursos de iniciação profissional Marcenaria – Administração. – Máquinas Agrícolas.			Total
16	1	7	4	12
17	4	8	8	20
18	6	4	--	10
19	3	1	--	4
Total	14	20	12	46

Nota 1: total de questionários respondidos.
Nota 2: o traço (--) indica valor nulo.

Pela tabela acima, pode-se observar que a maioria dos alunos (20 de um total de 46) possui 17 anos; 12 alunos têm 16 anos; dez alunos estão com 18 anos; e, por fim, quatro alunos têm 19 anos. Desses 46 alunos, 30 são do sexo masculino e 16 são do sexo feminino. Dos 14 alunos do curso 1, dez são do sexo masculino e quatro são do sexo feminino. Dos 20 jovens pertencentes ao curso 2, dez são do sexo masculino e dez são do sexo feminino. Dos 12 alunos do curso 3, dez são do sexo masculino e dois são do sexo feminino.

Há que se observar que o curso 2 possui mais alunas do que os demais cursos, já que 50% dos estudantes da turma são do sexo feminino. O diferencial deste curso em relação aos demais é que se trata de um curso na área administrativa. Já os outros cursos são mais específicos e mais característicos de um público masculino, como, por exemplo, o curso de Manutenção em Máquinas Agrícolas, com 83% de alunos do sexo masculino.

A tabela A 2.3 a seguir apresenta a quantidade de alunos do curso em relação ao ano que cursam no ensino regular.

Tabela A 2.3
Nível de Ensino

Ensino regular (médio)	**Cursos de Iniciação Profissional** **Marcenaria – Administração. – Máquinas Agrícolas**			**Total**
1◦ ano	3	1	1	5
2◦ ano	6	14	4	24
3◦ ano	4	3	6	13
Concluído	1	2	--	3*
Total	14	20	11*	45*

Nota: o traço (--) indica valor nulo.
*1 aluno não preencheu esse item.

Esta tabela mostra que a maior concentração de alunos está entre o 2º e o 3º anos do ensino médio. Do total de 45 alunos, 24 estão no 2º ano e 13 estão no 3º ano. Esses dados mostram exatamente as caracteristicas que as empresas *formadoras* dos cursos pesquisados buscam ao selecionar os alunos, ou seja, a empresa pretende contratar pessoas com ensino médio. Dessa forma, esses jovens estão sendo "treinados" para as funções que poderão vir a ocupar caso se tornem funcionários da empresa. É preciso considerar também que faz parte das metas do programa a "empregabilidade" de pelo menos 50% dos alunos, e, dessa forma, o nível de escolaridade destes alunos ajuda a alcançar essa meta.

Elaboração do instrumento de pesquisa

O questionário foi elaborado com a intenção de dar início às investigações no que se refere às expectativas da juventude em relação ao seu futuro profissional, vislumbrado a partir das oportunidades de formação que possui. Para tanto, foi aplicado um questionário de perguntas fechadas e perguntas abertas.

O instrumento possui três questões, sendo duas objetivas e uma dissertativa. A primeira questão apresentada aos alunos ("Quais os motivos que o levaram a procurar este curso?") traz uma lista com nove opções de

resposta e uma opção denominada “outro” para que seja preenchida. Como já visto acima, o instrumento orienta os alunos a atribuirem valor 1 ao motivo que consideram o mais importante, valor 2 ao segundo motivo mais importante, até o motivo de número 10, considerado o menos importante. A segunda questão apresentada aos alunos (“O que você pretende ao concluir este curso?”) traz uma lista com quatro opções de resposta e uma opção denominada “outro” para que seja preenchida. O formulário orienta os alunos a atribuirem valor 1 ao motivo que consideram o mais importante, valor 2 ao segundo motivo mais importante, até o motivo de número 5, considerado o menos importante. A terceira questão, por sua vez, diz respeito às pretensões do jovem com relação ao seu futuro profissional.

Apresentação dos resultados

Os resultados obtidos por meio do questionário são apresentados da seguinte maneira: as questões objetivas são apresentadas na forma de tabelas, e seus resultados são analisados na sequência. A questão dissertativa é apresentada na forma de texto e analisada em seguida. Para cada questão é usado um subtítulo, destacando o assunto abordado com os alunos no instrumento de pesquisa.

Motivos que o levaram a procurar o curso

A tabela A 2.4 a seguir apresenta os resultados dos cursos 1, 2 e 3 com relação à questão de número 1 do instrumento de pesquisa, que diz respeito aos motivos que levaram os alunos a procurar o curso de iniciação profissional.

Tabela A 2.4
Distribuição dos motivos segundo alunos e cursos

Motivos	Cursos de Iniciação Profissional			Total
	Marcenaria	Administração	Máquinas Agrícolas	
a) Ingressar imediatamente no mercado de trabalho.	64	133	**105**	302
b) Complementar a formação.	65	125	94	284
c) Ter uma ocupação em período diferente ao da escola regular.	31	60	55	146
d) Recomendação da família.	35	56	69	160
e) Recomendação do(a) professor(a).	17	49	38	104
f) Conhecer outras pessoas.	48	80	46	174
g) Conhecer um ambiente próximo ao do mercado de trabalho.	64	114	74	252
h)Ter uma profissão.	78	155	97	330
i) Conviver e relacionar-me com outras pessoas.	58	112	56	226
j) Outro.	26	8	22	56
Total	**486**	**892**	**656**	**2034**

Nota: cálculo extraído da soma do valor atribuído a cada item *versus* o peso estipulado para cada valor dado.

Os valores representados na tabela acima são provenientes do cálculo efetuado a partir das respostas dos alunos à primeira pergunta do questionário. O número que representa o resultado que os alunos de cada curso pontuaram como o de maior valor, referente ao motivo que os levou a buscar o curso de iniciação profissional, foi obtido por meio do seguinte cálculo: no primeiro motivo, o resultado das respostas dos alunos é 64, pois um aluno deu valor máximo ao item (ou seja deu valor 1), outros dois alunos preencheram valor 2 ao item, e mais outros dois alunos preencheram valor 3, e assim sucessivamente. Para chegar ao resultado, o número 1 foi multiplicado por 10 (pois representa o maior valor), o número 2 foi multiplicado por 9, o número 3 (que representa o valor 3) foi multiplicado por 8, e assim sucessivamente, até

ser multiplicado por 1, representando o item de menor valor. As respostas de cada uma dessas multiplicações foram somadas e assim se chegou ao resultado final.

A tabela A 2.4 mostra através de números os resultados obtidos das respostas dos alunos sobre quais os motivos que os levaram a atribuir maior valor e menor valor, ou seja, mostra os itens mais importantes e os menos importantes que fizeram com que eles procurassem o curso de iniciação profissional.

Os principais motivos que os levaram a procurar um curso profissionalizante foram (por ordem de valor atribuído):

1º motivo → Ter uma profissão.

2º motivo → Ingressar imediatamente no mercado de trabalho.

3º motivo → Complementar a minha formação.

4º motivo → Conhecer um ambiente próximo ao do mercado de trabalho.

5º motivo → Conviver e relacionar-me com outras pessoas.

6º motivo → Conhecer outras pessoas.

7º motivo → Recomendação da família.

8º motivo → Ter uma ocupação em período diferente ao da escola regular.

9º motivo → Recomendação do professor.

Como se vê na tabela A 2.4, portanto, o item “ter uma profissão” foi considerado o principal motivo que levou os alunos a buscarem o curso profissionalizante. Nesse sentido, ao analisarmos os itens mais valorizados pelos alunos, podemos observar que os quatro primeiros estão relacionados ao mercado de trabalho. Os motivos “ter uma profissão”, “ingressar imediatamente no mercado de trabalho”, “complementar a formação” e “conhecer um ambiente próximo ao do mercado de trabalho” apontam que a maioria dos alunos buscou o curso com o objetivo de fazer uma aproximação com o mundo do trabalho.

Nesse primeiro momento, como indicam os resultados da pesquisa de campo, parece haver uma consonância entre os objetivos do Programa Escola

de Fábrica e a expectativa dos jovens, qual seja, fazer um curso profissionalizante com o objetivo de se inserir no mercado de trabalho.

Pretensão ao concluir o curso

A tabela abaixo apresenta os resultados dos três cursos pesquisados em relação àquilo que os alunos pretendem após concluir o curso de iniciação profissional.

Tabela A 2.5
Distribuição dos motivos segundo alunos e cursos

Motivos	Cursos de Iniciação Profissional			Total
	Marcenaria	Administração	Máquinas Agrícolas	
a) Ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso.	27	59	40	126
b) Ingressar no mercado de trabalho numa área diferente da área do curso.	27	52	42	121
c) Continuar estudando na escola regular.	22	52	26	100
d) Fazer outros cursos profissionalizantes.	36	66	49	151
e) Outro.	21	12	12	45
Total	133	241	169	543

Nota: cálculo extraído da soma do valor atribuído a cada item *versus* o peso estipulado para cada valor dado.

Nas respostas dos três cursos, a ordem dos itens considerados como os mais importantes (isto é, os itens que representam aquilo que os jovens pretendem ao concluir o curso de iniciação profissional) foi:

1º motivo → Fazer outros cursos profissionalizantes.

2º motivo → Ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso.

3º motivo → Ingressar no mercado de trabalho numa área diferente da área do curso.

4º motivo → Continuar estudando na escola regular.

5º motivo → Outros.

Pelo resultado geral, podemos observar que, antes de ingressar no mercado de trabalho, os alunos têm a pretensão de fazer outros cursos profissionalizantes.

A segunda opção de resposta dos jovens sobre o que pretendem ao concluir o curso ficou concentrada na opção “ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso”. Cabe destacar aqui que os cursos 1 e 3 ficaram divididos entre esta opção de resposta e a opção “ingressar no mercado de trabalho numa área diferente da área do curso”. Nesse aspecto, a diferença do curso 2 em relação às demais turmas pode se dar porque esse curso é na área administrativa, o que proporciona diferentes oportunidades e distintas frentes de trabalho. Já as turma 1 e 3 possuem cursos em áreas bastante específicas e definidas. Deve-se considerar também que esses jovens vivem em cidades pequenas, onde são poucas as oportunidades de estudo e trabalho. Na medida em que surge a ocasião de fazer gratuitamente um curso profissionalizante dentro de uma empresa que, além de oferecer a possibilidade de um futuro emprego, oferece também alguns benefícios, os jovens buscam a sua chance de participar do projeto. Outra questão, porém, é dar continuidade a essa carreira, ou seja, buscar o futuro profissional na mesma área do curso.

Analisando os itens mais valorizados pelos alunos, podemos estabelecer uma relação entre os motivos que os levaram a procurar o curso (questão 1) e o que pretendem ao concluir o curso (questão 2). O item “ter uma profissão” foi o principal motivo que os levou a buscar um curso profissionalizante. Entretanto, já na fase de conclusão do curso, os alunos optaram pelo item “fazer outros cursos profissionalizantes” como a pretensão mais importante naquele momento, antes de pensar em ingressar no mercado de trabalho.

Talvez seja importante considerar que os cursos pesquisados são de curta duração — mesmo que se aproximem de cursos de nível técnico oferecidos pelas escolas regulares de educação profissionalizante. Os cursos aqui em questão são parte de um programa governamental, oferecidos dentro do ambiente da própria empresa e, tal como os cursos técnicos, exigem que os alunos estejam frequentando o ensino médio paralelamente.

É precisamente nesse ponto que aparece a dissonância entre o Programa Escola de Fábrica e as expectativas da juventude. Ora, um programa de governo é formulado com o propósito de inserir os jovens no mercado de trabalho, e, conforme indicam os dados, esse não é objetivo da maioria dos jovens ao concluir o curso.

Pretensão em relação ao futuro profissional

A terceira questão refere-se à pretensão dos alunos com relação ao seu futuro profissional. Analisando as respostas dos alunos dos três cursos conjuntamente, temos os seguintes resultados: dos 38 alunos que participaram da amostra desta pesquisa, 13 deles responderam que, para o seu futuro profissional, pretendem fazer outros cursos profissionalizantes para se prepararem melhor para o mercado de trabalho. Nove alunos responderam que pretendem trabalhar, isto é, ingressar no mercado de trabalho. (Cabe destacar que nenhum aluno do curso 1 respondeu à questão considerando essa categoria, ou seja, ao que parece, nenhum dos alunos do curso 1 pretende trabalhar diretamente na área do curso.) Sete alunos responderam que pretendem trabalhar e posteriormente fazer uma faculdade. E, por fim, dentro do total de 38 alunos, seis deles responderam que pretendem seguir seus estudos fazendo uma faculdade.

As respostas dadas pelos alunos a essa questão assemelham-se às respostas da questão de número 2. A questão aqui apresentada teve a pretensão de uma projeção futura sobre a profissionalização de cada jovem e não uma resposta àquilo que se pretende imediatamente após concluir o curso.

Comentários

Comparando as respostas das duas questões objetivas que foram apresentadas aos alunos através do instrumento de pesquisa, temos os seguintes resultados: a maioria dos alunos procurou o curso do Programa Escola de Fábrica com o objetivo de ter uma profissão e, ao concluir o curso, a maioria pretende fazer outros cursos profissionalizantes.

Conforme os dados apresentados, conclui-se que a maioria dos alunos não pretende ingressar diretamente no mercado de trabalho, mesmo tendo procurado por um curso profissionalizante com o objetivo de ter uma profissão e estando prestes a concluí-lo.

Diversas podem ser as razões pelas quais os alunos não pretendem ingressar imediatamente no mercado de trabalho. Os alunos podem não se sentir preparados; podem não vislumbrar uma oportunidade de emprego; podem não ter se identificado com o curso; entre outras coisas. O fato é que buscaram ter uma profissão e agora pretendem se aperfeiçoar mais, nesta ou noutra área.

Existem outras questões que precisam ser analisadas, pois trata-se de um programa criado para jovens de baixa renda, visando inseri-los no mercado de trabalho. O programa parte do pressuposto de que esses jovens precisam e querem trabalhar — e sabe-se ainda que, entre os objetivos do programa, está a empregabilidade de pelo menos 50% desses jovens na própria empresa onde o curso é realizado.

Os resultados obtidos pela pesquisa de campo inicial apontam que há realmente um descompasso entre o que propõe o programa governamental de iniciação profissional e as expectativas desses jovens. Assim, esse cruzamento de dados parece ser necessário para se estabelecer aqui a discussão, que é exatamente verificar quais são as expectativas desses jovens ao buscarem um curso profissionalizante e quais são as suas pretensões ao fazê-lo, analisando ainda a legislação para a educação profissional no Brasil. Nesse sentido, parece oportuno também discutir a relação entre as expectativas dos jovens e as políticas de educação profissionalizante. Os dados aqui apresentados são um ponto de partida para esse debate.

ANEXO 3

O QUE PENSAM OS ESTUDANTES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ENSINO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

DADOS PESSOAIS:

Idade: _____ Sexo: ( ) Feminino - Masculino ( ) Período:

Diurno ( )

Curso Técnico: _____

Noturno ( )

Você faz outro curso paralelo ao curso técnico? ( ) Não - Sim ( )

Se sim, onde? ( ) No CEFET - Em outra instituição ( ) Qual o curso:

_____

Você trabalha? ( ) Não - Sim ( ) Se sim, qual a sua

função?_____

Instruções

A seguir, são apresentadas 23 afirmações para que você (nesse caso, o aluno) manifeste a sua opinião, posição e sentimentos sobre cada uma delas. Após ler atenciosamente cada uma das afirmações, assinale um só número, de 1 a 4, fazendo um círculo em torno do número que você entende ser o que mais se aproxima do que você pensa.

Observe com atenção o seguinte exemplo:

O que mais necessita nossa juventude é de uma rigorosa disciplina.

(1)	2	3	4
Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente

Fazer um círculo em torno do número 1 significa que você (no caso, o aluno) concorda totalmente com o conteúdo da afirmação; assinalar o número 4 significa que discorda totalmente da afirmação.

Questões

As questões de "a" até "g" foram redigidas para que você (o aluno) se manifeste em relação aos objetivos da educação profissional de nível técnico:

Nas questões abaixo, responda se: **você acredita que:**

a) A educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia.

1	2	3	4

b) A educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola.

1	2	3	4

c) O ensino técnico proporciona um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos.

1	2	3	4

d) O ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio.

1	2	3	4

e) O ensino técnico deve ser ofertado de modo independente do ensino médio.

1	2	3	4

f) A ênfase do ensino técnico é maior no treinamento em máquinas e equipamentos.

1	2	3	4

g) A ênfase do ensino técnico é maior em conhecimentos teóricos relativos à área do curso.

1	2	3	4

Agora, as sentenças de "h" até "s" estão relacionadas aos motivos que o levaram a procurar e frequentar o curso em que você (o aluno) vai se formar:

h) Procurei o curso técnico para obter uma formação profissional.

1	2	3	4

i) Para obter um treinamento para o mercado de trabalho.

1	2	3	4

j) Porque esse curso técnico dá possibilidade de emprego e salário.

1	2	3	4

k) Porque pretendo ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão.

1	2	3	4

l) Porque o curso que faço é mais valorizado socialmente e de maior prestígio.

1	2	3	4

m) Porque a escola é reconhecida.

1	2	3	4

n) Porque dá um bom preparo para a universidade.

1	2	3	4

o) Por se tratar de um curso fácil.

1	2	3	4

p) Porque o ensino é gratuito.

1	2	3	4

q) Foi único curso profissionalizante a que tive acesso.

1	2	3	4

r) Por recomendação da família.

1	2	3	4

s) Porque um parente ou amigo estudou aqui.

1	2	3	4

As questões de "t" até "x" foram redigidas para que você (o aluno) se manifeste em relação ao que você pretende ao concluir o curso:

t) Ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso.

1	2	3	4

u) Ingressar no mercado de trabalho numa área diferente que a área do curso que faço.

1	2	3	4

v) Fazer outros cursos profissionalizantes.

1	2	3	4

x) Continuar estudando e fazer uma faculdade.

1	2	3	4

ANEXO 4

VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Pesquisa empírica: o ensino técnico profissional sob a óptica do estudante

A pesquisa empírica apresentada a seguir tomou como referência os resultados de uma sondagem de opinião realizada com a finalidade de discutir a relação entre os objetivos do ensino profissionalizante e as expectativas dos jovens no tocante ao trabalho. A realização desta etapa da pesquisa deu-se pela necessidade de verificar em que terreno repousavam realmente as minhas indagações, ou seja, saber se os questionamentos que me levaram à elaboração de um projeto de tese encontravam sustentação para dispor o debate político, acadêmico e pedagógico aos jovens estudantes.

Após a realização do pré-teste do instrumento de pesquisa, os dados foram tabulados e analisados para que o questionário fosse aperfeiçoado. Depois dessa etapa, o instrumento resultou em uma segunda versão elaborada como uma escala de atitudes do tipo Likert. Esse segundo questionário-escala foi, por sua vez, testado e validado em uma amostra da população-alvo específica, ou seja, uma amostra de alunos do ensino técnico do CEFET-SP.

Cabe destacar que as tabelas que constam no anexo serviram de base para a elaboração desta etapa da pesquisa, por isso mesmo a numeração é diferente da anteriormente utilizada na pesquisa principal e no anexo anterior. As tabelas incluídas no anexo serão identificadas por letra e números, exemplo: B 2.1, onde a letra B significa a diferenciação da tabela em relação as anteriores, os números 4 significa anexo 4 e o número 1 significa tabela 1.

Validação do questionário[4]

a) Curso: A fim de validar o instrumento de pesquisa, foi selecionado um dos seis cursos técnicos oferecidos no sistema técnico. O curso escolhido foi o de Planejamento e Controle de Produção, da área de Mecânica.

b) Sujeitos: Na ocasião de aplicação do questionário para validação, havia seis cursos técnicos sendo oferecidos na instituição, compreendidos entre as quatro áreas existentes, conforme já explicado. Optou-se por validar o instrumento de pesquisa com alunos de um dos cursos da área de Indústria. As turmas estavam originalmente constituídas com 20 alunos cada, totalizando uma população de 60 alunos. Há de se considerar que, no momento de aplicação do instrumento de pesquisa, ocorrido em novembro de 2007, já havia reprovações e evasões em cada turma, o que alterou a quantidade final de alunos por turma.

A amostra que proporcionou os dados para a validação do questionário é constituída por alunos das três turmas do Curso de Planejamento e Controle da Produção (PCP) que estavam presentes no dia previsto para a aplicação do questionário (segunda versão, como já explicado anteriormente), resultando assim em 39 questionários respondidos.

Cabe relembrar que, no momento da aplicação do questionário, os cursos técnicos oferecidos pelo CEFET-SP faziam parte do sistema técnico de ensino.

Tabela B 4.1
População / Amostra

Turma	Semestre	População	Amostra
1	4◦	20	16
2	3◦	20	7
3	2◦	20	16
Total		60	39

[4] A validação do instrumento de pesquisa foi apresentada em sessão de comunicação oral no III Seminário Internacional: Escola e Cultura, realizado pelo PPGE: HPS da PUC-SP, em agosto de 2008, com o título: *Etapas de validação de um instrumento de pesquisa aplicado no CEFET-SP: um estudo da relação entre educação profissional e juventude*.

A população de cada turma corresponde ao número total de alunos que se matricularam no curso técnico pesquisado. A amostra representa o número de alunos que responderam ao questionário.

Nesta tabela acima, somente sete dos 20 alunos da turma 2 responderam ao questionário, porque a outra parte da turma desenvolvia outra atividade no horário da aplicação do instrumento. Os 39 questionários para validar o instrumento foram respondidos por:

Turma 1: 16 alunos de 4º semestre, ou seja, alunos que cursavam o último semestre do curso de Planejamento e Controle de Produção (PCP).

Turma 2: sete alunos de 3º semestre — mas somente uma das turmas desse 3º semestre, pois, como já explicado acima, essa turma estava dividida em três salas.

Turma 3: 16 alunos de 2º semestre.

Composição demográfica da amostra de validação

Para traçar um perfil da amostra de validação, procurou-se identificar as características relativas à idade e ao sexo dos alunos.

a) **Quanto à faixa etária**: a idade dos alunos, conforme a tabela B 4.2, varia de 16 a 22 anos, sendo que a maioria deles (30 de um total de 39 jovens) tem entre 16 e 17 anos, como se vê na tabela inserida a seguir.

Tabela B 4.2
Alunos do Curso Técnico de PCP, segundo a faixa etária

Idade	Turma 1	Turma 2	Turma 3	Total
16	1	--	13	14
17	11	2	3	16
18	1	2	--	3
19	1	--	--	1
20	2	--	--	2
21	--	1	--	1
22	--	2	--	2
Total	16	7	16	39

Nota: o traço (--) indica valor nulo.

b) **Quanto ao sexo**: dos 39 jovens, 27 são do sexo masculino e 12 são do sexo feminino, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela B 4.3
Alunos do Curso Técnico de PCP, segundo o sexo

Sexo	Turma 1	Turma 2	Turma 3	Total
Masculino	9	5	13	27
Feminino	7	2	3	12
Total	16	7	16	39

c) Quanto às atividades paralelas ao curso:

No que se refere à quantidade de alunos que cursam o ensino médio no CEFET-SP paralelamente ao curso técnico, tem-se o seguinte: dos 39 alunos, dez cursam o ensino médio no próprio CEFET-SP, conforme indica a tabela inserida a seguir. Os demais alunos já haviam concluído o ensino médio — na própria instituição ou em outra escola. Já no tocante à quantidade de alunos que trabalham enquanto frequentam o ensino técnico, o que temos é o seguinte: três alunos responderam que trabalham, enquanto os demais somente estudam, como se vê também na tabela abaixo. Nesse sentido, vale destacar que os três alunos que trabalham são da turma 2 — isto é, a turma que inclui os alunos com a maior faixa etária, onde um deles possui 21 anos e os outros dois têm 22 anos. A esse respeito, cabe salientar ainda que a amostra de alunos que responderam ao questionário para a validação do mesmo são alunos do ensino técnico diurno. A amostra final também incluirá os alunos do ensino técnico noturno do CEFET-SP.

Tabela B 4.4
Alunos do Curso Técnico de PCP, segundo atividades paralelas

Situação (Trabalho)	Situação (ensino médio) Em andamento	Concluído	Total
Não	10	26	39
Sim	--	03	

Nota: o traço (--) indica valor nulo

Em resumo, das tabelas B 4.3 e B 4.4 pode-se concluir que a amostra inclui mais rapazes do que moças (27 homens e 12 mulheres), que estão predominantemente na faixa etária entre 16 e 17 anos, sendo que, desse total de 39 alunos, apenas três afirmam trabalhar, ao passo que outros dez estão cursando concomitantemente o ensino médio no próprio CEFET-SP. Ressalta-se que os três alunos que afirmam trabalhar (além de cursar o ensino técnico) já concluíram o ensino médio.

Apresentação do instrumento de pesquisa

O questionário-escala é constituído de título, cabeçalho, instruções para o preenchimento do questionário, exemplo de uma questão respondida e de 23 questões divididas em três blocos de afirmações que contemplam questões do cotidiano dos jovens. O questionário elaborado segundo a escala de Likert[5] é ancorado em dois extremos: de favorável para desfavorável, variando de um ponto para cinco ou sete pontos. Para esta pesquisa optou-se por utilizar quatro pontos. Essa quantidade foi entendida como sendo suficiente para ser utilizada na validação da escala e na coleta de dados. Para cada item da escala foram associados escores de 1 a 4 pontos: concordo totalmente (1 ponto), concordo parcialmente (2 pontos), discordo parcialmente (3 pontos), discordo totalmente (4 pontos). A resposta do aluno a cada item consiste na escolha de um destes escores.

[5]Para a elaboração da escala foram elucidativos os estudos de Giovinazzo Jr. (2003) e Meneses (2007).

Cabe destacar que, depois de aplicado e validado por meio das técnicas estatísticas, o questionário foi repassado a um crivo crítico, resultando assim em algumas alterações, tais como: inclusão de opção para resposta sobre o turno em que o aluno frequenta o curso; opção para o aluno responder se faz outro curso paralelo ao ensino técnico; e, ainda, a inclusão da afirmação “você acredita que:” antes do primeiro item da escala a ser respondida. As inclusões feitas no instrumento resultaram das seguintes observações: a importância que tem o turno em que o aluno estuda diante do universo da pesquisa; o fato de o aluno fazer outro curso paralelo ao ensino técnico também é fator que precisa ser analisado e debatido na tese; e, por fim, incluir a afirmação “você acredita que:” deveu-se ao fato de que alguns alunos tiveram dúvidas ao responder o primeiro item da escala, onde o que deveriam responder era o seguinte: se eles acreditavam que a afirmação estava correta ou se a afirmação deveria estar correta.

Procedimentos de validação do questionário-escala

Visando testar e validar o instrumento de pesquisa com o público-alvo especificado na elaboração do projeto, uma segunda versão do questionário foi aplicada a uma amostra de alunos do ensino técnico do CEFET-SP. Tal amostra foi extraída da instituição onde foi realizada a pesquisa, e o questionário foi respondido por três turmas de um único curso técnico, totalizando uma amostra de 39 alunos. Essa etapa da pesquisa pretendeu verificar se o formulário permitia estabelecer as relações que me proponho a fazer entre a legislação acerca do ensino profissionalizante no Brasil e as expectativas dos jovens estudantes de um curso técnico.

Segundo Vianna (1976, p. 187), “a aplicação e a correção de um teste não representam o término do processo de medida. O levantamento de informações quantitativas — fase da análise de itens — é necessário para que se possa discutir criticamente o instrumento e avaliar a reação dos examinados”.

Para validar o instrumento de pesquisa, foram cumpridas as seguintes etapas:

a) aplicação do questionário;

b) tabulação dos dados;

c) análise estatística dos resultados.

Neste texto, é analisada cada uma das questões do instrumento de pesquisa aplicado, sendo que muitas delas foram analisadas em conjunto — principalmente aquelas em que se pretende fazer um cruzamento de dados, de acordo com os objetivos. A análise dos itens é um exercício importante, que foi realizado com as informações obtidas para aprimorar a qualidade de cada um, a fim de garantir a precisão do instrumento final da pesquisa.

O quadro a seguir proporciona uma visão de conjunto do questionário-escala, identificando aí as subescalas, os fatores e os itens correspondentes.

Quadro B 1
Escala: Legislação x Ensino Profissional x Juventude

Subescalas	Variáveis	Itens
	Dados demográficos	Cabeçalho — Caracterização dos sujeitos: idade; sexo; nome do curso; se faz outro curso na instituição; se trabalha.
Objetivos da educação profissional	LDB 9.394/1996 e documentos da SETEC	Item a — Integração ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia. Item b — Acesso e permanência dos jovens na escola. Item c — Desenvolvimento integral e formação ética. Item d — Ensino técnico integrado ao ensino médio.
Formação profissional	DL 2.208/1997 e DL 5.154/2004	Item e — Ensino técnico desvinculado do ensino médio. Item f — Ênfase em treinamento. Item g — Ênfase em conhecimentos na área.
Escolha do curso profissionalizante	Motivos de escolha do curso	Item h — Busca por formação. Item i — Busca por treinamento. Item j — Possibilidade de emprego. Item k — Ingresso imediato no trabalho. Item l — Curso mais valorizado e de maior prestígio. Item m — Escola reconhecida. Item n — Bom preparo para a universidade. Item o — Curso fácil. Item p — Ensino gratuito. Item q — Único curso a que teve acesso. Item r — Recomendação da família. Item s — Parente ou amigo fez o curso.
Expectativas de futuro	Pretensão ao concluir o curso	Item t — Ingressar no mercado na mesma área do curso. Item u — Ingressar no mercado em área diferente do curso. Item v — Fazer outros cursos profissionalizantes. Item x — Continuar estudando e fazer faculdade.

Resultados da validação da escala "Legislação, ensino profissional e juventude"

A escala elaborada para esta pesquisa sobre legislação, ensino profissional e juventude consta de 23 itens, vinculados aos objetivos da investigação e divididos em quatro subescalas, quais sejam: 1ª) objetivos da educação profissional (com três itens); 2ª) formação profissional (com quatro itens); 3ª) escolha do curso profissionalizante (com 11 itens); 4ª) expectativas de futuro (com quatro itens). Os escores de cada item da escala variam de 1 a 4 pontos, sendo 1 para concordância total, 2 para concordância parcial, 3 para discordância parcial e 4 para discordância total. Desse modo, o mínimo e o máximo de pontos obtidos em cada uma das quatro subescalas são respectivamente os seguintes: 3 e 9; 4 e 16; 11 e 44; 4 e 16; e, para a escala total, o mínimo foi 22 e o máximo foi 85.

O quadro a seguir tem como objetivo proporcionar ao leitor uma visão geral da relação entre os objetivos e as hipóteses da pesquisa com a escala total e o conjunto de itens que compõe cada subescala.

Quadro B.2
Relação: Objetivos, Hipóteses, Escala

OBJETIVOS	HIPÓTESES	ESCALAS/ SUBESCALAS	VARIÁVEIS	ITENS
Geral: analisar a relação entre educação profissional e juventude no âmbito da educação profissional de nível médio do CEFET-SP.	Há divergências entre as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro e aquilo que os jovens pensam que a sociedade industrial espera deles, isto é, buscar inserir-se no mercado de trabalho tão logo concluída a sua formação técnica.	Escala total: Legislação, Ensino Profissional, Juventude		Todos os itens da escala
1. Traçar o perfil do aluno do Ensino Técnico do CEFET-SP.			Dados demográficos	Cabeçalho — Caracterização dos sujeitos: idade; sexo; nome do curso; se faz outro curso na instituição; se trabalha.
2. Identificar o que diz o jovem a respeito de sua trajetória entre a escola e o futuro e verificar quais os motivos que o estimulam a optar por um curso técnico.	A trajetória do jovem estudante do ensino técnico do CEFET-SP não é de uma relação direta entre a escolha pelo curso e a busca pela profissão na área de formação. O aluno escolhe o curso e a escola em busca de formação técnica reconhecida e gratuita e também para ter um bom preparo para a universidade.	Escolha do Curso profissionalizante	Motivos de escolha do curso	Item h — Busca por formação. Item i — Busca por treinamento. Item j — Possibilidade de emprego. Item k — Ingresso imediato no trabalho. Item l — Curso mais valorizado e de maior prestígio. Item m — Escola reconhecida. Item n — Bom preparo para a universidade. Item o — Curso fácil. Item p — Ensino gratuito. Item q — Único curso a que teve acesso. Item r — Recomendação da família. Item s — Parente ou amigo fez o curso.

3. Verificar se existe relação entre as expectativas dos jovens que estão em fase de conclusão de um curso técnico e os objetivos curriculares desse nível de ensino profissionalizante.	É baixa a relação entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos.	Objetivos da educação profissional	LDB 9.394/1996 e documentos da SETEC	Item a — Integração ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia. Item b — Acesso e permanência dos jovens na escola. Item c — Desenvolvimento integral e formação ética.
		Formação profissional	DL 2.208/1997 e DL 5.154/2004	Item d — Ensino técnico integrado ao ensino médio. Item e — Ensino técnico desvinculado do ensino médio. Item f — Ênfase em treinamento. Item g — Ênfase em conhecimentos na área.
4. Verificar as expectativas atuais do jovem em relação ao seu futuro.	As expectativas de futuro dos jovens que cursam o ensino técnico são mais voltadas para a continuidade dos estudos do que para ingressar imediatamente no mercado de trabalho.	Expectativas de futuro	Pretensão ao concluir o curso	Item t — Ingressar no mercado na mesma área do curso. Item u — Ingressar no mercado em área diferente do curso. Item v — Fazer outros cursos profissionalizantes. Item x — Continuar estudando e fazer faculdade.

Deve-se destacar que o objetivo de traçar o perfil do aluno do ensino técnico do CEFET-SP não tem uma subescala no instrumento de pesquisa assim como os demais objetivos, mas ele será atendido a partir da inclusão de uma opção de resposta quando do preenchimento do cabeçalho do instrumento pelos alunos. A pergunta dará ao aluno a opção de responder se ele estudou anteriormente em escola pública ou em escola particular. (Aliás, vale lembrar aqui que a hipótese deste objetivo é que grande parte dos alunos dessa instituição é oriunda de escolas particulares.)

Análise estatística da escala

No estudo estatístico realizado para validar a escala "Legislação, ensino profissional e juventude", obteve-se o grau de associação entre cada item da escala em relação ao conjunto de itens, para o que foi utilizado o coeficiente de correlação dos postos de Spearman, conforme sugerido por Siegel (1945). O índice de significância desse coeficiente é calculado pelo valor da correlação (*rs*) entre as variáveis, a fim de testar o grau de confiabilidade da escala.

O coeficiente de correlação (*rs*) permite considerar que um valor próximo de 0 (zero) indica fraca ou nenhuma associação linear, enquanto que um valor próximo de 1 (um) indica uma forte associação entre variáveis, isto é, o item e a escala. O valor crítico de *rs* obtido para a escala "Legislação, ensino profissional e juventude", que tem 23 itens, corresponde ao coeficiente de correlação dos postos de Spearman de 0,306,[6] para o nível de significância de 0,05. Assim, a correlação de cada item com dados da escala deve ser significativa para valores iguais ou maiores do que *rs* = 0,306.

Após a apresentação dos conteúdos de cada item e depois de avaliar seus significados de acordo com os valores dos escores obtidos, estão discriminados os resultados alcançados no cálculo do coeficiente de correlação acima referido conforme cada subescala da escala total.

[6] Valor crítico de *rs* para uma amostra de 30 sujeitos, conforme tábua P (Siegel, 1975, p. 315).

Subescala: Objetivos da educação profissional

Item A — A educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia.

Item B — A educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola.

Item C — O ensino técnico proporciona um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos.

Os itens que compõem a subescala "Objetivos da educação profissional" foram elaborados com o intuito de verificar se existe relação entre as expectativas dos jovens que estão se formando em um curso técnico e os objetivos curriculares desse nível de ensino profissionalizante. Para tal objetivo (já apresentado no texto), parte-se da hipótese de que não existe relação entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos.

Lembrando que os escores 1 (concordo totalmente) e 2 (concordo parcialmente) significam que o aluno entende como sendo objetivos da educação profissional aqueles definidos pela legislação, pois as afirmações que constam dos itens foram extraídas da própria legislação. Os escores 3 (discordo parcialmente) e 4 (discordo totalmente) indicam o inverso, ou seja, que os alunos não identificam como objetivos do ensino profissional aqueles que constam da legislação pertinente a tal nível de ensino.

Tabela B.5
Subescala: Objetivos da educação profissional
Teste do Coeficiente de Correlação

Item	Correlação
A	0,768*
B	0,874*
C	0,902*

Tabela elaborada conforme Siegel (1975). Cálculo de *rs* com o uso do programa *Microsoft Office Excel* 2003. Escala validada a partir da participação de 39 sujeitos.
rs crítico = 0,306 / significante ao nível de 0,05.

Nota: * indica que a correlação é positiva para o nível de significância de 0,05.

Na tabela acima, pode-se verificar que, na subescala “Objetivos da educação profissional”, os coeficientes de correlação obtidos nos itens A, B e C apresentam valores correspondentes ao valor crítico de *rs* 0,306, ou seja, a correlação entre estes e o total da subescala apresentou, para cada item, alta correlação.

A alta correlação positiva desses itens indica que os alunos do CEFET-SP reconhecem no ensino profissionalizante que recebem na instituição os objetivos presentes na LDB nº 9.394 de 1996 e nos documentos da SETEC.

A correlação entre o item A e o total da subescala apresentou o resultado de 0,768. Isso significa que a correlação é positiva, ou seja, que os alunos concordam com a afirmação de que a educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia, extraída do artigo 2º da LDB nº 9.394 de 1996.

A correlação entre o item B e o total da subescala apresentou o resultado de 0,874. Isso significa que a correlação é alta, ou seja, que os alunos concordam com a afirmação de que a educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola, extraída do artigo 39 da LDB nº 9.394 de 1996.

O resultado da correlação entre o item C e o total da subescala “Objetivos da educação profissional” apresentou uma correção ainda mais alta que os demais itens, de 0,902. Tal resultado significa que os alunos concordam com a afirmação de que o ensino técnico proporciona um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos, extraída de documento da SETEC, como já dito.

Pelos resultados obtidos da correlação dos três itens da subescala, essas questões estão validadas, sendo que permanecem no questionário final a ser aplicado aos alunos do CEFET-SP.

Subescala: Formação profissional

Item D — O ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio.

Item E — O ensino técnico deve ser ofertado de modo independente do ensino médio.

Item F — A ênfase do ensino técnico é maior no treinamento em máquinas e equipamentos.

Item G — A ênfase do ensino técnico é maior em conhecimentos teóricos relativos à área do curso.

Os itens que compõem a subescala "Formação profissional" também foram elaborados com a finalidade de examinar se existe relação entre as expectativas dos jovens que estão se formando num curso técnico e os objetivos curriculares do ensino profissionalizante. Esses itens, porém, referem-se exclusivamente aos modelos de ensino técnico profissional, que, com a LDB nº 9.394 de 1996 em vigor, foram alterados primeiramente pelo Decreto nº 2.208 de 1997 e, posteriormente, pelo Decreto nº 5.154 de 2004. As questão D e G foram elaboradas segundo o modelo orientado pelo decreto-lei de 2004 e as questões E e F foram elaboradas segundo o modelo imposto pelo decreto-lei de 1997.

A hipótese já apresentada ao objetivo citado é a de que não há relação entre as expectativas de futuro dos jovens formandos de cursos técnicos e os objetivos curriculares desses cursos.

Tal como antes, deve-se esclarecer aqui que os escores 1 (concordo totalmente) e 2 (concordo parcialmente) significam que o sujeito admite que o ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio, assim como prevê atualmente o Decreto nº 5.154 de 2004 — lembrando, inclusive, que o ensino técnico frequentado pelos alunos que fizeram parte dessa amostra de validação era orientado pelo Decreto nº 2.208 de 1997. Desse modo, ao elaborar o instrumento de pesquisa, esperava-se que o aluno, ao concordar com a afirmação do item D, iria discordar do item E, e vice-versa, pois eles são contrastantes. Assim, para efeito de validação do instrumento de pesquisa, esperava-se uma correlação baixa em um item e uma correlação alta

em outro item. No entanto, ao comparar os resultados obtidos nas respostas aos itens D e E, pode-se observar uma incoerência nas respostas dos alunos, pois muitos deles responderam as duas coisas, isto é, responderam que o ensino técnico deve ser tanto integrado quanto desvinculado do ensino médio regular (propedêutico).

Essa incoerência pode ter ocorrido por um problema de elaboração do instrumento que levasse os alunos, por exemplo, a pensarem sobre a possibilidade de haver os dois modelos de ensino — ou, ainda, pode ser que houvesse uma falta de conhecimento dos alunos quanto aos temas em questão, pois são modelos diferentes de ensino determinados por força da lei. É bom relembrar aqui o fato de que os alunos que participaram desta amostra estavam cursando o ensino técnico desvinculado do ensino médio.

Dessa maneira, optou-se por manter somente um dos dois itens para efeito de validação do instrumento. A opção foi manter o item E, pois este tem uma melhor distribuição entre as respostas dos alunos. Cabe destacar que pretende-se ainda rever a redação de ambas as questões, a fim de deixar claro nos itens que se trata de dois modelos de ensino diferentes entre si.[7]

Quanto aos itens F e G, seguindo a mesma lógica, os alunos tiveram a opção de concordar total (escore 1) ou parcialmente (escore 2) e de discordar parcial (escore 3) ou totalmente (escore 4). A manifestação sobre tais questões indica se os alunos identificam qual o tipo de ensino recebido na instituição pesquisada — quer dizer, se a escola privilegia o treinamento em máquinas e equipamentos ou se dá mais ênfase a conhecimentos teóricos relativos à área do curso. O objetivo dessas questões foi identificar se o modelo de formação era mais específico ou mais completo.

[7] Outra alteração que se pretende fazer no instrumento de pesquisa é repetir alguma das questões, procurando assim testar a concentração dos sujeitos da pesquisa.

Tabela B 4.6

Subescala: Formação profissional

Teste do Coeficiente de Correlação

Item	Correlação
E	0,643*
F	0,598*
G	0,479*

Tabela elaborada conforme Siegel (1975). Cálculo de *rs* com o uso do programa *Microsoft Office Excel* 2003.
Escala validada a partir da participação de 39 sujeitos.
rs crítico = 0,306 / significante ao nível de 0,05.
Nota: * indica correlação positiva significante para p ≤ 0,05.

Pela tabela acima, pode-se verificar que, na subescala "Formação profissional", os coeficientes de correlação obtidos nos itens E, F e G apresentam valores superiores a 0,306, ou seja, têm uma correlação positiva.

O item E é aquele que apresenta a maior correlação da subescala, com 0,643. O resultado indica que os alunos concordam com a afirmação de que o ensino técnico deve ser ofertado de modo desvinculado do ensino médio, conforme determina o Decreto nº 2.208 de 1997. Cabe relembrar que os alunos do CEFET-SP que fizeram parte desta amostra cursam esse mesmo modelo de ensino, isto é, o técnico.

O item F apresenta uma correlação positiva com o total da subescala, mas num menor valor que o item anterior, de 0,598. Tal resultado aponta que os alunos que responderam ao questionário concordam com a afirmação de que a ênfase no ensino técnico é maior no treinamento em máquinas e equipamentos.

Com uma correlação menor, embora ainda positiva, em relação ao total da escala, aparece o item G, com 0,479. Esse item afirma que a ênfase na educação profissional é maior em conhecimentos teóricos relativos à área do curso.

Mesmo em se tratando de itens opostos no que se refere ao modelo de ensino, de acordo com a política de educação profissional vigente, é possível uma formação que apresente as duas ênfases apontadas nas questões: ora

em treinamentos práticos, ora em conhecimentos teóricos relativos à área do curso.

Portanto, tendo em vista os resultados encontrados, os itens E, F e G permanecerão no instrumento definitivo da pesquisa.

Subescala: Escolha do curso profissionalizante

Item H — Procurei o curso técnico para obter uma formação profissional.

Item I — Para obter um treinamento para o mercado de trabalho.

Item J — Porque esse curso técnico dá possibilidade de emprego e salário.

Item K — Porque pretendo ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão.

Item L — Porque o curso que faço é mais valorizado socialmente e de maior prestígio.

Item M — Porque a escola é reconhecida.

Item N — Porque dá um bom preparo para a universidade.

Item O — Por se tratar de um curso fácil.

Item P — Porque o ensino é gratuito.

Item Q — Foi único curso profissionalizante a que tive acesso.

Item R — Por recomendação da família.

Item S — Porque um parente ou amigo estudou aqui.

Os itens que compõem a subescala “Escolha do curso profissionalizante” estão relacionados ao objetivo desta pesquisa que pretende analisar o que pensa o jovem a respeito de sua trajetória entre a escola e o futuro, bem como verificar quais os motivos que levaram esses jovens estudantes a optarem por um curso técnico. A hipótese para tal objetivo de pesquisa é de que a trajetória do jovem estudante do ensino técnico do CEFET-SP não é de uma relação direta entre a escolha pelo curso e a busca pela profissão na área de formação. O aluno escolhe o curso e a escola em

busca de formação técnica reconhecida e gratuita e também para ter um bom preparo para a universidade.

Tabela B 4.7
Subescala: Escolha do curso profissionalizante
Teste do Coeficiente de Correlação

Item	Correlação
H	0,136
I	0,307*
J	0,591*
K	0,599*
L	0,545*
M	0,564*
N	0,438*
O	0,528*
P	0,730*
Q	0,533*
R	0,430*
S	0,675*

Tabela elaborada conforme Siegel (1975). Cálculo de *rs* com o uso do programa *Microsoft Office Excel* 2003.
Escala validada a partir da participação de 39 sujeitos.
rs crítico = 0,306 / significante ao nível de 0,05.
Nota: * indica correlação positiva significante para $p \leq 0,05$.

Por esta tabela, com a exceção do item H, podemos constatar que na subescala "Escolha do curso profissionalizante" todos os coeficientes de correlação obtidos apresentam valores superiores a 0,306 (valor crítico de *rs*).

O item I, apesar de apresentar correlação significante com o total da subescala, tem correlação próxima do valor crítico, que é de 0,307.

O item H é uma afirmação referente aos motivos que levaram o aluno a procurar e frequentar um curso técnico, e apresenta as seguintes possibilidades de resposta: concordo plenamente ou parcialmente, e discordo parcialmente ou plenamente. As respostas dos alunos à afirmação de ter procurado o curso técnico para obter uma formação profissional dá uma correlação negativa em relação aos demais itens da subescala. Isto significa que não existe associação entre as respostas dadas a essa questão, se comparadas às demais respostas dadas aos outros itens da subescala.

Diante do resultado encontrado, é preciso definir o que fazer com o item em questão. A primeira possibilidade seria excluí-lo do questionário-escala. Porém, trata-se de um item importante para esta pesquisa, pois representa o entendimento dos alunos em relação a um dos conceitos básicos da pesquisa, qual seja, o conceito de formação. Mas mesmo com uma correlação baixa, diante da importância do item e considerando ainda que se trata de um questionário-escala com poucos itens no total (23 itens), decidiu-se aqui por rever a redação desse item antes de aplicá-lo definitivamente.

O item I, assim como o item H, diz respeito a formas diferentes de se pensar e organizar o ensino técnico, ou seja, enquanto o item H fala de um modelo que tem em vista uma formação mais ampla do aluno, o item I refere-se a um modelo de ensino mais próximo do treinamento voltado para o mercado de trabalho. Nesse sentido, ao responder que concorda com um modelo de ensino pensado sob a forma de treinamento, supõe-se que o aluno estará concordando com um ensino específico voltado para o mercado de trabalho. Por essa razão, o item H será mantido no questionário final.

É possível que os alunos não tenham o discernimento ou o entendimento correto sobre o que representa de fato uma formação mais ampla, de um lado, e um treinamento específico para atuar numa determinada profissão no mercado de trabalho, de outro lado. Assim, torna-se necessário melhorar a redação no sentido de promover uma melhor compreensão sobre o que propõe a análise das duas questões.

O item J trata da busca pelo curso em virtude da possibilidade de emprego. O resultado da correlação entre as respostas dos alunos a este item,

comparado ao resultado total da subescala, foi de 0,591, o que representa uma correlação positiva em relação aos demais itens da escala. O resultado da associação entre a resposta deste item com os demais da subescala significa que a questão que trata da busca pelo ensino técnico em virtude da possibilidade de emprego é representativa em relação aos demais itens da subescala.

O item K afirma que o motivo de procura pelo curso se deu pela possibilidade de ingresso imediato no mercado de trabalho e a possibilidade de ter uma profissão. A correlação entre os resultados deste item em relação ao total da subescala “Escolha do curso profissionalizante” deu uma correlação de 0,599. Isto significa que o item está positivamente relacionado aos demais itens da subescala.

Pela correlação positiva, os alunos fazem a escolha do curso pela possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e ter uma profissão. Dessa forma, o item será mantido no instrumento definitivo para debater sobre o que a afirmação da questão representa no universo dos jovens.

O item L apresenta uma correlação de 0,545 em relação aos resultados da subescala, tendo, portanto, uma correlação positiva. O item afirma que o curso escolhido pelo aluno é mais valorizado socialmente e de maior prestígio. Pelo resultado encontrado, os alunos concordam com a afirmação.

O item M afirma que o motivo de escolha pelo curso foi o de que a escola é reconhecida. O coeficiente de correlação encontrado neste item em relação aos demais foi de 0,564. Isto significa que a correlação foi positiva, ou seja, os alunos consideram que o fato de a escola ser reconhecida foi motivo de escolha do curso.

O item N, que afirma que o curso dá um bom preparo para a universidade, também deu como resultado uma correlação positiva. Pelo cálculo da correlação entre o item e a escala, o resultado encontrado foi de 0,438. Mesmo com um valor menor obtido como resultado, o item apresenta correlação positiva e será mantido no instrumento de pesquisa definitivo.

Na análise dos resultados que serão encontrados, pretende-se debater a questão que, diferentemente das demais, coloca como motivo de escolha pelo

curso o fato de este dar um bom preparo para a universidade, ao contrário de outras questões que afirmam que o motivo de escolha seja a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho.

Os resultados da correlação dos resultados obtidos pelas respostas dos alunos aos itens O, P, Q, R e S em relação à escala foram, respectivamente, de 0,528-0, 730-0, 533-0, 430-0, 675. Pode-se observar que todos os itens apresentaram correlação positiva. Os itens tratam, sequencialmente, das seguintes afirmações: por se tratar de um curso fácil; porque o ensino é gratuito; porque foi o único curso profissionalizante a que tive acesso; por recomendação da família; porque um parente ou amigo estudou aqui.

Cabe destacar que o item que apresenta a correlação mais alta é o item P, que trata do ensino gratuito. Pelas respostas da amostra, o fato de o CEFET-SP ser uma escola profissionalizante da rede federal com ensino gratuito é fato determinante para a escolha e busca pelo curso.

No item P, parece-nos imprescindível fazer uma análise da questão socioeconômica da família do jovem estudante.

Subescala: Expectativas de futuro

Item T — Ingressar no mercado de trabalho na mesma área que a do curso.

Item U — Ingressar no mercado de trabalho, porém numa área diferente que a área do curso que faço.

Item V — Fazer outros cursos profissionalizantes.

Item X — Continuar estudando e fazer uma faculdade.

Os itens T, U, V e X, pertencentes à subescala “Expectativas de futuro”, foram elaborados com o intuito de atender a um dos objetivos dessa pesquisa, qual seja, verificar quais as expectativas do jovem estudante de curso técnico do CEFET-SP em relação ao seu futuro. A premissa deste objetivo é que a expectativa de futuro dos jovens que cursam o ensino técnico é a de continuar estudando e não a de ingressar imediatamente no mercado de trabalho.

Os itens que compõem essa subescala também foram elaborados com a finalidade de analisar o que diz a juventude a respeito de sua trajetória entre a escola e o futuro, comparando isto, portanto, com aquilo que dizem os alunos em relação à escolha do curso profissionalizante e às expectativas de futuro que estes jovens têm para si, a fim de verificar se eles realmente têm a pretensão de tentar começar uma carreira profissional a partir de sua formação técnica. A hipótese deste objetivo é a de que a trajetória do jovem estudante do ensino técnico do CEFET-SP não é de uma relação direta entre a escolha do curso e a busca pela profissão na área de formação.

Tabela B 4.8
Subescala: Expectativas de futuro
Teste do Coeficiente de Correlação

Item	Correlação
T	0,393*
U	0,376*
V	0,852*
X	0,326*

Tabela elaborada conforme Siegel (1975). Cálculo de *rs* com o uso do programa *Microsoft Office Excel* 2003.
Escala validada a partir da participação de 39 sujeitos.
rs crítico = 0,306 / significante ao nível de 0,05.
Nota: * indica correlação positiva significante para $p \leq 0,05$.

Pela tabela acima, vê-se que na subescala “Expectativas de futuro” os coeficientes de correlação obtidos nos itens T, U e X apresentam valores superiores ao *rs* crítico de 0,306, indicando uma correlação positiva — porém baixa —, próxima do *rs* crítico. Por outro lado, o item V apresenta alta correlação. Tal item indaga se o aluno pretende fazer outros cursos profissionalizantes após a conclusão do curso técnico, como expectativa de futuro.

A partir das respostas dos alunos, pode-se observar que fazer outros cursos profissionalizantes é a maior expectativa desses jovens, se comparada à expectativa de ingressar no mercado de trabalho (seja em área diferente, seja na mesma área que a do curso que estão concluindo), e até mesmo se

comparada à expectativa de cursar uma faculdade. Este resultado pode indicar uma vontade de aperfeiçoamento profissional que os jovens têm — ao fazer, por exemplo, outros cursos profissionalizantes — e, ao mesmo tempo, pode demonstrar o interesse deles por um emprego diante da necessidade de trabalhar. Este debate será aprofundado após a aplicação do questionário definitivo.

Portanto, com base nos resultados obtidos, todos os quatro itens que tratam da expectativa de futuro dos jovens estão mantidos no instrumento de pesquisa definitivo.

Fidedignidade do instrumento de pesquisa

Dando prosseguimento ao estudo estatístico realizado para validar a escala "Legislação, ensino profissional e juventude", verificou-se a confiabilidade do instrumento de pesquisa aplicado a uma amostra de alunos do CEFET-SP. O método utilizado para averiguar a correlação entre todos os itens chama-se alpha de Cronbach.
O alpha de Cronbach (α) é um importante indicador estatístico de fidedignidade de um instrumento psicométrico, sendo por vezes chamado de coeficiente de fidedignidade de uma escala. A pontuação de cada item é computada e a classificação global, chamada de escala, é definida pela soma de todas essas pontuações. Em seguida, é calculado o coeficiente de fidedignidade (pelo alpha de Cronbach), que é definido como o quadrado da correlação entre as pontuações da escala e o fator subjacente que a escala se propõe a medir.

Quanto maior for a correlação entre os itens de um instrumento, maior será o valor do alpha de Cronbach. Por esta razão, ele também é conhecido como consistência interna do teste. O α pode assumir valores entre 1 (um) e infinito negativo (embora apenas valores positivos façam sentido). Para que a escala seja considerada fidedigna — isto é, para que os itens, em conjunto, sejam consistentes quanto àquilo que pretendem mensurar —, pesquisadores postulam, como regra geral, que um bom valor mínimo do α seria 0,70.

Tabela B 4.9

Fidedignidade do instrumento de pesquisa

Coeficiente de Confiabilidade

Número de sujeitos	Número de questões	Alpha
38*	22	0,8094*

Tabela calculada pela autora com o uso do programa *SPSS 10.0 for Windows*.
* Nota: para o cálculo do coeficiente alfa, as respostas de um dos sujeitos da pesquisa foram excluídas pelo fato de ele ter deixado uma questão sem resposta. Dessa forma, para efeito de cálculo do coeficiente de confiabilidade, o número de sujeitos foi reduzido de 39 para 38.

Por esta tabela, podemos observar que o cálculo do coeficiente de confiabilidade resultou em α = 0,8094, do que se pode concluir que existe uma boa correlação entre os itens da escala e, por isso, há uma boa consistência interna entre todos os itens da escala.

O cálculo do coeficiente alfa para cada subescala não será apresentado. Tal decisão deu-se pelo fato de que três das quatro subescalas apresentam um número pequeno de itens, o que as tornaria não representativas, considerando a especificidade das subescalas. Dessa forma, portanto, não procede efetuar e apresentar o cálculo do coeficiente alfa por subescala.

ANEXO 5

INSTRUMENTO DE PESQUISA — VERSÃO FINAL

O QUE PENSAM OS ESTUDANTES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ENSINO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

DADOS PESSOAIS:

Idade: _____ Sexo: ( ) Feminino - Masculino ( ) Período:

Diurno ( )

Curso Técnico: _____

Noturno ( )

Você fez o ensino fundamental em escola: ( ) Pública - Particular ( )

Você faz outro curso paralelo ao curso técnico? ( ) Não - Sim ( )

Se sim, onde? ( ) No IFSP - Em outra instituição ( ) Qual o curso: _____-_____

Você trabalha? ( ) Não - Sim ( ) Se sim, qual a sua função?_____

Instruções

A seguir, são apresentadas 32 afirmações para que você [o aluno] manifeste a sua opinião, sua posição e seus sentimentos sobre cada uma delas. Após ler cada uma atenciosamente, assinale um só número, de 1 a 4, fazendo um círculo em torno do número que você entende ser o que mais se aproxima do que você pensa.

Observe com atenção o seguinte exemplo:

O que mais necessita nossa juventude é de uma rigorosa disciplina.

(1)	2	3	4
Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente

Fazer um círculo em torno do número 1 significa que a pessoa concorda totalmente com o conteúdo da afirmação; assinalar o número 4 significa que a pessoa discorda totalmente da afirmação.

Questões

As questões de 1 até 5 foram redigidas para que você [o aluno] se manifeste em relação aos objetivos da educação profissional de nível técnico:

Nas questões abaixo, responda se: **você acredita que:**

1) A educação profissional está integrada ao mundo do trabalho, à ciência e à tecnologia.

1	2	3	4

2) A educação profissional garante o acesso e a permanência dos jovens na escola.

1	2	3	4

3) O ensino técnico proporciona um desenvolvimento integral informado por valores éticos, sociais e políticos.

1	2	3	4

4) O ensino técnico deve ser ofertado de modo integrado ao ensino médio.

1	2	3	4

5) O curso que frequento enfatiza mais o treinamento em máquinas e equipamentos (prática) do que conhecimentos teóricos da área do curso (teoria).

1	2	3	4

Agora, as sentenças de 6 até 17 estão relacionadas aos motivos que o levaram a procurar e frequentar o curso em que você vai se formar:

6) Procurei o curso técnico para obter uma formação profissional.

1	2	3	4

7) Para obter um treinamento para o mercado de trabalho.

1	2	3	4

8) Porque esse curso técnico dá possibilidade de um bom emprego e bom salário.

1	2	3	4

9) Porque pretendo ingressar imediatamente no mercado de trabalho e ter uma profissão.

1	2	3	4

10) Porque o curso que faço é mais valorizado socialmente e de maior prestígio.

1	2	3	4

11) Porque a escola é reconhecida.

1	2	3	4

12) Porque dá um bom preparo para ingressar na universidade.

1	2	3	4

13) Por se tratar de um curso fácil.

1	2	3	4

14) Porque o ensino é gratuito.

1	2	3	4

15) Foi único curso profissionalizante a que tive acesso.

1	2	3	4

16) Por recomendação da família, para que possa começar logo a trabalhar.

1	2	3	4

17) Porque um parente ou amigo estudou aqui.

1	2	3	4

As questões de 18 até 26 foram redigidas para que você se manifeste quanto ao que você pretende fazer IMEDIATAMENTE após concluir o curso:

18) Ingressar no mercado de trabalho na mesma área do curso.

1	2	3	4

19) Ingressar no mercado de trabalho, porém numa área diferente que a do curso que faço.

1	2	3	4

20) Fazer outros cursos profissionalizantes para me especializar na mesma área do meu curso.

1	2	3	4

21) Fazer outros cursos profissionalizantes para ter conhecimentos em outras áreas de atuação.

1	2	3	4

22) Fazer outros cursos profissionalizantes porque não quero parar de estudar.

1	2	3	4

23) Fazer outros cursos profissionalizantes porque é mais rápido e barato do que fazer universidade.

1	2	3	4

24) Continuar estudando e fazer um curso superior.

1	2	3	4

25) Ingressar no mercado de trabalho na mesma área do meu curso técnico.

1	2	3	4

As questões 26, 27 e 28 foram redigidas para que você se manifeste quanto ao incentivo para a continuidade de seus estudos após a conclusão do curso técnico.

26) Os pais incentivam a continuidade dos estudos após o curso técnico.

1	2	3	4

27) Os professores estimulam a continuidade dos estudos após o curso técnico.

1	2	3	4

28) O IFSP estimula a continuidade dos estudos após a conclusão do curso técnico.

1	2	3	4

As questões de 29 até 32 foram redigidas para que você [o aluno] se manifeste quanto à formação técnica que você recebe.

29) A formação técnica é cada vez mais imprescindível.

1	2	3	4

30) A formação técnica que recebo irá interferir na minha vida futura.

1	2	3	4

31) A formação técnica, tal como recebo, tende a se manter nos próximos dez anos.

1	2	3	4

32) O curso que estou fazendo atende às minhas expectativas de formação.

1	2	3	4

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo